



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Marília

Isabela Zorat Alonso

Power-sharing, spoilers e o sistema regional de conflitos:

uma análise dos conflitos em Ruanda e República Democrática do Congo

Marília

2022

Isabela Zorat Alonso

Power-sharing, spoilers e o sistema regional de conflitos:

uma análise dos conflitos em Ruanda e República Democrática do Congo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador (a): Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar

Marília

2022

A454p

Alonso, Isabela Zorat

Power-sharing, spoilers e o sistema regional de conflitos : uma análise dos conflitos em Ruanda e República Democrática do Congo / Isabela Zorat Alonso. -- Marília, 2022

159 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar

1. Política internacional. 2. Guerra e sociedade. 3. Negociação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Isabela Zorat Alonso

Power-sharing, spoilers e o sistema regional de conflitos:

uma análise dos conflitos em Ruanda e República Democrática do Congo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar

UNESP – Campus de Marília

Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

UNESP – Campus de Marília

Prof. Dr. Victória Monteiro da Silva Santos

PUC – Rio de Janeiro

Marília, 09 de setembro de 2022

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio de instituição de fomento à pesquisa do estado de São Paulo. Nesse sentido, primeiramente agradeço à FAPESP pela concessão da bolsa de pesquisa, sob o processo nº 2020/04161-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹.

Durante a realização desta dissertação contei também com os fundamentais apoio e conselhos acadêmicos de meu orientador, Sérgio Luíz Cruz Aguilar. Assim, deixo expresso aqui meu enorme obrigada pela paciência, dedicação e suporte durante mais essa jornada universitária.

De extrema importância para a realização deste também foi o amparo e suporte de minha família e amigos próximos, os quais me auxiliaram no âmbito físico e psicológico para que conseguisse concluir esta etapa. A estes, minha eterna gratidão.

Adicionalmente, agradeço todos os professores com os quais pude cursar disciplinas e/ou ter discussões acadêmicas durante o mestrado, instigando novos questionamentos, enriquecendo minhas análises e fomentando meu interesse pela pesquisa científica. Além disso, sou grata pela banca examinadora por terem aceitado avaliar meu trabalho e estarem dispostos à contribuir para o aperfeiçoamento do mesmo.

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

RESUMO

O *power-sharing* tem sido frequentemente utilizado como forma de resolução de conflitos complexos, pois por meio do compartilhamento do poder estatal se apresenta como uma estratégia proeminente para solucioná-los. Em Ruanda, a existência de *spoilers* levou a falha do Acordo de Arusha, o qual previa mecanismos de *power-sharing*, e consequentemente, ao genocídio de 1994. Além dos impactos no próprio país, partes do conflito atravessaram as fronteiras e intensificaram a guerra na República Democrática do Congo, dentro do chamado sistema regional de conflitos nos Grandes Lagos africanos. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi compreender, através dos casos de Ruanda e República Democrática do Congo, como os grupos *spoilers* interferem na performance dos acordos de *power-sharing* e, a partir de uma análise sequencial dos fatos, estabelecer uma cadeia causal entre *spoilers*, *power-sharing* e sistema regional de conflitos. A pesquisa, foi realizada sob a perspectiva dos sistemas regionais de conflitos, tendo caráter qualitativo e utilizando o método de estudo de caso, onde foram aplicadas a análise sistêmica e o *process tracing* como principais ferramentas de investigação. Como resultado, a hipótese investigada foi confirmada, tendo sido evidenciado o nexos causal entre *spoilers* do Acordo de Arusha e Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos.

Palavras-chave: política internacional; guerra e sociedade; negociação.

ABSTRACT

Power-sharing has often been used as a tool to solve complex conflicts, as it is a prominent strategy for resolving them through the sharing of state power. In Rwanda, the existence of spoilers led to Arusha Agreement failure, which had foreseen power-sharing mechanisms, and consequently to the 1994 genocide. In addition to the impacts in the country itself, parts of the conflict crossed national borders and fuelled the war in the Democratic Republic of Congo, within the so-called regional conflict system in the African Great Lakes. In this sense, the objective of this research was to comprehend, through the cases of Rwanda and the Democratic Republic of Congo, how spoiler groups affect the performance of power-sharing agreements and based on a sequential analysis of the facts to establish a causal link between spoilers, power-sharing, and the regional conflict system. The research was carried out from the perspective of regional conflicts systems, being qualitative in nature and using the case study approach, where systemic analysis and process tracing were applied as the main investigative methods. As a result, the hypothesis under investigation was confirmed, and the causal link between spoilers of the Arusha Agreement and the Great Lakes Regional Conflict System was also made clear.

Keywords: international politics; war and society; negotiation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama da hipótese causal	40
Figura 2 - Mecanismo causal hipotético	42
Figura 3 - Hipótese	43
Figura 4 - Mapeamento dinâmicas Ruanda (1992-1994)	61
Figura 5 - Linha do Tempo - Ruanda (1959-1994)	77
Figura 6 - Dinâmica regional em relação a RDC	104
Figura 7 - Linha do tempo República Democrática do Congo (1960-2002)	115
Figura 8 - Mapeamento dinâmicas RDC	117
Figura 9 - Linha do Tempo - RDC (2002-2013)	138
Figura 10 - Diagrama da hipótese causal	146
Figura 11 - Síntese da análise	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão power-sharing político Ruanda	63
Tabela 2 - Composição Assembleia Nacional RDC, Governo de Transição	123
Tabela 3 - Composição Senado RDC, Governo de Transição	123
Tabela 4 - Divisão power-sharing RDC, Ministros	125
Tabela 5 - Divisão power-sharing RDC, Vice-Ministros	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADF	Allied Democratic Force
AFDL	Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo
ALC	Armée de Libération du Congo
ALIR	Army for the Liberation of Rwanda
CDR	Coalition for the Defence of the Republic
CNDP	Congrès National pour la Défense du Peuple
CPO	Casual Process Observations
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DDRRR	Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reintegração e Reassentamento de ex-combatentes
EGENA	Escola da Gendarmeria Nacional
EIC	Estado Independente do Congo
EUA	Estados Unidos de América
ex-FAR	ex-membros das Forças Armadas de Ruanda
FAR	Forças Armadas de Ruanda
FARDC	Forces Armées de la République Démocratique du Congo
FLC	Front de Libération du Congo
FNI/FRPI	Front des Nationalistes et Intégrationnistes/Patriotic Resistance Front in Ituri
FRPI	Front des Nationalistes et Intégrationnistes (FNI) e Force de Résistance Patriotique en Ituri
IPS	Integrative Problem-Solving
IRC	International Rescue Committee
JPMC	Joint Political Military Commission
M-23	Mouvement du 23-Mars
MDR	Mouvement Démocratique Républicain
MDR-PARMAHUTU	Mouvement Démocratique Républicain-Parti du Mouvement de l'Emacipation Hutu
MLC	Mouvement pour la Libération du Congo

MLC	Mouvement pour la Libération du Congo
MNC	Movimento Nacional Congolês
MONUC	United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo
MONUSCO	United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo
MPLA	People's Movement for the Liberation of Angola
MPR	Mouvement Populaire de la Révolution
MRC	Movimento Revolucionário Congolês
MRND	Mouvement Revolutionnaire National pour le Developpement
MSF	Médecins Sans Frontières
NMOG	Neutral Military Observer Group
OAU	Organização da União Africana
ONUC	United Nations Operation in the Congo
PDC	Parti Démocrate Chrétien
PL	Parti Libéral
PSD	Parti Social Démocrate
RCA	República Centro-Africana
RCD	Rassemblement Congolais pour la Democratie
RCD/ML	Rassemblement Congolais pour la Démocratie / Mouvement de Libération
RCD-N	Rassemblement Congolais pour la Démocratie/National
RDC	República Democrática do Congo
RPA	Rwandan Patriotic Army
RPF	Rwandan Patriotic Front
RTL	Radio Télévision Libre des Mille Collines
SADC	Southern African Development Community
TPI	Tribunal Penal Internacional
UA	União Africana
UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNOMUR	United Nations Observer Mission Uganda–Rwanda
UPC	Union des Patriotes Congolais

UPDF Uganda People's Defence Force

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
1.1.	Estrutura Conceitual.....	16
1.2.	Metodologia	17
2.	QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL	20
2.1.	Power-Sharing.....	20
2.2.	Spoilers	26
2.3.	Sistema Regional de Conflitos.....	33
3.	METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	39
3.1.	Process Tracing.....	39
3.2.	Análise Sistêmica.....	46
4.	ANÁLISE DE CASO.....	51
4.1.	Histórico de Ruanda e Contexto Pré-negociações	51
4.2.	Ação de <i>spoilers</i> em Ruanda → insucesso do Acordo de Arusha.....	57
4.2.1.	Constatação 1	73
4.3.	Insucesso Acordo de Arusha → Reação RPF.....	79
4.3.1.	Respostas ao genocídio	82
4.3.2.	Constatação 2	87
4.4.	Reação RPF → Fluxo migratório de Ruanda para RDC	88
4.4.1.	Constatação 3	91
4.5.	Histórico da República Democrática do Congo / Zaire e Contexto da Chegada do Fluxo Migratório	93
4.6.	Fluxo migratório de Ruanda para RDC → Guerras Civis na RDC	98
4.6.1.	Constatação 4	103
4.7.	Guerras Civis na RDC → Power-sharing na RDC	106
4.7.1.	Constatação 5	115

4.8.	Power-sharing na RDC → ação de <i>spoilers</i> na RDC	118
4.8.1.	Constatação 6	130
4.9.	Ações de <i>spoilers</i> na RDC → novas dinâmicas do conflito na RDC	133
4.9.1.	Constatação 7	138
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS	149

1. INTRODUÇÃO

Conflitos estão presentes em diversos momentos da história mundial, como por exemplo, na Antiguidade com as Guerras Médicas e do Peloponeso, a Idade Média com a Guerra das Rosas e dos Cem Anos, a Idade Moderna com suas disputas nacionalistas e imperialistas como as Guerras Napoleônicas e a Guerra do Paraguai, e a Idade Contemporânea (atual), onde se destacam as duas Guerras Mundiais. Em última instância, a maioria delas compartilham a mesma motivação: lutar por poder. Com o decorrer dos anos, entretanto, o que se traduz por poder na esfera internacional se alterou – se antes este estava exclusivamente no domínio territorial, político e de meios militares, hoje o poder também se encontra nos meios de comunicação e persuasão além do domínio tecnológico – e assim, juntamente com a globalização e demais inovações, as disputas foram ganhando novas formas e dimensões.

Nas últimas décadas, guerras civis se tornaram mais frequentes com a peculiar característica de se disseminarem para os países vizinhos com certa facilidade, alterando suas dinâmicas e regionalizando um conflito inicialmente de cunho doméstico. Tal fato é observado, principalmente, em regiões onde há disputas por recursos naturais e/ou conflitos étnico-religiosos, como no Oriente Médio, rico em reservas de petróleo, e na África, onde além de recursos naturais, há muitos países com uma pluralidade de etnias.

A regionalização dos conflitos dá às disputas maior complexidade, uma vez que além de novos territórios, novos atores, interesses e objetivos são incluídos nas dinâmicas. Sendo assim, a compreensão das relações e elaboração de estratégias que visam uma solução dessas disputas têm se tornado mais desafiadoras. Nesse sentido, algumas questões são levantadas: o que intensifica um conflito doméstico a ponto de se disseminar para a região? Quais fatores estão por trás do estímulo à formação ou intensificação de conflitos regionais? Sustentando qualquer faceta da disputa por poder, existem atores (indivíduos e instituições) com objetivos específicos – domínio de determinado território, participação política, direitos sociais etc. Sendo assim, para responder a essas perguntas com o devido rigor é essencial considerar aspectos desde o nível dos indivíduos ao nível da estrutura. Consequentemente, as causas da regionalização de conflitos neste sentido podem variar, sendo o mais apropriado investigações específicas em casos particulares.

Na África, conflitos domésticos se interligaram e se espalharam de tal modo que um conflito regional foi formado englobando países de três regiões geopolíticas do continente – África Central, Setentrional e Oriental. Atualmente, doze países fazem parte do chamado Conflito Regional dos Grandes Lagos – Angola, Burundi, República Centro-Africana, Congo,

República Democrática do Congo, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Além deste sistema regional, outro existe na região do Rio Mano, formado pela Libéria, Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim, além do denominado Triângulo Atormentado, na região centro-norte englobando Chade, Sudão e República Centro-Africana. Dessa forma, nota-se que o continente é repleto de conflitos, que desestabilizam seus entornos e compõem contextos de pobreza e violência, nos quais a população civil é ininterruptamente afetada.

Sendo assim, interessados em investigar o que explica a regionalização de conflitos, este trabalho foca suas análises no Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos. Devido à sua amplitude e complexidade, abordamos o Sistema a partir dos estudos de caso de Ruanda e República Democrática do Congo.

Em Ruanda, assim como na República Democrática do Congo (RDC), dentre as tentativas de solucionar os conflitos internos esteve a assinatura e acordos que previam o sistema *power-sharing*. Não coincidentemente, ambos foram falhos, sendo um dos principais motivos a atuação de grupos como *spoilers*. Na sequência, nota-se a alteração das dinâmicas do conflito, em Ruanda houve um genocídio e, na RDC, os grupos e milícias reordenaram suas alianças mantendo a violência. Uma relação entre os eventos, a intensidade dos conflitos e sua disseminação geográfica entre os casos pode ser observada a partir do insucesso desses acordos.

Em Ruanda, o conflito entre as etnias tutsis e hutus fomentado durante o período colonial, após diversas tentativas de pacificação e rodadas de negociações, resultou em 1993 na assinatura do Acordo de Arusha, que previa dentre outras medidas mecanismos *power-sharing* entre o governo, liderado por Juvénal Habyarimana (hutu), e as forças da *Rwandan Patriotic Front (RPF)* (tutsi), consideradas rebeldes. Com vistas ao grande avanço em direção a pacificação através do compartilhamento do poder Estatal, grupos hutus radicais se sentiram ameaçados e agiram/reagiram violentamente objetivando impedir a concretização do acordo. Habyarimana foi assassinado, os radicais hutu assumiram o poder e logo em seguida iniciaram uma limpeza étnica dos tutsis, que culminou no Genocídio de 1994 (ADEKUNLE, 2007). Assim, podem ser enquadrados como *spoilers*.

Apesar da presença internacional no terreno, a RPF foi a principal força que fez frente ao massacre, conseguindo vencer os radicais e assumindo o poder do Estado, sob a liderança de Paul Kagame. Nesse contexto, os radicais migraram aos países vizinhos com medo de represálias, em especial à República Democrática do Congo (RDC).

Neste momento, a RDC já vivia desentendimentos internos, também datados desde o período colonial, mas que apesar da presença de diferentes etnias, se baseavam principalmente na disputa por acesso ao poder Estatal e recursos naturais. Supomos que a entrada de radicais hutus como migrantes, muitas vezes armados, no país, entretanto, tenha fomentado as disputas levando-os a atuarem como gatilho da eclosão da Primeira Guerra Civil Congoleza. A partir deste evento, disputas mais violentas e uma segunda guerra civil assolou o país, levando a intervenção da comunidade internacional que, assim como em Ruanda, culminou em negociações e assinatura, dentre outros, de um acordo que previa mecanismos *power-sharing*, o Acordo Global e Inclusivo. Este acordo obteve sucesso parcial, pois, novamente como em Ruanda, grupos opositores o perceberam como ameaça e atuaram como *spoilers* impedindo sua concretização e alterando as dinâmicas das relações existentes (SILVA, 2011).

Sendo assim, nota-se nestes casos uma relação entre *spoilers*, insucesso de acordos *power-sharing* e regionalização de conflitos. Após o insucesso do Acordo de Arusha, que levou ao genocídio de 1994, a RPF assumiu a liderança de Ruanda e, com medo de repressões, radicais se deslocaram para a RDC, lugar em que os hutus (incluindo genocidas e *spoilers*) contribuíram para a desestabilização daquele Estado (JONES, 2001). Houve, assim, a difusão geográfica e a escalada da violência, sinalizando a regionalização do conflito. Além disso, o aspecto transnacional de algumas etnias, em conjunto com política de exclusão social, étnica e econômica, má governança estatal, lacunas de segurança, fluxos de refugiados, interesses financeiros, disputa por poder, dentre outras características presentes na região também influenciaram nos eventos violentos que levaram a regionalização do conflito (GITHAIGA, 2011). “O impacto do trauma de Ruanda [genocídio de 1994] na RDC aprofundou o contágio dos conflitos, uma tendência que estabeleceu a região dos Grandes Lagos como uma zona de instabilidade no coração da África” (SIDA, 2004, p. 26, tradução nossa).

Nesse sentido, nos questionamos: nos processos de paz em que o *power-sharing* é utilizado como meio de solução é possível afirmar haver uma relação entre *spoilers*, o fracasso do acordo de paz e, em alguns casos, a intensificação do sistema regional de conflito? A partir de conhecimentos prévios estabelecemos a hipótese de que *spoilers* contribuem significativamente para o desenvolvimento de conflitos regionais. Sendo assim, esse trabalho propõe estudar os *spoilers*, entender suas articulações e problemas decorrentes de sua presença ou exclusão das negociações de paz. O objetivo central é compreender as causas de sua interferência nos processos de paz que estabelecem cláusulas *power-sharing*, suas

consequências e efeitos no sistema regional de conflitos, de forma a verificar a validade da nossa hipótese. Portanto, através dos estudos de casos dos conflitos de Ruanda e o Acordo de Arusha, e da República Democrática do Congo e o Acordo Global e Inclusivo investigaremos a existência de uma cadeia de causalidade entre *spoilers*, *power-sharing* e sistema regional de conflitos.

1.1. Estrutura Conceitual

O trabalho foi desenvolvido a partir de três conceitos fundamentais – *Power-sharing*, *Spoiler* e Sistema Regional de Conflitos.

O *power-sharing* (compartilhamento de poder) é uma forma de gerenciamento e resolução de conflitos que tem se mostrado atrativa, pois tem como principal objetivo reduzir ou encerrar conflitos através da divisão do poder do Estado entre os principais atores envolvidos, os quais passam a desempenhar um papel no governo e nas instituições do país (GATES e STRØM, 2008).

A literatura atual não apresenta, porém, um consenso acerca da definição do termo, seus objetivos e implicações práticas. Sendo entendido, de forma geral, como estratégia de governança para combater e/ou evitar conflitos, o *power-sharing* tem sido majoritariamente estudado como meio para alcançar a paz e/ou a democracia. Assim, pode-se dizer que existem, ao menos, duas formas de abordá-lo, como teoria democrática ou gerenciamento de conflitos, como veremos no próximo capítulo (BINNINGSBØ, 2013).

Os conceitos e campos de análise utilizados pelos estudiosos do *power-sharing* são variados, evidenciando que não há consenso sobre seus efeitos. Aqui ao utilizarmos a abordagem de gerenciamento de conflitos, o compreendemos como uma ferramenta na busca pela paz em zonas conflituosas.

O segundo conceito, *spoilers*, representa grupos que fazem uso da violência direta para impedir, no caso, o encerramento de conflitos propostos de forma que discordam. Como tais, representam um dos motivos de insucesso do mecanismo *power-sharing*. A denominação proposta por Stedman (2000), se refere a grupos que percebem os planejamentos de pacificação como ameaça a seus interesses e assim, caracteristicamente usam a violência explícita para impedir a instauração da paz nessas condições. Para Weiss (2007), os *spoilers* atuam como “empreendedores da guerra”.

Wallensteen (2002) discutiu o potencial dos grupos que agem dessa forma em impedir acordos de paz, enquanto Stedman (2000) pesquisou formas de lidar com eles através do entendimento de seus objetivos, estratégias e táticas, para obter sucesso na implementação dos acordos de paz. Seguiremos como base no desenvolvimento deste trabalho a abordagem deste autor.

Segundo Stedman (2000), nem sempre os *spoilers* conseguem impedir uma negociação de paz. Porém, quando bem-sucedidos danos catastróficos podem surgir, às vezes piores que os causados pela guerra, afirma o autor. Exemplo disso e que será alvo deste estudo é o Genocídio de Ruanda (1994), o qual levou a morte de cerca de 1 milhão de pessoas em aproximadamente 100 dias.

O terceiro conceito que será discutido é Sistema Regional de Conflitos. Estes são mais que a simples ampliação das disputas aos países vizinhos, representando sistemas complexos formados por um conflito de escala regional que engloba subsistemas nacionais (ANSORG, 2014). Assim, eles consistem em alianças e antagonismos entre Estados de determinada região, gerando vínculos que se reforçam, prolongam as disputas e alteram seu centro de ação (SIDA, 2004; ARMSTRONG; RUBIN, 2002).

1.2. Metodologia

Para cumprir com nosso objetivo de investigar possíveis relações causais entre *spoilers*, *power-sharing* e sistemas regionais de conflitos através dos estudos de caso de Ruanda e República Democrática do Congo, faremos uso da análise sistêmica e do *process tracing*.

Percebendo o todo de forma complexa, com especial atenção às suas interligações, a análise sistêmica é uma ferramenta importante na compreensão de conflitos que fazem parte de um sistema regional, pois permite um olhar amplo sobre aspectos que o circundam, possibilitado entender as ligações e dinâmicas entre os atores (AGUILAR, 2019; WILS et al., 2006). Além disso, a análise sistêmica facilita a percepção dos chamados “atrasos temporais”, isto é, perceber que um evento/ação pode ter sido causado por um evento/ação de um passado distante, o que demonstra que pequenos eventos catalíticos, chamados de “gatilhos” (*triggers*) ou ainda “causas imediatas”, geram mudanças mais profundas no sistema analisado (ROPERS, 2008). Na abordagem sistêmica, as dinâmicas são vistas como uma estrutura em rede a partir de técnicas como a análise histórica do conflito, elaboração de seu perfil (contexto econômico,

social e político atual dos principais Estados envolvidos) e, principalmente, mapeamento dos atores (OLIVA; CHARBONNIER, 2016; CSC, 2004).

Assim, faremos uma análise sistêmica dos casos selecionados (Ruanda e República Democrática do Congo) com o intuito de compreender o histórico dos conflitos, as condições em que os acordos *power-sharing* foram realizados e identificar grupos que teriam atuado como *spoilers*. Dessa forma, teremos conhecimento suficiente para nos dedicarmos primeiro, a compreender os objetivos, influências e atuações dos *spoilers* e, em seguida comprovar ou derrubar nossa hipótese de causalidade com o sistema regional de conflitos.

O *process tracing* será aplicado nesta segunda etapa, onde procuraremos rastrear nexos causais, através das observações coletadas na fase anterior, que liguem os *spoilers* ao conflito regional. Essa metodologia pode ser utilizada com diferentes finalidades – testar, construir e refinar teorias e explicar resultados. A partir de hipóteses, procura-se identificar evidências ou *casual process observations (CPO)*, e analisá-las de forma a comprovar ou derrubar uma hipótese (CUNHA; ARAÚJO, 2018).

Em conflitos regionais, o *process-tracing* pode contribuir na compreensão da correlação entre eventos distantes no tempo, a qual pode não ser óbvia devido a não-linearidade e “atrasos temporais” característicos de sistemas regionais de conflitos. Assim, pode-se sustentar ou invalidar hipóteses explicativas alternativas que exploram cadeias causais. Em sua aplicação, identifica-se uma sequência de evidências/CPOs entre um dado evento e um dado resultado e investiga-se seus links e relações, rastreando a causa do resultado observável. Essa lógica pode ser expressa pela seguinte fórmula: $X \rightarrow [(a_1) \rightarrow (a_2) \rightarrow (a_3) \rightarrow \dots] \rightarrow Y$, em que X e Y são os eventos entre os quais procura-se estabelecer a relação de causalidade, “a” as entidades e “→” as evidências que comprovam a transmissão da força causal (CUNHA; ARAÚJO, 2018; BENNETT; GEORGE, 1997).

Assim, juntos acreditamos que a análise sistêmica e o *process tracing* podem contribuir na investigação e compreensão de fatos significativos para o surgimento de sistemas regionais de conflito.

Aplicando o método seguindo a variante que tem por finalidade explicar resultados, nosso X será a atuação dos *spoilers* do acordo *power-sharing*, e nosso Y, a intensificação do conflito regional. No mecanismo causal ligando os dois casos que investigaremos, temos o insucesso do acordo *power-sharing*, a conseqüente reação da oposição aos *spoilers*, o fluxo migratório resultante, os posteriores conflitos no país vizinho, o conseqüente estabelecimento de um

acordo *power-sharing* neste, sua resultante ação de diferentes *spoilers* e a alteração das dinâmicas do conflito neste segundo país. Adiante explicamos a forma de aplicação de forma mais detalhada.

Cada parte do mecanismo desta cadeia será estudada individualmente através das observações coletadas a partir da análise sistêmica, na tentativa de encontrar evidências que comprovem o nexos causal entre elas. Nesse sentido, analisaremos o genocídio de 1994 por meio de documentos oficiais, dados numéricos e propagandas de jornais da época para verificar se e como tal evento teria levado à reação da RPF. Em seguida, analisaremos as ações deste grupo, também através de documentos oficiais, além de fontes secundárias, tentando entender como se articularam e se organizaram de modo a chegar à liderança do país e se essa movimentação teria sido uma responsável pelo significativo fluxo migratório para RDC. Então, procuraremos observar em que medida esses migrantes influenciaram os confrontos na RDC e desencadearam o Acordo Global e Inclusivo. Por fim, analisaremos este Acordo e outras bibliografias para compreender se ele ocasionou a ação de *spoilers*, para em seguida entender como os *spoilers* se articularam, procurando verificar se teriam responsabilidade sobre a alteração das dinâmicas do conflito congolês e como isso representou a intensificação do conflito regional.

Dessa forma, comprovaremos ou excluiremos a hipótese sobre um possível articulador de conflitos regionais, especificamente do sistema regional dos Grandes Lagos. Evidenciando assim, aspectos relevantes que possam destacar áreas de gerenciamento a serem mais desenvolvidas pelos formuladores de política e mediadores de conflitos.

2. QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

Frequentemente, investigações científicas se baseiam em conceitos e/ou teorias pré-existentes. A partir de uma abordagem específica, a investigação de determinado objeto, também compreendido a partir de uma perspectiva particular, é construída. Entretanto, diante de diversas correntes ideológicas, filosóficas, sociológicas entre outras, e da plausibilidade de múltiplas interpretações da linguagem escrita, leituras distintas da ideia que o autor pretendeu transmitir não são raras, basta observar as diversas interpretações sobre os escritos de Karl Marx, por exemplo.

Nesse sentido, é importante ter uma compreensão clara dos principais conceitos/teorias que formam as bases da pesquisa, bem como uma delimitação das abordagens a partir das quais os conceitos são trabalhados. Mais que isso, é necessário explicitar claramente essa delimitação, pois, além de sustentar os argumentos, ajuda a diminuir as possibilidades de interpretações paralelas alternativas. Dessa forma, apresentaremos a seguir o quadro teórico-conceitual que pautou nossa pesquisa, a qual foi trabalhada a partir da compreensão de *power-sharing*, *spoilers* e sistema regional de conflitos.

2.1. Power-Sharing

Diante de conflitos internos, os governos podem adotar diferentes medidas na busca pela estabilidade nacional, a depender das características específicas do caso e particularidades do governo. O *power-sharing* é uma ferramenta que estabelece o compartilhamento do poder Estatal entre distintos grupos, amplamente utilizado para solucionar problemas tanto na área política e econômica, como na de segurança. Recentemente, tem se destacado por se apresentar como possibilidade de ajudar na pacificação de conflitos domésticos armados ou não. Entretanto, não há um consenso na literatura sobre sua real eficiência e consequências. Em contraposição aos defensores do mecanismo, alguns autores ressaltam dilemas importantes que a ferramenta pode gerar na sociedade, incluindo o estímulo a violência e recorrência das disputas.

O *power-sharing* pode ser compreendido principalmente a partir de duas perspectivas, uma que o vê o como uma forma de democracia, objetivando alcançar uma democracia estável; e outra que o enxerga como gerenciamento de conflitos, tendo como propósito a busca de uma

paz estável pós-conflito (JARSTAD, 2008). Além disso, esses arranjos, que estabelecem a divisão do poder Estatal entre as partes em disputa, são frequentemente, mas não necessariamente, adotados através de acordos políticos.

No campo de gerenciamento de conflitos, demonstrou-se que os combatentes são muito mais propensos a assinar um acordo se reduzir a incerteza pela inclusão de posições garantidas no futuro governo. Os estudiosos sobre a teoria democrática, defenderam o power sharing como uma escola em meio a democracia, socializando os oponentes em compromissos e moderação, e como a única opção para governança democrática para muitas sociedades divididas (JARSTAD, 2006, p. 02, tradução nossa).

Os estudos sobre o mecanismo ganharam notoriedade a partir da perspectiva democrática, nos anos 1960, com os escritos de Arend Lijphart e Gerhard Lehmbruch. O primeiro utiliza o termo democracia consociativa enquanto o segundo, democracia proporcional, ambos como sinônimo de *power-sharing* (HANF, 2008).

Lijphart é o principal teórico dessa abordagem e analisa a utilização da democracia consociativa em sociedades plurais, principalmente aquelas segmentadas por linhagens étnicas e/ou religiosas. Na percepção do autor, uma sociedade plural é:

(...) uma sociedade que se divide pelo que Harry Eckstein chama de ‘clivagens segmentares’. Ele escreve: ‘isto existe onde as divisões políticas são muito rigorosas, e dizem respeito especialmente às linhas de diferenciação social, especialmente aquelas particularmente notáveis em uma sociedade’. As clivagens segmentares podem ser de natureza religiosa, ideológica, linguística, regional, cultural, racial ou étnica (LIJPHART, 1977, p. 03, tradução nossa).

Para ele, a instabilidade e rompimento das democracias estão intimamente relacionados às profundas divisões sociais, diferenças políticas e pluralidade das sociedades. Nesse sentido, uma democracia estável pressupõe uma sociedade relativamente homogênea, ou que suas diferenças não gerem atritos (LIJPHART, 1977).

Discutindo diversas formas de governo, Lijphart conclui que em sociedades divididas que passam por conflitos, a democracia consociativa é a melhor opção para solucionar os problemas e garantir a estabilidade do país. Um governo consociativo, em sua conceituação, é definido em termos de quatro características fundamentais. Primeiro, é um governo de coalizão, na qual devem fazer parte os líderes de todos os principais segmentos da sociedade. Assim, é um modelo de liderança coalescente que, diferentemente do tradicional competitivo, pressupõe uma cooperação entre as partes na governança do Estado. A segunda característica é o poder de veto que cada segmento deve possuir, o qual visa garantir a proteção dos interesses vitais das

minorias. Nesse sentido, tem-se ainda a proporcionalidade como outro pilar fundamental, a qual se aplica em diversos aspectos, como na representação política, alocação de fundos públicos, etc. Por fim, o quarto elemento é um alto grau de autonomia para cada segmento executar ações relacionadas aos assuntos internos (LIJPHART, 1977).

Assim, o *power-sharing*, ou democracia consociativa, na perspectiva de Lijphart, assume que as tendências que levam as sociedades intensamente segregadas a entrarem em conflitos serão neutralizadas através da cooperação entre os líderes. Para isso, o autor destaca que é essencial que cada parte sinta algum compromisso com a manutenção da unidade estatal e com as práticas democráticas, caso contrário o modelo poderá ter sua eficácia comprometida. Nesse sentido, ter uma extensão territorial pequena é um aspecto que, dentre outros, poderia favorecer o estabelecimento e manutenção da democracia consociativa em um Estado, uma vez que tende a facilitar a conservação da unidade nacional (LIJPHART, 1977).

Nas análises de sua obra *Democracy in Plural Societies: a comparative exploration*, de 1977, Lijphart utilizou, principalmente, os seguintes estudos de casos: Áustria (1945-1966), Bélgica (1918-1963), Holanda (1917-1967) e Suíça (1959-1977) – todos países territorialmente pequenos, europeus e isentos de guerra civil no contexto de instituição do governo consociativo/*power-sharing*. Dessa forma, ao desconsiderar contextos diferentes de outras regiões, como por exemplo África e América Latina, o autor parece não levar em consideração situações que envolvem conflitos armados e outros problemas relacionados à falta de capacidade Estatal, como econômicos e de segurança, para suas considerações sobre a eficiência do mecanismo. Nesse sentido, as conclusões das análises de Lijphart deveriam se limitar aos casos específicos estudados e/ou àqueles em contextos similares, tendendo a se deparar com resultados diferentes se amplamente generalizados.

Assim como Arend Lijphart, Pippa Norris também estuda o *power-sharing* sob o viés democrático. Ela acredita que por meio da introdução da minoria nos processos decisórios haverá um incentivo à cooperação, o que, consequentemente, solucionaria as disputas. Diferentemente de Lijphart, Norris estuda o mecanismo de forma mais ampla, considerando-o útil não apenas para sociedades plurais segregadas. Analisando quatro instituições – tipo de governo (parlamentarista x presidencialista), sistema eleitoral (representação proporcional x sistema majoritário), centralização vertical (federalismo x Estado unitário) e meios de comunicação de massa independentes – e a relação entre elas, a autora faz uma comparação com as estruturas *power-sharing* e conclui que este mecanismo está relacionado com a

qualidade da democracia, a qual se fortalece com a ferramenta em qualquer tipo de sociedade, seja ela heterogênea ou relativamente homogênea, dominada por conflitos armados ou não (NORRIS, 2008).

A perspectiva democrática também foi abordada por diversos outros autores, sendo possível um trabalho dedicado exclusivamente ao seu debate, o qual não é o foco da nossa pesquisa. De forma geral, esse viés enxerga o *power-sharing* como um modelo democrático, estudando-o através das instituições desta forma de governo e analisando seus impactos na sociedade, como no nível de cooperação e igualdade. Nesse sentido, sua relação com a solução de disputas e pacificação de conflitos armados é indireta e se baseia, de forma geral, no argumento que afirma que governos democráticos são menos suscetíveis a guerras, os quais são assim caracterizados por Robert Dahl em *Sobre a Democracia* (2001), dentre outros teóricos. A estabilidade democrática é vista como essencial para evitar guerras de grande escala e, especificamente em sociedades plurais, para tentar impedir que suas segregações gerem conflitos. É neste sentido que o *power-sharing* se apresenta como opção de governança (BINNINGSBØ, 2013; DAHL, 1997; DAHL, 2001).

Um dos principais argumentos em oposição à defesa do mecanismo sob esse viés afirma que o modelo dito democrático consociativo contradiz com um dos princípios elementares de qualquer democracia – a possibilidade de os cidadãos poderem alterar a composição do governo por meio do apoio eleitoral aos grupos de oposição. Tal princípio não condiz com o modelo *power-sharing*, no qual determinada quantidade de posições no governo são estabelecidas e garantidas a cada grupo. Assim, os cargos não são distribuídos de acordo com os resultados eleitorais, mas conforme um prévio acordo entre os líderes. Consequentemente, esse modelo não é capaz de expressar as mudanças dos desejos da população e tampouco da estrutura, fixando o equilíbrio de poder do momento em que foi implementado como estático e não-vulnerável à alterações. Em outras palavras, “o *power-sharing* dá prioridade a alguns aspectos da democracia, como a justiça ex post e a sustentabilidade, em detrimento de virtudes como a incerteza e a competitividade processual” (GATES; STRØM, 2008, p. 02, tradução nossa).

A perspectiva de gerenciamento de conflitos, por sua vez, estuda o *power-sharing* como ferramenta de *peacebuilding*². Ou seja, trata de analisá-lo como um mecanismo que contribui na pacificação de conflitos, majoritariamente armados. Nesse sentido, alguns autores o analisam

² As ações de *peacebuilding* trabalham com os problemas estruturais do conflito, bem como as relações a longo prazo entre os envolvidos nas disputas. O objetivo principal é superar as contradições que estão na raiz do conflito (RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIAL, 2011).

como cláusulas de acordos de paz e outros em sociedades pós-conflito, independente de ter ou não havido um acordo de paz (BINNINGSBØ, 2013).

Através de uma breve pesquisa sobre o tema já é possível notar diversos casos de sucesso e insucesso. Nesse sentido, Mukherjee (2006) faz uma análise interessante ao procurar entender o motivo do *power-sharing* levar a paz em alguns casos e não em outros. Analisando especificamente o mecanismo quando aplicado na esfera política – o que implica em concessões exclusivamente políticas aos líderes dos grupos, como assentos no poder legislativo, oportunidade de formar partidos e participar nas eleições etc – e utilizando como suporte estatístico o conjunto de dados de 111 guerras civis entre 1944-1999 resultante do modelo de risco proporcional de Cox³, o autor investiga as relações entre o modo que uma guerra civil pode terminar – impasse militar ou vitória de uma das partes (governo ou grupo insurgente) – e o grau de efetividade do *power-sharing* em solucionar o conflito de forma duradoura.

Explorando como variáveis intervenientes o conhecimento de informações privadas sobre a capacidade militar e o nível de apoio que os líderes dos grupos recebem de seus seguidores, o autor conclui que caso as disputas terminem em um impasse, o governo tenderá a encobrir sua capacidade de derrotar ou não os opositores e oferecerá um acordo com poucas concessões, enviando uma mensagem de que possui força suficiente para vencer. Diante da impossibilidade dos grupos de inferir suas reais chances de ganhar ou perder e o potencial de seu adversário, os insurgentes tendem a superestimar seu poderio, o que causaria a intensificação dos problemas de comprometimento entre os atores e do apoio que os seguidores do grupo dão aos líderes por continuar na luta. Nesse sentido, a probabilidade da proposta de *power-sharing* ser negada ou do processo de negociação falhar aumenta e, assim, as chances de recorrência da guerra também seriam elevadas (MUKHERJEE, 2006).

Em contraposição, caso o conflito se encerre com uma vitória, independente se do governo ou dos insurgentes, as informações sobre a capacidade militar são totalmente reveladas e o governo tenderá a oferecer um acordo de *power-sharing* no âmbito político com o objetivo de reduzir e manipular o apoio que os opositores recebem de seus seguidores, interferindo no nível de confiabilidade destes grupos. De fato, diante da proposta, o suporte que os insurgentes recebem diminuiria juntamente com sua credibilidade, os custos de ir a guerra aumentariam e, portanto, estes seriam incentivados a aceitar o acordo e não recorrerem à luta, segundo as

³ Esse modelo de Cox visa “avaliar simultaneamente o efeito de vários fatores sobre a sobrevivência. Em outras palavras, ele nos permite examinar como fatores específicos influenciam a taxa de ocorrência de um determinado evento (...) em um determinado momento” (COX PROPORTIONAL-HAZARDS MODEL, [s.d]).

investigações do autor. Nesse sentido, a eficiência dos arranjos *power-sharing* seria significativamente influenciada conforme os resultados das disputas – vitória de um e perda de outro, ou empate – de forma que seriam capazes de direcionar o sucesso ou insucesso do mecanismo (MUKHERJEE, 2006).

Diversamente, Jarstad (2006) analisa o potencial da ferramenta a partir da descentralização e inclusão, e trabalha com sua aplicação em quatro dimensões – política, militar, territorial e econômica. Investigando, principalmente, a inclusão/exclusão das partes em disputa no acordo, a representação de grupo e contestações internas a eles e o nivelamento das relações de poder, Jarstad demonstra que o *power-sharing* pode aumentar o risco de violências.

Quanto à inclusão/exclusão das partes, a autora afirma que o mecanismo incentiva aquelas incluídas a se desarmarem, entretanto constata que os não incluídos continuam a lutar e a utilizar meios de violência física. Além disso, o mecanismo pode prejudicar o desenvolvimento de grupos moderados, limitando seu espaço de atuação. A respeito da contestação intragrupo, um efeito “eclipse”, nos termos da autora, pode atrapalhar a eficiência da ferramenta no sentido de que, ao lidar com o problema principal, percebe-se uma lacuna de ação em relação às dificuldades secundárias, permitindo sua intensificação ou criação de novos complicantes, além do risco dos grupos se dividirem e formarem outros mais radicais. Sobre a representação dos grupos, afirma que o mecanismo tende a não ser capaz de suprir a necessidade de acomodação de novos atores, que podem surgir após a assinatura dos acordos. Por fim, associado a isso, tem-se a questão do equilíbrio das relações de poder que, em meio às transformações das relações, comuns com o decorrer do tempo, pode levar a ruptura do balanço de poder estabelecido no acordo ao longo prazo, uma vez que o *power-sharing* seria incapaz de acompanhar essas alterações (JARSTAD, 2006).

Sendo assim, o emprego do *power-sharing* apresenta dilemas significativos para sua eficiência a curto e/ou longo prazo. A decisão sobre quais grupos incluir ou não nas negociações é fundamental, podendo implicar em sérias complicações futuras, como o surgimento de *spoilers*, os quais sozinhos têm a capacidade de minar um processo de paz. O balanço de poder refletido no acordo é momentâneo e pode ser contestado com as alterações das relações, o que se torna problemático uma vez que o mecanismo não prevê instrumentos de ajuste nesse âmbito (JARSTAD, 2006).

Dentro desta abordagem, assim como na anterior, existem diferentes análises através de outros parâmetros e estudos de casos específicos além dos mencionados, como Walter (2002) que focou na análise das guerras civis entre 1940 e 1992 a partir somente das dimensões política, militar e territorial, não considerando a esfera econômica que o mecanismo pode ser aplicado.

Entretanto, a partir desta brevíssima revisão de literatura, pode-se perceber que os estudos acerca do *power-sharing* se distinguem na conceituação, nos critérios de avaliação, nos métodos e relações causais, não havendo um consenso sobre sua eficiência e consequências às sociedades nas quais são implementados. Vários autores⁴ estudam o mecanismo através de diferentes perspectivas, variáveis, análises de caso e dados estatísticos chegando a conclusões diferentes sobre sua qualidade e eficácia. Contudo, sua importância é notória, uma vez que têm sido amplamente utilizados como forma de governo em casos de diversas regiões do mundo – Holanda (1917-1967), Suíça (1959-1977), Colômbia (1958-1974), Bósnia-Herzegovina (1995-atual), Líbano (1943-1975), República Democrática do Congo (2003-2006), entre outros – impactando diretamente as populações locais, seja com seus sucessos ou insucessos.

Neste trabalho, utilizamos a perspectiva de gerenciamento de conflitos. Consideramos, assim como Anna K. Jarstad, que o *power-sharing* é um mecanismo controverso, podendo apresentar interessantes soluções, mas que, quando colocado em prática, pode gerar efeitos colaterais significativos e, por vezes, contraproducentes. Analisamos o *power-sharing* como uma cláusula de acordos de paz que visam a pacificação de um conflito, especificamente, armado. Entendemos que o mesmo pode ser aplicado nas quatro dimensões abordadas por Jarstad e Hartzell e Hoddie – política, econômica, militar e territorial. Nosso foco ao tratar dessa ferramenta foi, especificamente, investigar uma de suas imprevistas consequências – o surgimento de *spoilers*. Assim, com o foco nesse comportamento específico de alguns atores, os analisamos como sendo consequência de acordos de paz que incluem o mecanismo *power-sharing*.

2.2. Spoilers

Após o final da Guerra Fria (1991) e a partir das profundas alterações na conjuntura internacional dela decorrentes, guerras com aspectos diferentes começaram a despontar no

⁴ Mehler (2009), Walter (2002), Hartzell; Hoddie (2007), Mattes; Savun (2009), Rothchild; Roeder (2005), entre outros.

mundo. Sendo denominadas de “guerras de quarta geração”⁵ ou amplamente de guerras contemporâneas, os novos objetivos, formas de financiamento, métodos e padrões de violência as tornaram mais resistentes e favoreceram o comportamento *spoiler* (AGGESTAM, 2006; NEWMAN, 2006).

Uma vez que após a Guerra Fria nota-se a diminuição dos confrontos interestatais e aumento das guerras civis, as guerras contemporâneas tendem a ser conflitos intraestatais. As forças neoliberais e a globalização que se ampliaram no pós-Guerra Fria propiciaram maior competição por recursos naturais, comércios ilegais, exércitos privados e senhores da guerra criminosos, que frequentemente se organizam em torno de uma identidade. Os impactos sociais foram ampliados, apresentando maiores deslocamentos forçados e mortes de civis, os quais se tornaram alvos diretos dos conflitos. Além disso, com a falência dos Estados e perda de autoridade das instituições públicas, as etnias e religiões se sobressaíram e os conflitos étnicos e religiosos se tornaram mais recorrentes que os político-ideológicos comuns ao período anterior. O Estado perdeu o controle do monopólio da violência, a qual foi privatizada. Nesse sentido, além dos exércitos regulares, os atores das guerras de quarta geração são grupos locais, como milícias rebeldes, gangues criminosas, grupos étnicos, mercenários entre outros, grupos considerados terroristas, instituições privadas de segurança, etc (NEWMAN, 2006).

Apesar de geograficamente se caracterizarem por serem intraestatais, essas guerras são globalizadas, pois envolvem atores e interesses não apenas locais como também estrangeiros, os quais participam diretamente e/ou indiretamente das disputas, mantendo seu território distante dos confrontos físicos, mas influenciando em seus desdobramentos. Essas características demonstram que diversos atores se beneficiam com esses conflitos e, portanto, sua continuação é lucrativa para algumas partes (NEWMAN, 2006). Sendo assim, a natureza das guerras contemporâneas incentiva, em certa medida, o surgimento de *spoilers*, que chegam a ser considerados “empreendedores da guerra” nas análises feitas por Weiss (2007) em relação à economia da guerra.

O termo, utilizado em diversas áreas, se refere à noção de sujeitos que utilizam diversos meios para impedir, atrasar ou derrubar um resultado previsto e/ou esperado. Quando políticas ou outras formas de ação encontram dificuldades imprevistas que impeçam e/ou dificultam a concretização de seus objetivos, pode-se dizer que o fator impedidor/dificultador agiu como

⁵ Conceito introduzido por William S. Lind.

spoiler e obstaculizou o que se aguardava ocorrer. Na ciência política especificamente, o termo ganha relevância nos assuntos relacionados à paz e segurança de zonas conflituosas.

Stephan Stedman cunhou o termo em 1990, a partir da percepção da necessidade de analistas e estudiosos, diante do contexto internacional de mudança na natureza das guerras, categorizar a oposição de um acordo político em sociedades que vivenciam conflitos armados (COCHRANE, 2008). Para Stedman (2000), a simples possibilidade concreta de pacificação, frequentemente expressa através da assinatura de acordos de paz, pode ser interpretada como ameaça à interesses particulares por alguns atores, e são aqueles que necessariamente fazem uso da violência com o objetivo de impedir ou derrubar o processo de paz que são denominados *spoilers*. Nesse sentido, é importante destacar que a rejeição de um processo de paz é diferente da rejeição à paz. Portanto, não pode-se afirmar que os *spoilers*, no âmbito da política e segurança internacional, atuam sempre com a intenção final de minar o estabelecimento da paz (COCHRANE, 2008).

Em um sentido amplo, os *spoilers* podem ser atores individuais ou coletivos, uma pessoa, um grupo, um Estado ou conjunto de Estados, uma instituição pública ou privada, etc. Podem estar próximos ou distantes do evento que pretendem impedir ou interromper e podem ainda fazer parte diretamente ou indiretamente da situação na qual o evento aconteceria. Por exemplo, um grupo armado local, que vê na possibilidade de pacificação de um conflito a diminuição de seu poder ou uma empresa estrangeira, que explora recursos naturais em outro Estado e se beneficia do conflito na medida em que estabelece mercados *booty futures*, ou seja, financiam os grupos que dominam o território que têm interesse através de treinamentos, armamentos, dentre outras formas, em troca da concessão de direitos de exploração. Em um contexto globalizado, independente do caráter do ator ou de sua localização geográfica, táticas voltadas para o bloqueio de um evento podem ser realizadas e, qualquer que seja a motivação para tal, este ator pode se comportar como *spoiler* (NEWMAN; RICHMOND, 2006).

Nesse sentido, cabe ainda destacar o caráter situacional do *spoiler*. Suas ações são baseadas na rejeição de uma situação específica, consequentemente estão sujeitas às alterações de acordo com o desenvolvimento da conjuntura. Alterado o contexto ou modificadas suas circunstâncias, um *spoiler* pode ou não continuar atuando como tal. Portanto, há uma racionalidade em suas ações e esses comportamentos precisam ser analisados dentro de um contexto determinado (AGGESTAM, 2006; COCHRANE, 2008).

Stedman, um dos grandes autores sobre *spoilers*, afirma que a principal questão envolvendo este comportamento está na percepção de custos e benefícios que esses atores têm sobre o processo de pacificação e o nível de comprometimento que têm com seus objetivos. É a partir desses cálculos que um potencial *spoiler* agirá como tal ou não e será ou não plausível de negociação. Nesse sentido, nem todos os *spoilers* são iguais e portanto, exigirão formas distintas de gerenciamento. A abordagem do autor foca, portanto, nos atores – suas intenções e percepções (STEDMAN, 2000).

Stedman (2000) propôs uma classificação desses sujeitos conforme seu posicionamento diante de um acordo, seu nível de flexibilidade e seu *locus* de ação. Quanto ao primeiro fator, um *spoiler* pode estar incluso nas negociações ou excluído delas. Por um lado, quando incluso, ele transmitirá uma mensagem de interesse na busca pela paz, porém não cumprirá com todas suas obrigações ou tentará atrasar as decisões (STEDMAN, 2000). Isso porque seu real interesse não está na paz, mas nos benefícios que o processo pode lhe oferecer, como ganhos materiais, tempo para se reorganizar, o não sofrimento de sanções, informações internas do andamento do processo ou de outros atores etc. Assim, pode se fortalecer contra um considerado inimigo e, no momento oportuno, evitar a implementação do acordo. Richmond (2006), se refere à essa estratégia como *spoilers* que apresentam “objetivos desviantes”, definido por ele como “qualquer envolvimento em um processo de mediação ou de pacificação por parte de uma parte em disputa que não esteja comprometida com um compromisso” (RICHMOND, 2006, p. 63, tradução nossa).

Por outro lado, às vezes os *spoilers* são mantidos fora dos processos, seja porque foram excluídos ou porque não aceitaram fazer parte. De qualquer forma, diferentemente da situação anterior, esses atores costumam utilizar a violência explícita como estratégia para impedir a assinatura ou implementação de um acordo. Dentre suas principais táticas, se destacam o assassinato daqueles que se mostram abertos à negociação, massacres e tentativas de formação de alianças com membros das forças armadas e/ou da polícia (STEDMAN, 2000).

Com relação ao nível de flexibilidade, ao se comportarem como *spoiler* os atores podem ser classificados como limitado, total ou ganancioso a depender das intenções que possuem – obter exclusivamente segurança e sobrevivência ou poder total – e do nível de comprometimento em alcançar esses objetivos. Os classificados como limitados têm objetivos restritos, como um reconhecimento, uma parcela de poder, segurança básica ou reparação de uma pequena queixa, portanto são passíveis de negociação. Os totais, como o termo já sugere,

almejam o poder total e/ou um reconhecimento de autoridade exclusiva. O comprometimento com esses objetivos é alto, tornando suas demandas inegociáveis. Nesse sentido, diz-se que veem o processo como “tudo ou nada” e frequentemente apresentam ideologias radicais. Em consequência, são atores mais difíceis de serem gerenciados e qualquer comprometimento que possam sinalizar com a paz é estratégico, visando alguma vantagem, de acordo com a análise do autor. Por fim, os *spoilers* dito gananciosos são, de certa forma, flexíveis e o comprometimento com seus objetivos variam conforme o cálculo dos custos e benefícios apresentados no momento. Assim como os limitados, também podem ser acomodados nas negociações, desde que ao menos seus objetivos mais essenciais sejam realizados (STEDMAN, 2000). Dessa forma, nota-se através da categorização elaborada por Stedman, que os diferentes *spoilers* apresentam dificuldades distintas para os processos de paz, sendo sua compreensão fundamental nos estudos das dinâmicas do conflito e estratégias de pacificação.

O último aspecto é de onde surge o ímpeto da ação, sua força maior. Se o *locus* da origem do comportamento é o líder, esse *spoiler* pode mudar de tipo com maior facilidade, pois bastaria uma alteração na liderança para que o grupo fosse reestruturado e deixasse de ser total para ser limitado, por exemplo. Essa é uma estratégia possível que facilitaria o gerenciamento desses atores. Em contraposição, quando o *locus* está nos próprios seguidores, então uma mudança se torna mais difícil de ocorrer, sendo necessário refletir sobre outras formas de gerenciamento (STEDMAN, 2000).

Portanto, na perspectiva do autor, as intenções dos atores são determinantes para o comportamento *spoiler* e, como consequência, para o curso do processo de paz. Sendo assim, sua abordagem defende formas de lidar e gerenciá-los específicas de acordo com cada perfil (limitado, ganancioso ou total). Nesse sentido, a melhor estratégia para evitar e/ou combater esses atores se basearia no julgamento sobre suas intenções.

Diferentemente, Greenhill e Major (2006) abordam os *spoilers* através de uma perspectiva estrutural. Segundo eles, ao contrário do modelo de Stedman (2000), seriam as oportunidades apresentadas pela estrutura e o poder relativo dos atores que indicariam o surgimento de um *spoiler* e determinariam seu comportamento e o consequente resultado. As preferências dos atores permanecerão sempre as mesmas, a maximização de seus benefícios. Entretanto, para isso, seus objetivos se alterariam de acordo com as circunstâncias estruturais. Portanto, o perfil comportamental depende do contexto no qual está inserido, das oportunidades disponíveis, bem como do seu poder relativo no momento, e não de suas intenções. Se em um

determinado momento apresentarem capacidade e oportunidade de alterarem a situação unilateralmente à seu favor, os *spoilers* assim o farão podendo em cada instante se enquadrarem em um perfil, independentemente de suas intenções. Nesse sentido, para estes autores, o gerenciamento dos *spoilers* deve focar em diminuir os potenciais ganhos do comportamento *spoiler* e/ou na percepção de que os custos são altos em relação aos benefícios do compromisso com o processo de paz.

Apesar de opostas em relação às formas de lidar com o problema dos *spoilers*, essas abordagens não são excludentes na compreensão desses atores, pelo contrário, em conjunto oferecem um entendimento mais completo sobre as influências e características que marcam o comportamento *spoiler*. Nesse sentido, esta pesquisa utiliza as duas abordagens como complementares, identificando e analisando os *spoilers* a partir do contexto estrutural, suas percepções e intenções.

Assim, trabalhamos com os *spoilers* em ambientes de conflitos armados, particularmente, suas relações com os acordos de paz e processos de pacificação. Trata-se de investigar os *spoilers* do Acordo de Arusha de Ruanda e do Acordo Global e Inclusivo da República Democrática do Congo, portanto, aspectos específicos de cada um desses conflitos e do período relacionado aos acordos citados foram considerados na investigação da atuação como *spoilers* de determinados atores, além da análise dos objetivos e percepções individuais de cada um.

Destacamos que nesta pesquisa nos restringimos a trabalhar apenas os *spoilers* que são indivíduos ou grupo de indivíduos. Apesar de reconhecermos sua provável existência nos casos trabalhados, não faz parte do escopo a investigação dos demais tipos de *spoilers*. Optamos por esse recorte de modo a facilitar o objetivo deste estudo metodologicamente. Portanto, em nossas análises, ao utilizarmos o termo nos referimos especificamente aos indivíduos ou grupo de indivíduos que se comportaram como *spoilers*.

Neste contexto, se tratando de conflitos armados contemporâneos, tentativas de soluções das disputas envolvem a negociação e assinatura de acordos que almejam o estabelecimento da paz. Aqui surge então a questão: a que tipo de paz esses acordos se referem? Um ambiente ausente de conflito seria suficiente para se ter paz? Ou a paz implica na existência de condições específicas? John Galtung define uma “paz negativa”, que seria a simples ausência de conflitos e embates armados entre os atores, o fim da violência direta; e uma “paz positiva”, que está relacionada com o fim das injustiças e desigualdades, se referindo a anulação dos efeitos da violência estrutural e cultural (GALTUNG, 1996).

Os acordos de paz contemporâneos pressupõem a paz positiva de Galtung e buscam desde o fim da Guerra Fria (1991), majoritariamente, o estabelecimento da “paz liberal”. Ou seja, procuram desenvolver as bases da democracia, do mercado livre e globalizado, processos de Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reintegração e Reassentamento de ex-combatentes (DDRRR) e o respeito ao Estado de Direito e aos direitos humanos. Consequentemente, em última instância, os chamados *spoilers* dos processos de paz iriam contra desdobramentos que vislumbrassem os ideais da paz liberal implicados nos acordos, sejam quais forem seus motivos (NEWMAN; RICHMOND, 2006).

Nesse contexto, o termo pode representar uma noção binária – a favor ou contra a paz – o que reduz o assunto de forma demasiadamente simplista, levando a possibilidade de incorrerem em um julgamento de valor ao rotularmos um ator como *spoiler*. Assumir que os processos de paz sempre são justos e igualitários, que todos envolvidos desejam a implementação da paz naqueles parâmetros, além de que a solução sempre se dará com base na acomodação de todos os interesses, é errôneo. Existem grupos com outras ambições que, por vezes, se opõem à pacificação nos termos propostos. Os ideais da paz liberal, inclusos nos acordos de paz supõem valores de origem ocidental e não universais sendo, por vezes, não condizentes com a realidade local. Além disso, o que é visto de longe como um comportamento *spoiler* pode ser defendido pelos próprios como uma tentativa legítima de alterar um processo que não lhes oferece resultados satisfatórios, sob seu ponto de vista. Nesse sentido, esse comportamento pode ser abordado como sendo intrínseco ao processo de paz, no qual os *spoilers* estariam para os processos de paz assim como os conflitos para as mudanças político-sociais (NEWMAN; RICHMOND, 2006).

Discussões acerca do termo *spoiler* em si e suas implicações são frequentes e profundas. Apesar de reconhecer sua relevância, este trabalho utiliza o conceito como forma de recorte e limitação dos atores que nos interessam. Não utilizamos o termo com qualquer juízo de valor, não estando no nosso escopo discutir a terminologia em si. Sendo assim, fizemos uso das abordagens representadas por Stedman (2000) e Greenhill e Major (2006) para delimitar nosso objeto de estudo e analisá-lo conforme as diretrizes destes autores, com a finalidade de avaliar sua relação com a regionalização de conflitos armados. Nesse sentido, uma vez que a tradução do termo também apresenta um caráter depreciativo, optamos por utilizar o termo original em inglês.

2.3. Sistema Regional de Conflitos

No quadro das guerras de quarta geração, nas quais há um aumento das guerras civis e participação de atores de diferentes níveis, como mencionado anteriormente, percebe-se casos de conexões entre os conflitos domésticos de países vizinhos, as quais se diferem das comuns repercussões de um conflito para outro país. Esses vínculos fomentam novas disputas e/ou intensificam as já existentes, estimulando conflitos que passam a interagir entre si de forma a propagar a violência no âmbito regional. À este contexto, os autores têm se referido por Sistema Regional de Conflitos (ANSORG, 2014), Arranjos ou Formações de Conflitos Regionais (ARMSTRONG; RUBIN, 2002), ou ainda Complexos Regionais de Conflitos (WALLENSTEEN; SOLLENBERG, 1998).

Ansorg (2014, p. 296, tradução nossa) define o sistema regional de conflitos como “espaços de insegurança, geograficamente vinculados, caracterizados por conflitos armados interdependentes nos quais participam uma pluralidade de atores que concordam e/ou interagem em redes complexas e em diferentes níveis de ação”. Armstrong e Rubin (2002, p. 01, tradução nossa) conceituam como “conjuntos de conflitos transnacionais que formam vínculos que se reforçam reciprocamente em toda uma região, o que torna os conflitos mais prolongados e complexos”. Sendo assim, de forma paradoxal ao caracterizante aspecto doméstico dos conflitos contemporâneos e ao mesmo tempo refletindo-os e preservando suas características elementares, os sistemas regionais de conflitos denotam conflitos de escala regional com subsistemas nacionais.

As guerras civis, onde as disputas ocorrem entre o Estado e entidades ou grupos subnacionais, principalmente quando acontecem em Estados fracos, levam a maior desestabilização da capacidade do governo em garantir as condições mínimas para seus cidadãos. Como resultado, impactos em níveis e setores diversos são percebidos, os quais sob determinadas condições, ameaçam os países vizinhos não apenas de desenvolverem e/ou intensificarem seus próprios conflitos internos, como também de serem incluídos nas dinâmicas da guerra até então vizinha. Nesse sentido, um sistema regional de conflitos apresenta complexas interações entre as dinâmicas locais, regionais e globais de disputas que envolvem atores heterogêneos e têm origens e forças distintas, mas que, por diferentes causas, se conectam e se promovem reciprocamente a medida que o núcleo das disputas se altera entre os países que fazem parte (SIDA, 2004).

Dessa mesma forma, devido aos complexos nexos entre os países em disputa, através de uma perspectiva exclusivamente nacional, ações direcionadas a determinado conflito doméstico ou local, mesmo que voltadas para pacificação, podem gerar consequências significativas que desestabilizam outro território ao ponto de formar um sistema de conflito mais amplo. Assim, ao estudar conflitos que fazem parte de um sistema regional é importante abordá-los a partir dessa perspectiva, de modo a melhor compreendê-los e analisá-los, uma vez que uma abordagem exclusivamente sob o viés nacional pode deixar de considerar aspectos relevantes, tornando a análise falha ou incompleta.

O continente africano nos oferece diversos exemplos de sistemas regionais de conflito, como o da região centro-norte, no chamado "Triângulo Atormentado", formado por Chade, Sudão e República Centro-Africana (GIROUX; LANZ; SGUAITAMATTI, 2009), o da região do Rio Mano, composto por Libéria, Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim (ALLOUCHE; BENSON; MC'CORMACK, 2016), e o dos Grandes Lagos, que é alvo deste estudo, fazendo parte Angola, Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia (ICGLR, 2006). O tema dos conflitos regionais tem sido estudado sob diversas perspectivas nas Relações Internacionais, levando a múltiplas formas de análises. Estudos quantitativos, como os de Wallensteen e Sollenberg (1998), Raleigh (2007) e Buhaug e Gleditsch (2008), confirmam a existência de sistemas regionais de conflitos através de pesquisas que demonstram o aumento do risco de ocorrência de uma guerra civil quando há um guerra em um país vizinho, o aumento da difusão geográfica dessas na presença de manifestações étnicas e fluxo de refugiados e as implicações que a alteração nas dinâmicas em um conflito pode desencadear em outro, por exemplo (ANSORG, 2011).

Apesar de apresentarem dados estatísticos que comprovam a existência de conflitos regionais, poucas conclusões a respeito de nexos de causalidade e mecanismos que operam entre os fatores são feitas nos trabalhos dessa vertente. Isso, na interpretação de Ansorg (2011), se deve ao "nacionalismo metodológico" arraigado dessas pesquisas, que tendem a ver o Estado como o principal sujeito articulador da guerra no cenário internacional. Dessa forma, estudos quantitativos, como os de Wallensteen e Sollenberg (1998), Gleditsch e Ward (2000) por exemplo, deixando de considerar satisfatoriamente as características do novo padrão de conflitos contemporâneos – ação de novos atores além do Estado e outras –, apresentam lacunas

explicativas sobre as dinâmicas causais que agem entre os elementos encontrados inter-relacionados nesses cenários.

Estas lacunas explicativas vêm sendo alvo, principalmente, dos estudos qualitativos, os quais procuram compreender os motivos e condições que favorecem e/ou estimulam o surgimento de sistemas regionais e quais os mecanismos envolvidos neste processo. Dentre os principais temas abordados nestas pesquisas destacam-se, dentre outros, o apoio e financiamento de grupos armados considerados rebeldes, redes transfronteiriças de comércio, estruturas políticas e econômicas estatais fracas, fluxo de informações, fluxo migratório, militarização de civis e intervenção internacional (ANSORG, 2011; RUBIN; ARMSTRONG; NTEGEYE, 2001).

Armstrong e Rubin (2002) afirmam que os sistemas regionais de conflitos, chamados por eles de Formações de Conflitos Regionais, são produto da globalização. Eles envolvem Estados fracos que não têm capacidade de garantir a segurança e soberania nacional. Tal fato facilita a presença de grupos armados transfronteiriços, também característicos, que se deslocam entre os países através de fronteiras porosas disseminando a violência. A falta de controle sobre as fronteiras também favorece o fluxo de bens e de armas, além da movimentação de pessoas – destacando-se refugiados e milícias. Sendo assim, esses sistemas envolvem relações econômicas, políticas, sociais e de segurança que se apresentam, por exemplo, na forma de economias paralelas e informais, tráfico ilegal e crime organizado, militarização de civis – refugiados, crianças e adultos –, instituições Estatais fracas, disputa por recursos, entre outras. Os motivos que levam ao surgimento dos sistemas regionais podem então ser variados e os aspectos que os sustentam vão se alterando conforme os conflitos evoluem (ARMSTRONG; RUBIN, 2002).

Os diferentes sujeitos envolvidos – milícias locais, grupos considerados terroristas, governos estatais, instituições privadas, etc –, buscando alcançar objetivos individuais, econômicos, políticos e/ou sociais, agem de acordo com suas estratégias e percepções particulares sobre o comportamento do outro (RAPAPORT; IRELAND, 2012). Isso reflete em uma constante alteração das alianças e dificuldade de prever as ações, reações e interações das partes, o que prejudica sua análise e estratégias de resolução (BURGESS; BURGESS, 2005). Sendo assim, diante do alto nível de adaptabilidade às mudanças e não-linearidade das inter-relações, esse tipo de conflito entra em um ciclo contínuo de transformações das dinâmicas, resultando em alta complexidade (MITLETON-KELLY, 2006). Dessa forma, as relações entre

os atores individuais e sua interdependência ganham relevância maior que as causas originárias dos confrontos (WILS et al., 2006).

Nesta linha de raciocínio, Ansorg (2014) afirma haver dois processos que levam a regionalização de conflitos – difusão geográfica das disputas e escalada da violência no mesmo território com o envolvimento de múltiplos atores. Rubin, Armstrong e Ntegeye (2001) diferenciam esses fatores, afirmando que ao se tratar da difusão geográfica remete-se a um escalonamento horizontal do conflito, à ampliação do território, quantidade de atores e interesses envolvidos nas disputas. Em contraposição, a escalada da violência é uma expansão vertical referente a intensidade das agressões. As duas escaladas – horizontal e vertical – entretanto, podem se relacionar por meio de *feedbacks*.

Procurando compreender o que causa a regionalização e as conexões que levam a formação de um sistema regional, Ansorg (2014) elabora três hipóteses e as avalia individualmente buscando verificar se são centrais ou não para a ocorrência do evento. A primeira hipótese não foi confirmada como elementar na regionalização de conflitos. Foi analisada a fraqueza e falência estatal, a qual diminuiria a capacidade do Estado em garantir políticas de segurança aumentando, diante da falta de proteção aos civis, os espaços de insegurança e resultando no envolvimento de outros atores nas disputas. Por um lado, neste caso, a difusão geográfica se daria através do cruzamento das fronteiras por grupos rebeldes à um país fraco e falido, que se aproveitam da situação para estabelecerem suas bases e atuarem sem ou com menor oposição. Assim, interferem na dinâmica deste país levando a violência e, em muitos casos, instigando outras disputas no território além de poder fomentar inimizades entre os governos dos Estados envolvidos. A escalada da violência, por outro, ocorreria como consequência do sentimento de ameaça percebido pelos países vizinhos, os quais potencialmente interviriam no país. Entretanto, a autora concluiu que a fraqueza e falência do Estado não são centrais na articulação dessas atividades e, portanto, também não são no processo de formação de um sistema regional de conflitos (ANSORG, 2014). A fraqueza estatal, juntamente com governos predatórios, ilegítimos e vulneráveis são motivos estruturais que podem originar um conflito. Portanto, apesar de ser relevante para compreensão do conflito de forma geral, não se enquadra como processo de escalada (RUBIN; ARMSTRONG; NTEGEYE, 2001).

As demais hipóteses foram confirmadas. Na segunda foram analisadas redes econômicas informais que suportam os conflitos, como economias paralelas ou apoio de outros governos.

A falta de capacidade Estatal permite o estabelecimento de economias de guerra e a partir disso, atores privados e não-estatais formam redes de comércio locais, regionais e internacionais que possibilitam o financiamento de suas atividades. No momento em que um ator se opõe ao comércio ilegal decorrente e tenta contê-lo, novos combates se desdobram e as agressões aumentam, havendo uma escalada da violência. Esse tipo de apoio também ocorre através do suporte político, militar e/ou econômico de um país externo a um grupo do conflito com o qual possui relações amistosas ou um inimigo em comum. Essa aliança se realiza com intuito estratégico e interesses econômicos, o que torna este país parte do conflito e possível alvo dos opositores do grupo que se aliou, portanto, difundindo o conflito geograficamente (ANSORG, 2014). Além disso, conforme expõe Rubin, Armstrong e Ntegeye (2001), a disponibilidade de recursos pilháveis, principalmente minerais como ouro e diamante, fomentam o estabelecimento das redes informais, as quais, na maioria dos casos, contam com a participação de corporações internacionais, que comercializam produtos finais e, portanto, de certa forma também financiam a guerra.

Por fim, a terceira hipótese investiga a responsabilidade dos refugiados militarizados – combatentes que se misturam na massa de refugiados – na regionalização do conflito. Ao entrar no país vizinho, esses combatentes armados levam a violência a este território, realizam ataques a partir de suas novas bases e assim ameaçam o território de se tornar ambiente dos confrontos, uma vez que são alvo de opositores. Através dessa estratégia, afirma Ansorg (2014), esses grupos aproveitam os benefícios da ajuda humanitária se misturando entre os civis ou através da transferência de bens que conhecidos vivendo em campo de refugiados os passam. Além disso, por vezes, estabelecem sistemas ilegais de taxaço nesses acampamentos, obtendo recursos financeiros e, ocasionalmente, sendo favorecidos pela consequente legitimidade conferida pelas agências humanitárias, quando estas necessitam negociar com eles. Acrescenta-se a isso a questão de que os Estados que recebem esse fluxo de pessoas, muitas vezes não têm capacidade ou mesmo interesse em defrontar esses combatentes, pois sua presença pode ser estratégica em negociações políticas (RUBIN; ARMSTRONG; NTEGEYE, 2001).

Esta abordagem sobre esses conflitos de alto nível de complexidade pode facilitar a compreensão de aspectos fundamentais para a elaboração de estratégias de resolução mais assertivas. Dado que os casos aqui estudados – Ruanda e República Democrática do Congo – se inserem no sistema regional dos Grandes Lagos, trabalhamos com as perspectivas de regionalização por vias da escalada da violência e difusão geográfica de conflitos elaborados

por Ansorg (2014), buscando melhor compreensão sobre os motivos e consequências da atuação de grupos como *spoilers*, além de verificar a validade de nossa hipótese, a qual afirma os *spoilers* terem sido atores-chave para o surgimento/intensificação do sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos na África.

Neste âmbito, cabe ainda esclarecer que esses sistemas têm certa relação com a teoria dos complexos regionais de segurança trabalhada pela chamada Escola de Copenhague (BUZAN; WÆVER, 2003). No entanto, o ponto central dos complexos regionais de segurança é a inserção da região como foco da análise, num meio-termo entre o sistema global e o Estado. Os complexos de segurança em questão são formados por relações que variam da amizade à inimizade e onde “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44, tradução nossa). A ideia da Escola de Copenhague, engloba complexos e sub complexos em uma constelação de segurança onde quatro níveis de análise estão presentes: o doméstico, Estado-Estado, entre regiões e a influência de potências externas. Dessa forma, envolvem as potências, Estados e regiões, experiências históricas e percepções de ameaças coletivas. Nos sistemas regionais de conflitos as percepções e interesses são individuais, a interação entre os diversos atores de determinada região (estatais e não estatais) se alteram com facilidade. Assim, de forma contrária à Escola, a unidade de análise não é a região, mas as interações entre os atores envolvidos na formação, escalada e desescalada de determinados conflitos que conformam um chamado sistema, arranjo ou complexo regional.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A partir da complexidade em que se insere nosso objeto de estudo, bem como nosso caso específico, o uso de metodologias adequadas se faz extremamente relevante para que as análises consigam captar os aspectos mais pertinentes para o trabalho e para que o processamento dos dados seja realizado de forma lógica, coerente e condizente com a realidade.

Nesse sentido, a fim de testar nossa hipótese e assim responder à pergunta de pesquisa – quais as causas e efeitos dos *spoilers* nos acordos *power-sharing* e no sistema regional de conflitos – utilizamos o *process tracing* (rastreamento de processos) em nossas investigações. Além disso, a análise sistêmica e ferramentas de análise de conflitos por ela utilizadas também foram empregadas como auxiliares no decorrer do rastreamento.

Assim, trabalhamos com o *process tracing* como principal metodologia a guiar nossa investigação partindo do pensamento e análise sistêmica, que apoiam a compreensão das dinâmicas envolvidas nos casos elencados. Neste capítulo apresentamos essas metodologias e os procedimentos realizados em sua aplicação nas nossas análises.

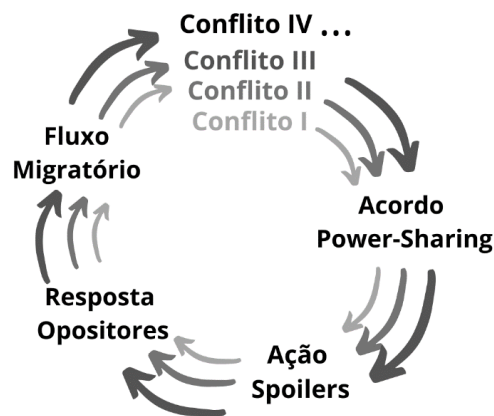
3.1. Process Tracing

A partir de conhecimentos prévios sobre os conflitos na região dos Grandes Lagos africanos, notou-se a recorrência de um padrão de sequência de eventos, apesar de por vezes temporalmente distantes. Conflitos civis na região, geralmente culminam em acordos de paz incluindo cláusulas de *power-sharing* (Burundi, 1994 e 2000; Angola, 1994; Ruanda, 1993; RDC, 2002 entre outros). Esses acordos, com frequência, apresentam lacunas que desencadeiam ações *spoilers* por determinados atores. Como consequência, assiste-se à resposta violenta de opositores o que, por sua vez, resulta em um fluxo migratório, majoritariamente em direção aos países vizinhos. A chegada de migrantes nesses países, que vivem contextos econômicos, políticos e sociais delicados, impulsiona conflitos e assim o ciclo se renova passando a incluir um novo território.

Nesse sentido, tendo em vista o conflito regional presente na região dos Grandes Lagos e os argumentos de Ansorg (2014) sobre a regionalização de conflitos expostos anteriormente, hipotetizamos que essa sequência de eventos, esquematizados abaixo na Figura 1, pode explicar a ampliação/intensificação do conflito regional da região, onde os *spoilers* seriam centrais na

ocorrência dos eventos seguintes que levaram a difusão geográfica e a escalada da violência. Portanto, nosso interesse foi o de verificar, a partir da regionalização do conflito de Ruanda para a República Democrática do Congo, a relação de causa-efeito entre *spoilers* e o sistema regional de conflitos nos Grandes Lagos.

Figura 1 - Diagrama da hipótese causal



Fonte: elaborado pela autora

Investigações de relações de causalidade são realizadas em estudos de diferentes áreas do conhecimento. Seja nas exatas, biológicas ou humanidades, diversas metodologias podem ser aplicadas na busca por verificar correlações, como o método comparativo, o *process tracing* e outros. Podendo ser empregado nas diversas ciências, optamos pelo *process tracing* por melhor se adaptar ao nosso propósito – ir além das simples correlações e investigar o que liga o elemento observado, colocado como causa hipotética, aos resultados percebidos. Em conflitos envoltos por contextos complexos especificamente, o método pode contribuir na compreensão da correlação entre eventos distantes no tempo, a qual pode não ser óbvia devido a não-linearidade característica de suas dinâmicas.

Como o nome sugere, o *process tracing* investiga relações causais através do rastreamento do processo desenvolvido entre o suposto elemento causador X e o suposto resultado Y. A partir de então, o método propõe verificar/analisar os nexos causais entre cada parte do processo de ligação, o qual é denominado de mecanismo ou cadeia causal. Portanto, a hipótese $X \rightarrow Y$ é traduzida em $X \rightarrow [\text{mecanismo causal}] \rightarrow Y$, na estruturação da análise diante

desta metodologia (MAHONEY, 2015; BEACH; PEDERSEN, 2013; BEACH; PEDERSEN, 2016).

Assim, a causalidade é compreendida como um mecanismo. O mecanismo causal se apresenta como sistema no qual diversas partes interagem entre si, transferindo energia que desdobra alterações em um elemento (ator, instituição, estrutura, contexto).

(...) mecanismos são conceitos relacionais, que descrevem as relações ou as ações entre unidades de análise, evidenciando coisas que acontecem, ou seja, como os atores se relacionam, como indivíduos interpretam suas experiências passadas, como instituições mudam, como resultados mesmo sendo ineficientes são difíceis de serem revertidos etc (CUNHA; ARAÚJO, 2018, p. 44).

Nos termos de Waldner (2012, p.75, tradução nossa) “[são] agentes ou entidades que têm a capacidade de alterar seu ambiente porque possui uma propriedade invariante, que, num contexto específico, transmite força física ou informação que influencia o comportamento de outros agentes ou entidades”.

Em outras palavras, um mecanismo causal é constituído por partes que, por sua vez, são compostas por entidades (n) as quais realizam atividades ($\rightarrow$) que transmitem força causal. Assim, cada parte produz modificações que geram uma nova parte, até o surgimento do fenômeno resultante. Logo, podemos desdobrar a representação anterior da seguinte forma: $X \rightarrow [(n_1 \rightarrow)(n_2 \rightarrow)(n_n \rightarrow)]Y$ (BENNETT; CHECKEL, 2015; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Beach e Pedersen (2013) fazem uma analogia das partes de um mecanismo causal com o movimento de engrenagens, as quais transmitem, através de sua atividade, força causal que modifica outra engrenagem e assim por diante, constituindo o movimento de uma roda por exemplo. O movimento da roda seria então o mecanismo causal que transmite forças causais do motor (X) para o movimento do automóvel (Y).

O *process tracing* pode ser utilizado de três formas, a depender do objetivo que se pretende alcançar – verificar se uma teoria já existente se aplica a um caso específico, construir uma nova teoria generalizável aos casos de um fenômeno determinado, ou ainda explicar um dado resultado particular de um caso. Denominadas, respectivamente de *Theory Testing*, *Theory Building* e *Explaining-Outcome*, as duas primeiras têm análises focadas na teoria e, de forma geral, fazem inferências sobre a presença ou ausência de um mecanismo causal. Já a última, centra-se no estudo de um caso determinado e suas inferências são sobre a suficiência explicativa do mecanismo. Entretanto, apesar de serem aplicadas com objetivos distintos, todas são voltadas ao estudo de mecanismos causais – confirmação ou exclusão da existência de um

determinado mecanismo, já teorizado, em um caso; teorização/construção de um mecanismo; ou explicação de um resultado particular por meio de um mecanismo, respectivamente (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Neste trabalho o *process tracing* foi aplicado seguindo a variação *explaining-outcome*, na qual o foco está em um resultado particular observado, sobre o qual objetiva-se desenvolver uma explicação suficiente de seu desdobramento. Nesse sentido, procuramos explicar o processo que resultou na intensificação do sistema regional de conflito dos Grandes Lagos e não as causas do surgimento de um sistema regional de conflitos. Para isso, investigamos, especificamente, a difusão do conflito de Ruanda para a República Democrática do Congo.

Supomos que *spoilers* do Acordo de Arusha (o qual incluiu cláusulas de *power-sharing*), em última instância interferiram no sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos na África, contribuindo para sua acentuação. Ou seja, *spoilers* em Ruanda → intensificação do sistema regional de conflitos dos Grande Lagos. O mecanismo causal que supomos ligar o nosso objeto ao resultado observado é o seguinte:

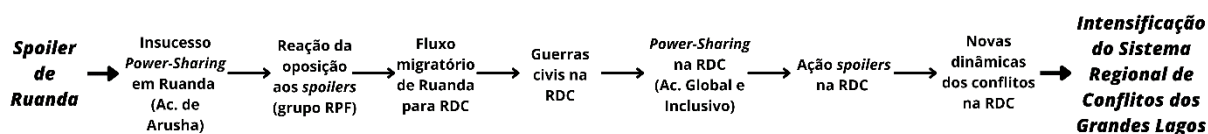
Figura 2 - Mecanismo causal hipotético



Fonte: elaborado pela autora

Estimamos, portanto, que os *spoilers* do processo de paz de Ruanda, foram um gatilho para a guerra civil na RDC, que se alastrou para a região e gerou consequências que se estenderam por décadas. O *power-sharing* estabelecido na RDC também falhou, sendo um dos motivos os *spoilers*, os quais deram continuidade às hostilidades através de novas relações e estratégias, dificultando a resolução dos confrontos dentro do sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos, o qual foi acentuado. Apesar das missões de paz e acordos assinados, o conflito na RDC continua sem resolução, teve suas dinâmicas entre os países da região aprofundadas e atingiu uma dimensão considerada intratável. É esta a cadeia causal que procuramos investigar no próximo capítulo. Esquemáticamente:

Figura 3 - Hipótese



Fonte: elaborado pela autora

Por conseguinte, tratamos aqui de um “mecanismo de transformação”, ou seja, de um processo pelo qual atores do nível micro (dos indivíduos, no caso os *spoilers*) alteram o nível macro (das estruturas, o sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos aqui em específico). Por seu nível de atuação, esse mecanismo também é referenciado como micro-macro, podendo-se falar de “micro-macro *process tracing*”. Outros três casos possíveis são os mecanismos situacionais, ou macro-micro, que inversamente ao primeiro, é a configuração das estruturas que implica em mudanças no nível dos indivíduos. Tem-se também os mecanismos de nível macro, os quais abordam exclusivamente esta esfera, como as teorias estruturais. Ou ainda aqueles de nível micro, que costumam analisar o processo de modificação do nível micro por atores desta mesma camada, por exemplo como os interesses e crenças de grupo afetam suas ações e interações (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Além disso, compreendemos a causalidade pela abordagem probabilística, a qual aponta que os mecanismos interagem com o contexto no qual estão inseridos e, portanto, um mesmo mecanismo pode levar a diferentes resultados quando em conjunturas distintas. Ela difere da perspectiva determinística a qual, de forma geral, entende que o mecanismo produz um resultado fixo independentemente de outros aspectos subjacentes, implicando sempre no mesmo fenômeno (TRAMPUSCH; PALIER, 2016). Sendo assim, na operacionalização do *process tracing*, características contextuais relacionadas ao mecanismo investigado e suas interações também foram analisadas – as condições em que os acordos de Arusha em Ruanda e Geral e Inclusivo na RDC foram instituídos e os antecedentes dos conflitos nesses países, por exemplo. Nesse sentido, a análise sistêmica nos auxiliou na compreensão dos cenários contextuais dos elementos e suas relações com eles, nos revelando a incidência destes na cadeia causal, além de contribuir na investigação dos próprios nexos causais. Nos detemos a essa questão na próxima seção deste capítulo.

A depender da variação do método utilizada – *theory testing*, *theory building* ou *explaining-outcome* –, a operacionalização das análises acontece de uma forma. Nesta pesquisa, ao trabalharmos com a *explaining-outcome*, podemos utilizar tanto a lógica dedutiva como indutiva. Entretanto, seguimos principalmente a segunda e analisamos a cadeia causal de acordo com a sequência temporal progressiva dos eventos. Damos especial atenção à descrição e à sequência, pois é aí que reside o esclarecimento da mudança/transformação (CUNHA; ARAÚJO, 2018). Nesse sentido, desagregamos o mecanismo e investigamos individualmente cada relação entre as partes, de modo a facilitar a busca e análise do nexos causal que implica na parte seguinte, porém, sem perder a perspectiva da conjuntura e do todo mais amplo. Sendo assim, no próximo capítulo, no qual fizemos as análises em si, investigamos os seguintes nexos causais:

1. Ação de *spoilers* em Ruanda → insucesso do Acordo de Arusha
2. Insucesso do Acordo de Arusha → Reação do grupo RPF
3. Reação RPF → fluxo migratório de Ruanda para RDC
4. Fluxo migratório de Ruanda para RDC → Guerras Civis na RDC
5. Guerras Civis na RDC → Acordo Global e Inclusivo
6. Acordo Global e Inclusivo → Ação de *spoilers* na RDC
7. Ação de *spoilers* na RDC → novas dinâmicas no conflito da RDC

Nos estudos qualitativos, as análises dos nexos causais através do *process tracing* se concretizam por meio de observações. Em cada parte do mecanismo que se supõe existir, uma relação de causalidade é observada atentamente procurando por evidências que comprovem a transferência de força causal, ou o que Collier, Brady e Seawright (2010) denominam *causal process observations* (CPO). A busca por evidências é realizada a partir do conhecimento contextual no qual os elementos estão inseridos e pode ter como fonte, nas ciências sociais, documentos, constituições, notícias, entrevistas e suas transcrições, observações diretas e participantes, objetos físicos, entre outros (CUNHA; ARAÚJO, 2018). Além disso, é possível

aplicar testes – *hoop test*⁶, *smoking gun test*⁷, *straw in the wind*⁸ e *double decisive*⁹ –, elaborados por Van Evera (1997), que qualificam uma CPO como necessária e/ou suficiente para o efeito seguinte de forma a corroborar a narrativa analítica desenvolvida (MAHONEY, 2012).

Outra forma de validar e fortalecer a suficiência da explicação encontrada por meio das evidências e que foi utilizada neste trabalho se dá, nas palavras dos próprios autores, “com base em uma avaliação sobre se todas as facetas relevantes do resultado foram contabilizadas adequadamente, garantindo que a evidência seja mais bem explanada pela explicação desenvolvida em vez de narrativas alternativas plausíveis” (BEACH; PEDERSEN, 2013, p. 20-21, tradução nossa).

Posto isso, analisamos cada parte do mecanismo, expomos evidências de fontes diversas, e por fim, atestamos nossa hipótese através da articulação entre a causalidade encontrada e a avaliação sobre a possibilidade de implicações alternativas e suas consequências. Por exemplo, entendemos que o surgimento de *spoilers* em Ruanda levou a violência exacerbada e reação da RPF. A partir disso, nos questionamos: seria possível/plausível uma oposição pacífica por parte dos *spoilers* ao Acordo de Arusha? Caso sim, seria mais provável que a reação da RPF ainda se desdobraria ou deixaria de ocorrer? Assim, a natureza das fontes bem como sua diversidade e sobreposição entre si, juntamente com uma interpretação estruturada, sustentam a utilização das evidências no desenvolvimento de uma narrativa analítica de comprovação do mecanismo causal acima esquematizado, explicando a contribuição dos *spoilers* na intensificação do conflito regional dos Grandes Lagos.

Ademais, é importante destacar que o *process tracing*, apesar de fazer uso do discurso histórico, se diferencia dele na medida em que identifica uma cadeia causal sobre a qual os cientistas buscam desenvolver uma perspectiva analítica.

Uma explicação de *process tracing* difere de uma narrativa histórica, pois requer a tradução de um relato puramente histórico, que implica ou afirma uma sequência causal, em uma explicação analítica composta de variáveis teóricas que foram identificadas no projeto da pesquisa. [...] justificamos a prática de transformar

⁶ Verifica a necessidade de tal evento para uma posterior confirmação da hipótese. Quando o evento passa no teste, a hipótese deve continuar a ser considerada na investigação. Caso contrário, deverá ser excluída das análises (MAHONEY, 2012).

⁷ Verifica se dado evento é suficiente para confirmar a hipótese. Caso passe no teste, a hipótese é validada, entretanto caso contrário, ela não deve ser excluída, pois ele nada afirma em relação a sua necessidade (MAHONEY, 2012).

⁸ Não afirma nada decisivo sobre a hipótese. Caso o evento passe no teste, afirma sua relevância sem a confirmar e caso falhe, a enfraquece, contudo, sem a eliminar (COLLIER, 2011).

⁹ Sendo o mais forte dos testes, caso positivo, confirma a hipótese e elimina as demais. Falhando, a elimina e fortalece outras hipóteses (COLLIER, 2011).

explicações históricas em teóricas analíticas ressaltando que a tarefa do cientista político que se envolve em estudos de casos históricos para o desenvolvimento da teoria não é a mesma que a tarefa do historiador. No entanto, a natureza e a lógica da explicação histórica são de importância direta para o uso do método *process tracing* (BENNETT; GEORGE, 1997, p. 08, tradução nossa).

3.2. Análise Sistêmica

Conforme já explanado, nosso objeto – os *spoilers* – faz parte de um ambiente complexo que, se assemelhando às guerras assimétricas¹⁰ no que diz respeito aos sujeitos em disputa, interconecta diversos atores (nacionais, regionais, internacionais, públicos e privados), níveis de ação (local, nacional, regional e internacional) e interesses (políticos, econômicos, sociais e de segurança). Dessa forma, para o nosso propósito – compreender as causas e os efeitos dos *spoilers* nos acordos *power-sharing* de Ruanda e RDC, evidenciando as consequências para o sistema regional de conflitos nos Grandes Lagos –, seu estudo não pode ser reduzido a um único aspecto de cada dimensão ou ao aprofundamento de uma única esfera. Para a investigação da nossa hipotética cadeia causal através do *process tracing*, uma abordagem analítica que capte os variados aspectos de cada dimensão de forma conjunta se torna necessária.

Uma vez que trabalhamos com um sistema regional – especificamente, um sistema regional de conflitos – utilizamos o pensamento de sistemas como perspectiva. De forma geral, um sistema pode ser conceituado como um todo complexo, sendo composto por diferentes elementos individuais. Juntos, os elementos formam uma estrutura de rede, a qual podemos pensar analogicamente como uma teia, onde os fios (elementos) se interconectam de tal forma que uma alteração em um deles pode desencadear mudanças em todos os demais. Em nosso caso, limitados a uma região, os elementos constituintes do nosso sistema são os diversos conflitos e os Estados e atores neles envolvidos. Qualquer ação/reação de um pode dissipar consequências para os outros, os levando a agir/reagir como resposta. Nesse sentido, pode-se dizer que os sistemas têm como característica a ocorrência de *feedbacks*, onde um ato pode, ao mesmo tempo, ser uma ação e reação a diferentes impulsos. Ou seja, o efeito de um ato, pode ser a causa de outro seguinte. Além disso, a dinâmica da causalidade nos sistemas viabiliza que a sequência de ações e reações retornem ao ato tido como inicial (OLIVA; CHARBONNIER,

¹⁰ Forma de classificação das guerras de acordo com as técnicas utilizadas por cada parte em disputa. Diz-se que uma guerra é assimétrica quando um ou mais atores têm forças muito maiores e potentes que outro(s) ator(es). A assimetria pode ser de três tipos: estratégica, tática ou por *proxy* (LELE, 2014).

2016; ROPERS, 2008). Tal ocorrência é verificada em nossa hipótese, onde *spoilers* surgem de conflitos e, ao mesmo tempo, em última instância, geram conflitos.

Adicionalmente, nesses sistemas têm-se a não-linearidade das relações. As causas e efeitos são multidirecionais e não respeitam uma proporcionalidade. Assim, um ato significativo pode gerar pouco ou nenhum impacto. Ao contrário, uma pequena ação pode gerar uma consequência alarmante em diferentes setores. Acrescenta-se a isso, a não imediatividade dos resultados, os quais podem se desdobrar gradualmente, se distanciando temporalmente de suas causas, tornando-as menos óbvias. Por fim, os sistemas têm capacidade de auto-organização, sendo possível se reestruturarem e se diversificarem, alterando o ambiente de modo a se adaptarem a determinada situação ou se recuperarem dela (OLIVA; CHARBONNIER, 2016).

Dessa forma, nesses ambientes, as ações, reações e interações dos atores, pautadas por objetivos e estratégias¹¹ particulares, se tornam difíceis de prever e refletem percepções individuais sobre o comportamento do outro, gerando constante alteração das alianças entre eles (BURGESS; BURGESS, 2005). Assim, diante do alto nível de adaptabilidade ao ambiente e não-linearidade das inter-relações, esses cenários apresentam um ciclo contínuo de transformações nas relações (MITLETON-KELLY, 2006). Nesse sentido, as dinâmicas entre os atores individuais e sua interdependência, ganham relevância maior que as causas originárias dos confrontos. Portanto, analisar as dinâmicas entre os atores é central para uma compreensão assertiva (RAPAPORT; IRELAND, 2012; WILS *et al.*, 2006).

A partir do pensamento de sistemas, a análise sistêmica, percebendo o todo como mais que a simples soma das partes, é um método que propõe analisar esses ambientes considerando todas suas principais características acima mencionadas – interconectividade, *feedbacks*, causalidades dinâmicas, não-linearidade, atrasos temporais e auto-organização. Através dela, é possível obter um olhar amplo sobre aspectos que circundam um conflito regional, possibilitando a compreensão das ligações entre os atores e identificando e percebendo que pequenos eventos catalíticos, chamados de “gatilhos” (*triggers*) ou ainda “causas imediatas”, geram mudanças profundas em um sistema, às vezes mais significativas que as próprias causas

¹¹ A *proxy war* é frequentemente utilizada como estratégia nos conflitos complexos. Através dela, atores financiam grupos locais com treinamentos, armamentos ou outros equipamentos em troca de alguma vantagem em direção ao seu objetivo. Como exemplo, tem-se grupos armados que dominam um território rico em recurso natural e que fazem alianças com instituições privadas ou governos estrangeiros barganhando recursos financeiros e/ou equipamentos em troca de cederem direitos de exploração daquele território, como foi o caso das mineradoras *American Mineral Fields* e *Tenke Mining Corp* que forneceram milhões de dólares para a AFDL (*Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo*) (SILVA, 2011).

raízes ou originárias das disputas. Neste sentido, a análise sistêmica também contribui amplamente para o processo de tomada de decisões adequadas para resolução dos confrontos (AGUILAR, 2019; ROPERS, 2008; WILS *et al.*, 2006).

Esse tipo de análise propõe uma visão holística, ou *bird's eye view* (visão do pássaro), sem que se perca os detalhes dos subsistemas, *frog's eye view* (visão do sapo). Propõe-se uma análise dos elementos em conjunto com a estrutura. (WILS *et al.*, 2006; OLIVA; CHARBONNIER, 2016). São essas duas perspectivas que necessitamos para avaliar nosso mecanismo causal, principalmente por se tratar de um mecanismo transformacional (micro-macro), que estabelece uma relação de causalidade da esfera micro à macro. Portanto, em consonância com os estudos de cadeias causais, esse tipo de análise nos auxiliou na compreensão das relações englobadas pelo mecanismo causal entre *spoilers* e intensificação do sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos, nos confirmando que “os seres humanos podem ser movidos por queixas e traumas causados há muito tempo e que pequenos eventos catalíticos podem causar mudanças profundas nos sistemas” (ROPERS, 2008, p. 13, tradução nossa).

A análise sistêmica tem sido utilizada nos processos de transformação de conflito como forma de refletir sobre as melhores ações em direção à paz. Dentro de uma perspectiva abrangente de intervenção, diferentemente das intervenções de conflitos que buscam realizar análises para identificar as causas profundas e tratá-las e/ou combatê-las, esse modo de análise se interessa pelas relações, buscando identificá-las e refletir sobre como alterar aquelas com padrões que desencadeiam disputas (COLEMAN, 2006, 2004, 2003 apud ROPERS, 2008). Aqui, fazemos uso dessa abordagem analítica como norteadora do rastreamento do processo causal que investigamos, aproveitando sua capacidade em revelar nexos de causalidade e interação entre os elementos e o contexto.

Sua concretização se dá, notadamente, com o auxílio da utilização de ferramentas de análise de conflitos, cada qual com um objetivo específico – identificar os atores, os temas que movem o conflito, o padrão das relações, o perfil do conflito, visualizar as interconexões, entre outros. Existem diversas ferramentas que podem ser utilizadas na análise, podendo ser combinadas de diferentes formas a depender da intenção particular e tipo do conflito. Neste trabalho, com o objetivo de utilizar a abordagem para nortear a busca por relações causais entre *spoilers* e sistema regional de conflitos, fizemos uso de duas ferramentas particulares.

Fisher *et al.* (2000), expondo e explicando essas ferramentas, afirma que na análise de um conflito é essencial compreender o contexto, o histórico e a atualidade da situação, conseguir identificar todos os atores relevantes envolvidos, conhecer as diferentes perspectivas de cada ator sobre o conflito e suas inter-relações e identificar o que sustenta as disputas verificando se há um padrão ou fatores específicos que mantêm a situação. É nessa esfera que surgem as ferramentas, as quais têm por objetivo contribuir na investigação desses elementos essenciais e devem ser adaptadas para cada caso específico.

Dentre outras, o autor apresenta nove ferramentas: estágios do conflito, linha do tempo, mapeamento do conflito, triângulo ABC, cebola, árvore do conflito, análise do campo de força, pilares e pirâmide. Como nosso propósito é analisar o conflito tendo em vista a busca por evidências que comprovem ou não a cadeia causal que hipotetizamos, utilizamos aqui o modelo de linha do tempo e mapeamento dos atores (FISHER *et al.*, 2007).

A linha do tempo é utilizada para mostrar uma sucessão temporal de eventos considerados relevantes na análise. Portanto, ela reflete uma avaliação do formulador sobre quais fatos foram significativos ou não, mostrando em parte como ele percebe a situação. Grupos opositores, por exemplo, elaborarão linhas do tempo diferentes sobre o mesmo conflito (FISHER *et al.*, 2007; CSC, 2004). Aqui, adaptamos seu uso com o objetivo de mostrar claramente, além dos eventos mais significativos para o resultado de forma geral, o sequenciamento dos eventos e a distância temporal que pode existir entre uma causa e um efeito em situações complexas de conflito. Após sua elaboração, foi feita uma breve descrição sobre os fatos selecionados para consideração.

Pelo mapeamento dos atores, identifica-se e representa-se visualmente as inter-relações entre os atores e o posicionamento de cada um deles (aliança, apoio, oposição, ataque etc), fornecendo assim uma boa contextualização do cenário e visualização mais nítida das dinâmicas do conflito e *links* entre seus sujeitos em determinado período. A representação é feita através de círculos maiores e menores, que representam os atores; e diferentes tipos de linhas, as quais indicam o tipo de relação estabelecida entre eles (FISHER *et al.*, 2007; OLIVA; CHARBONNIER, 2016). Por tratarmos de um conflito altamente adaptável, o mapeamento reflete as relações de um período determinado, em nosso caso aquele da tentativa de implementação do acordo *power-sharing*. Portanto, apresentamos dois mapeamentos, um de Ruanda e outro da República Democrática do Congo, os quais nos são úteis para compreender

e visualizar o posicionamento de cada ator diante do processo de paz e suas ações em curso no período.

Assim, de maneira geral, a análise sistêmica realizada se pautou nas seguintes perguntas: Quem são as partes do conflito de Ruanda e RDC, suas características e inter-relações? Quais temas estão envolvidos nas disputas? (interesses, necessidades e valores) Qual o histórico do conflito de Ruanda e da RDC? (em que medida ele explica a origem das hostilidades e as violências do período estudado?) Qual o contexto e como ele direciona as dinâmicas das relações do período interessado? Qual a percepção das partes sobre o conflito e os processos de paz? (o quão elas desejavam e/ou necessitavam de uma resolução?).

Assim, a partir do pensamento e análise sistêmica foi possível elaborar um perfil do conflito e suas relações do período interessado, o que fundamentou e orientou o *process tracing* durante o decorrer das investigações. Nesse sentido, seguiremos os passos que Bennet e Checkel (2015) defendem como deve ser uma boa aplicação do *process tracing*:

Defendemos um padrão em três partes para o que conta como uma boa aplicação do rastreamento de processos (...). Metateoricamente, ela será fundamentada em uma base filosófica que é ontologicamente consistente com entendimentos baseados em mecanismos da realidade social e metodologicamente plural. Enquanto favorecemos o realismo científico acima, há suficiente (e inevitável) incerteza neste nível filosófico para deixar a porta aberta para abordagens relacionadas como o ecletismo analítico (Katzenstein e Sil 2010), pragmatismo (Johnson 2006; Friedrichs e Kratochwil 2009: 719), assim como o interpretativismo (Pouliot, este volume, Capítulo 9). Contextualmente, utilizará este pluralismo tanto para reconstruir cuidadosamente os processos causais hipotéticos quanto para manter a visão de contextos estruturalmente mais amplos e discursivos. Metodologicamente, ele levará a equifinalidade a sério e considerará os caminhos causais alternativos através dos quais o resultado do interesse poderia ter ocorrido (BENNET; CHECKEL, 2015, p. 21, tradução nossa).

Com a base teórico-conceitual utilizada bem esclarecida, expomos a seguir a análise realizada sobre a hipótese formulada.

4. ANÁLISE DE CASO

Neste capítulo analisamos individualmente cada caso. Seguindo a lógica exposta na hipotética cadeia causal, iniciamos com Ruanda e, posteriormente, com a República Democrática do Congo. Ao final de cada etapa da investigação, as evidências encontradas foram retomadas, evidenciando constatações sobre nossa hipótese. Assim, ao longo do capítulo foram trabalhados aspectos do nível micro que sustentarão as posteriores conclusões do nível macro.

4.1. Histórico de Ruanda e Contexto Pré-negociações

Ruanda é um país africano que faz fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo (RDC) e Tanzânia. Cercado por terras, não tem saída para o mar. Está localizado na África centro-oriental e integra a região dos Grandes Lagos. O país não possui grandes riquezas lucrativas ou domínio de interesses estratégicos que chamam a atenção internacional, como a RDC por exemplo. Entretanto, disputas baseadas em linhagens étnicas no território levaram a tensões e intervenções da comunidade internacional, sendo o evento mais notório o Genocídio de 1994 (ADEKUNLE, 2007).

Sendo sua população composta majoritariamente pela etnia Hutu – aproximadamente 84%, em contraposição a 15% Tutsi e 1% Twa –, durante o período colonial a divisão étnica foi intensificada, favorecendo os Tutsis com base no mito Hamita¹². Sendo assim, estes assumiram posições de liderança e obtiveram privilégios negados aos demais – educação superior, cargos políticos, entre outros (VAN HAPEREN, 2012).

Durante o processo de descolonização, os movimentos independentistas começaram a ter caráter étnico, uma vez que também se disputava qual grupo assumiria a liderança do país após a condição de colônia. Nesse sentido, uma série de disputas violentas em 1959 iniciaram a

¹² “Segundo esta teoria, os Hamitas vieram para o norte da África durante a Idade da Pedra, e de lá se espalharam para o resto do continente. Mudando-se para o sul, os Hamitas se misturaram com os povos indígenas negros da África. A teoria racial foi usada para justificar o imperialismo europeu, nas ideias do diplomata e político francês Arthur de Gobineau (1816-1882). De Gobineau dividiu a humanidade em uma hierarquia de três raças. A raça caucasiana (européide), de acordo com sua teoria, era superior. Depois veio a raça mongoloide, seguida pela raça negroide inferior ou raça negra” (HARPEN et. al, 2012, p. 99, tradução nossa). Ao chegaram em Ruanda e se depararam, principalmente, com a divisão de funções sociais entre tutsis e hutus (pastores e agricultores), os colonos pautados pela tese hamita e se baseando em traços físicos dos tutsis, que acreditavam ser mais próximos aos europeus (altos e de pele mais clara em relação aos hutus, os quais possuíam estatura menor e pele mais escura), acreditaram que estes eram superiores aos demais povos (JONES, 2001).

Revolução Social Hutu. Em 1960, ainda colônia, foi realizada uma eleição colocando um fim à Revolução e à monarquia. O movimento *Parmehutu* venceu e, como consequência, foi registrado um fluxo migratório expressivo de Tutsis ruandeses para, principalmente, Uganda. Dois anos depois, em 1962, o país conquistou a independência e os hutus assumiram seu domínio sob a liderança de Gregoire Kayibanda (JONES, 2001; VAN HAPEREN, 2012). Tal fato aumentou as emigrações de Ruanda, tendo sido registrado o deslocamento de 120 mil refugiados para países vizinhos somente no dia da independência (UNHCR, 2000; KLINGHOFFER, 1998). Segundo dados da Cruz Vermelha, em 1964 havia aproximadamente 336 mil tutsis refugiados no Burundi, Uganda, Zaire e Tanzânia (GUICHAOUA, 1995 apud BAECHLER, 1999).

O governo de Kayibanda se baseou em clãs e favoreceu os hutus da região sul. Assim sendo, Juvenal Habyarimana – hutu da região norte – liderou uma agitação que resultou em um golpe de Estado em 1973, por meio do qual assumiu o governo do país. Habyarimana consolidou seu poder e seguiu com um governo baseado em clãs, discriminando tanto os Tutsis quanto os Hutus de outras regiões. Ele também manteve o unipartidarismo, porém sob o seu partido – *Mouvement Revolutionnaire National pour le Developpement (MRND)*. Nesse sentido, os cargos de lideranças das diversas esferas da sociedade – religiosa, militar, política etc – foram dominados por membros do círculo interno do presidente (JONES, 2001; KLINGHOFFER, 1998). Assim, nota-se que de forma progressiva as disputas políticas mesclavam-se às divisões étnicas. Além disso, pode-se dizer que havia dois níveis de disputas: interétnica (tutsis x hutus) e intra-étnica (hutús norte x hutús sul).

Na década de 1980, diante da conjuntura do colapso internacional do mercado de café, Ruanda enfrentou problemas econômicos que junto com pressões internacionais acirraram as tensões sociais internas. Sua renda per capita caiu de aproximadamente US\$330 em 1989 para US\$200 em 1993, representando uma retração de cerca de 40% (STETTENHEIM, 2000). Com o declínio econômico e agitações políticas, o governo de Habyarimana se enfraqueceu (PEARN, 1999).

(...) a tensão política estava lentamente aumentando também dentro do país. A crise econômica que o país enfrentava, à qual o Presidente admitiu pessoalmente em 16 de junho de 1987 ao nomear um comitê de gestão da crise, aumentou a pressão sobre o regime. O preço do café, a principal cultura de exportação que financiou o governo, entrou em colapso em 1986. O Banco Mundial e o FMI estavam forçando um PAE, um programa de ajuste estrutural, em Ruanda, cortando drasticamente o subsídio disponível para seus apoiadores (ADELMAN; SUHRKE, 1999, p. 66, tradução nossa).

Simultaneamente, tutsis exilados em Uganda, principalmente descendentes daqueles ruandeses que imigraram para o país no pós-Revolução Social e Independência ruandesas, se organizavam com o objetivo de retornar à Ruanda, o que lhes era constantemente negado. Assim, em 1987 foi criada a *Rwandan Patriotic Front (RPF)* a qual, em 1990, em meio a decadência do governo hutu, invadiu o país marcando o início da guerra civil (PEARNS, 1999).

Apesar da RPF ter sido majoritariamente composta por descendentes dos tutsis exilados, o grupo também contava com uma parcela da própria primeira geração de exilados, alguns hutus e outros *banyarwanda*¹³ presentes no país a mais tempo (JONES, 2001). Estima-se que o grupo era composto 98% de tutsis (ADELMAN; SUHRKE, 1999). Após algumas tentativas malsucedidas de estabelecer com o governo uma volta pacífica dos refugiados, o grupo optou por agir de modo independente. Nesse sentido, a RPF foi concebida com o intuito de organizar um retorno militar da população ruandesa refugiada em Uganda e retirar o presidente Habyarimana de seu posto. O grupo defendia um governo democrático e acredita-se que não almejava o restabelecimento da monarquia tutsi, tampouco sobrepor-se aos hutus de outra maneira (FORGES, 1999).

Uma grande parcela de seus membros havia participado da *National Resistance Army (NRA)*¹⁴ em Uganda, portanto possuíam conhecimentos e experiências em como fazer guerra. Sua força de combate, *Rwandan Patriotic Army (RPA)*, foi liderada por Paul Kagame, o qual havia sido vice-diretor de inteligência militar da NRA, e contava com cerca de 7 mil soldados. Dentre eles, aproximadamente metade tinham sido membros do exército de Uganda, através do qual receberam treinamento militar do Reino Unido e dos EUA. Como tais, ao se juntarem à RPA, levaram consigo armas e equipamentos (FORGES, 1999).

Em síntese, a RPF contava com membros treinados, estratégicos e com experiência em campo. Mesmo tendo ocupado postos no governo de Uganda, essa população nunca foi totalmente aceita pelos ugandeses, permanecendo vistos como estrangeiros. Dessa forma, o sentimento de não aceitação no país de origem, tampouco no país de refúgio teve sua parcela de contribuição na grande união e determinação do grupo com seus objetivos. De acordo com

¹³ Denominação dada aos emigrantes de Ruanda da década de 1920 e 1930. Motivados majoritariamente por razões econômicas, eram das três etnias – hutu, tutsis e twa (JONES, 2001).

¹⁴ Grupo militarizado organizado por Yoweri Museveni em 1981 com o principal objetivo de remover Milton Obote da presidência de Uganda. Obote exercia um governo desfavorável à população originária de Ruanda vivendo no país, o que impulsionou essa população a apoiar Museveni através da NRA. Museveni, por sua vez era neto de tutsi ruandesa, fato que o aproximava especialmente de membros de nacionalidade e etnia igual a de seus ascendentes (KLINGHOFFER, 1998).

Seul (1999), a identidade de grupo, ou seja, o sentimento de pertencimento a um coletivo, é uma necessidade humana básica, se relacionando com a busca de um senso de si seguro e positivo. Adelman e Suhrke (1999, p. 89, tradução nossa, grifo do autor) complementam que “a discriminação e o desapontamento podem ter lhes [aos membros da RPF] dado não apenas uma vontade e determinação inflexíveis de lutar e voltar para onde sentiam que, pelo menos, estariam em casa, mas a mesma determinação ‘cega’ poderia trazer intolerância e fanatismo entre as fileiras da RPF/A”.

A Guerra Civil de Ruanda (1990-1994) foi, portanto, disputada entre a RPF e o governo, o qual em campo atuou por meio de suas forças armadas. Em oposição à RPF, as Forças Armadas de Ruanda (FAR) eram compostas majoritariamente por hutus e à época representavam um governo liderado por um presidente da mesma etnia. Composta pela Gendarmeria e Exército nacionais, as forças armadas se beneficiavam dos estreitos laços do governo de Ruanda com a França, a qual mantinha relações com o país desde o período colonial. Ruanda tinha um pacto de assistência militar e de defesa com a França. Através deste acordo, o governo francês apoiava questões de segurança e defesa de Ruanda, ajudando no âmbito militar os “governos amigos” a enfrentar disputas domésticas e ameaças externas. Essa política francesa era parte das políticas do país para com suas ex-colônias e países da África Francófona, na qual Ruanda se inseria. Através dela, a França tinha por objetivo manter vínculos comerciais importantes para sua economia e, dentre outros fins, demonstrar poder e status no âmbito internacional, uma vez que ao mesmo tempo em que colaborava com os interesses de países em desenvolvimento, projetava uma imagem que lhe dava peso diplomático diante de importantes organizações internacionais, como as Nações Unidas. Sendo assim, a França realizou, entre outras atividades, trabalhos de inteligência, prestou apoio logístico e forneceu treinamentos e armamentos ao governo de Habyarimana, impactando significativamente nas hostilidades no território ruandês e suas consequências (ADELMAN; SUHRKE, 1999; UTLEY, 2002).

Além da França, outro país que teve papel semelhante na Guerra Civil, contribuindo para as ações de atores diretos do conflito, foi Uganda. De acordo com Klinghoffer (1998), o país esteve apoiando logisticamente a RPF desde a invasão de 1990. Parte dos armamentos, combustíveis e transportes utilizados pelo grupo vieram do exército ugandês e, de fato, alguns soldados *banyarwanda* lutaram com a RPF. Oficialmente, o governo ugandês negou envolvimento com o grupo e os soldados que se uniram a ele foram considerados desertores, entretanto não foram punidos como anunciado. Além disso, posteriormente, o suporte advindo

do país foi confirmado por agências de inteligência dos Estados Unidos. Considerando o país como praticamente um fiador da RPF, Jones (2001) acredita que o apoio de Uganda ao grupo se deu, principalmente, em virtude do descontentamento da população nacional com a ocupação de cargos do exército nacional por *banyarwandas*. Dessa forma, o apoio à RPF se apresentou como estratégia de resolução de um problema interno, eximindo Uganda de gerenciar essa situação doméstica de forma direta.

Em meio aos confrontos da Guerra, houve massacres e diversas violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário por ambas as partes em disputa, incluindo torturas, prisões arbitrárias, perseguições políticas-ideológicas e assédio sexual, principalmente de mulheres e crianças. Em 1993, a comissão internacional de inquérito de investigação sobre violações dos direitos humanos em Ruanda, criada em 1992 e composta pela *International Federation of Human Rights*, *Africa Watch*, *Inter African Union for Human Rights and the Rights of Peoples* e *International Center for the Rights of the Individual and the Development of Democracy*, divulgou o relatório de suas investigações atestando que o governo de Ruanda cometeu atos “massivos e sistemáticos” de violência direcionados à população tutsi e aos contrários ao regime. A RPF, por sua vez, sequestrou civis, atacou hospitais e campos de refugiados e assassinou membros do MRND e da CDR (*Coalition for the Defence of the Republic*) (FORGES, 1999; ICOI, 1993).

Apesar disso, durante a Guerra, também se destacaram momentos de cessar-fogo, como em março de 1991 (Acordo de N’Sele) e suas emendas em setembro do mesmo ano (em Gbadolite) e, posteriormente, em julho de 1992 (em Arusha), entretanto eles eram violados e as hostilidades logo retornavam. As Forças Armadas Ruandesas permaneciam buscando sua ampliação, utilizando o período de cessar-fogo para melhorarem suas forças. Evidência disto é o fato de terem realizado um processo de recrutamento massivo durante o decorrer da guerra. O exército que contava com aproximadamente 5 mil homens em 1990 (início da guerra civil) mais que quintuplicou suas tropas em um curto espaço de tempo, totalizando cerca de 30 mil homens no fim de 1991. Em meados de 1992, esta continuou crescendo e registrou uma quantidade de 50 mil membros. Além disso, também se nota a compra de armamentos, principalmente da África do Sul, países da Europa Ocidental e principalmente da França (JONES, 2001).

As despesas militares do país – embora tenham começado em um nível relativamente baixo – aumentaram de forma alarmante em termos de taxa de crescimento anual, ou

seja, de US\$ 43 milhões (...) em 1985 (...) para US\$ 113 milhões em 1994 [ao fim da Guerra Civil]. Os gastos militares como porcentagem do PIB aumentaram de 1,9% em 1985 para 7,7% em 1993, ou seja, de US\$ 7 para 15 per capita (BAECHLER, 1999, p. 161, tradução nossa).

Apesar desses esforços, as pressões internas por participação política e igualdades sociais, e internacionais pela introdução de processos democráticos permaneceram em alta. Juntamente com a pressão político-militar da RPF, este contexto contribuiu para que o governo ruandês começasse a ceder espaço para diálogos e o desenrolar de uma resolução pacífica. Assim, em junho de 1991, foi aprovada uma emenda constitucional introduzindo o multipartidarismo no país (FORGES, 1999). Com essa alteração, oposições e partidos com diferentes proposições foram de fato reconstituídos ou formados, como o *Parti Social Démocrate (PSD)*, *Parti Libéral (PL)*, *Parti Démocrate Chrétien (PDC)*, *Mouvement Démocratique Républicain (MDR)*, o qual substituiu o *Mouvement Démocratique Républicain-Parti du Mouvement de l'Emancipation Hutu (MDR-PARMAHUTU)* – antigo partido de Kayibanda – e outros menores (ADELMAN; SUHRKE, 1999).

Na prática, o multipartidarismo significou, sobretudo, maior estruturação para protestos e movimentos. Os novos partidos almejavam participação no poder do Estado e com isso realizaram intensas mobilizações públicas. Assim, Habyarimana, após muito resistir, aceitou dialogar, sinalizando possibilidades de novos acordos. Esse evento e os cálculos de seus desdobramentos não agradaram a todos, levando ao surgimento da *Coalition for the Defence of the Republic (CDR)*. Como resultado dos diálogos, em abril de 1992 foi introduzido um governo de coalizão composto pelo MRND, MDR, PSD e PL. Habyarimana foi mantido como presidente e seu partido, MRND, com nove postos de gabinete, dentre eles o Ministério da Defesa e o Ministério do Interior. O MDR ficou com dois ministérios e o cargo de Primeiro-Ministro, e o PL e PSD com três cada. A recém-criada CDR não foi considerada, ficando excluída da coalizão governamental (FORGES, 1999; JONES, 2001).

Criada em 1992 e inicialmente liderada por Martin Bucyana, a CDR iniciou a formação de uma oposição radical às negociações de paz, incluindo membros mais extremistas do MRND (partido de Habyarimana e que dominava o governo antes da alteração para um governo de coalizão), ministros, elementos do alto escalão do exército e líderes de instituições civis, como religiosos e grandes empresários (JONES, 2001). Nesse sentido, a CDR tinha membros incluídos nas mais diversas esferas da sociedade e que ocupavam cargos de notoriedade dentro

delas. Além disso, seguidores do Poder Hutu¹⁵, seus integrantes eram hutus extremistas que se negavam a compartilhar o poder estatal com os tutsis, os quais eram vistos como estrangeiros. Hutus moderados também foram considerados seus adversários, visto que, apesar da mesma etnia, defendiam posicionamentos e estratégias distintas. Os extremistas da CDR acreditavam em uma “democracia étnica”, em outras palavras, em sua concepção o poder do Estado deveria estar exclusivamente nas mãos dos hutus, sob a justificativa de que estes eram maioria dentre os cidadãos. Sendo assim, diante de sua não inclusão no governo de coalizão e das aberturas deste para diálogos com a RPF, o grupo surgiu a partir do descontentamento para com seus representantes e, portanto, como forma de tentar defender seus interesses e ideais, os quais se encontravam ameaçados em suas perspectivas. Assim, o caráter étnico da guerra civil ficava mais explícito e as disputas interétnica e intra-étnica ganhavam uma nova dimensão, com representantes radicais determinados na perseguição de seus ideais.

4.2. Ação de *spoilers* em Ruanda → insucesso do Acordo de Arusha

Em julho de 1992 foram iniciadas as negociações oficiais entre as partes – RPF e o governo, sendo o último representado por uma delegação. O denominado Processo de Arusha foi um conjunto de reuniões realizadas em Arusha (Tanzânia) com o objetivo de acabar com as hostilidades entre o governo de Ruanda e a RPF e estabelecer a paz. Nesta ocasião de formalização do início das negociações, o acordo de cessar-fogo de N’Sele foi emendado comprometendo as partes ao diálogo e a elaboração de um acordo de paz ao final – o Acordo de Arusha. Este acordo de cessar-fogo inicial determinou, principalmente, o fim de todas as hostilidades, suspensão de fornecimento de armamentos às tropas em campo, libertação dos prisioneiros de guerra e retirada de todas as tropas estrangeiras. Além disso, estabeleceu a criação da *Neutral Military Observer Group (NMOG)*, supervisionada pela Organização da União Africana (OAU)¹⁶, a qual seria responsável por “verificar e controlar” o cessar-fogo (ANNEX II, 1993).

Uma comissão político-militar conjunta (*Joint Political Military Commission – JPMC*) também foi formada, com o objetivo de garantir o acompanhamento da implementação do

¹⁵ Ideologia política racial que acredita na supremacia étnica dos hutus. Foi proposta por hutus extremistas de Ruanda. Os grupos que a seguiam formaram, posteriormente, uma espécie de “coalizão” que colaborou significativamente na articulação do Genocídio de 1994 (FORGES, 1999).

¹⁶ Substituída em 2000 pela União Africana (UA).

cessar-fogo de N'Sele e do acordo de paz que seria assinado na conclusão das negociações. Essa comissão, teria suas bases na sede da OAU e seria composta por representantes do governo de Ruanda e da RPF em igual proporção (ANNEX II, 1993).

Além de outras provisões, este acordo inicial já estabeleceu, em seu artigo V, a concordância dos signatários com o estabelecimento dos princípios do *power-sharing* no âmbito de um governo de transição, os quais seriam tratados e especificados durante as futuras negociações políticas, que resultou em um protocolo particular como veremos adiante. Adicionalmente, este também já previa o *power-sharing* no âmbito militar através da formação de um novo exército nacional composto por pessoal de ambas as partes, o qual seria igualmente discutido e detalhado em um protocolo específico (ANNEX II, 1993).

Aproximadamente após um mês do início dessas negociações, em agosto de 1992 foi formalizado o primeiro protocolo dos cinco que comporiam o acordo final no ano seguinte. Versando sobre o Estado de Direito, destaca-se que as partes concordaram com a garantia da unidade nacional e dos princípios democráticos, isto é: a rejeição contra qualquer forma de exclusão e discriminação entre os cidadãos, o direito inalienável de retorno de refugiados nacionais, um governo baseado no consentimento das pessoas através de eleições regulares, livres e transparentes, a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, o reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos como estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros (ANNEX III, 1993). No dia imediatamente posterior à assinatura, entretanto, o Presidente fez um pronunciamento deixando claro sua discordância com tais compromissos. Ao afirmar que “não iria permitir que os negociadores ‘conduzissem o nosso país em uma aventura que não gostasse’ ” (FORGES, 1999, p. 69, tradução nossa), ficou evidente sua discordância da delegação representativa do governo e sua disposição em impedir o acordo, já demonstrando disposição para agir como *spoiler* ao processo de paz, uma vez que sugeriu estar disposto a tomar atitudes contra um acordo mesmo que todo o restante da delegação fosse a favor. Ainda se percebe que, na medida em que concordou com os diálogos e em seguida se posicionou abertamente contrário aos próprios representantes de seu governo responsáveis na negociação, Habyarimana procurava lidar com as pressões internacionais e da oposição (hutus moderados, tutsis em geral e RPF) ao mesmo tempo em que buscava não desapontar seus seguidores menos flexíveis.

A delegação que representou o governo na mesa de discussões foi liderada pelo Ministro do Exterior Ngulinzira, do MDR, e composta por representantes de cada partido do governo de

coalizão (MRND, MDR, PSD, PL) juntamente com a CDR, a qual foi rapidamente excluída por exigência da RPF. Aqui nota-se a fragilidade com que o governo ruandês entrou nas negociações – em contraposição à RPF unida, organizada e com um agenda bem definida, a delegação era internamente segregada, reunindo grupos com perspectivas, posicionamentos e objetivos distintos. Enquanto o MRND, e a CDR apresentavam uma postura mais linha-dura, o MDR, PSD e PL eram considerados moderados. Ngulinzira, comentando sobre a fragmentação da delegação que liderava, observou que chegar a um consenso entre eles era frequentemente um trabalho mais árduo que alcançar um acordo com a RPF. Isto porque, paralelamente às discussões sobre a RPF, os partidos negociavam as dinâmicas de poder entre eles (STETTENHEIM, 2000).

Muitos eram verdadeiros reformadores que tinham um propósito comum com a RPF em numerosas questões, especialmente a remoção de Habyarimana. Além disso, eles geralmente não apoiavam a guerra, pois a percebiam como uma luta entre os Hutus do norte e a RPF. A oposição, no entanto, também desconfiava profundamente da RPF. Eles estavam incertos sobre o verdadeiro compromisso dos rebeldes com a partilha do poder (...) (STETTENHEIM, 2000, p. 226, tradução nossa).

Diante deste contexto, como presidente, Habyarimana por sua vez pode ser classificado como um potencial *spoiler* de tipo limitado, o qual era passível de negociação, pois mesmo sendo membro de um partido linha-dura, como representante de toda sociedade ruandesa e sofrendo pressões dos moderados, dos tutsis e da comunidade internacional, sedia determinadas aberturas (SCORGIE, 2004). Nesse sentido, “oscilou entre os moderados que apoiavam alguma reconciliação e os linha-dura que se opunham com firmeza a ela. Vários observadores acham que ele não tinha intenção de cumprir os Acordos e que esperava que os franceses o ajudassem a sair de qualquer acordo” (STETTENHEIM, 2000, p. 226, tradução nossa) corroborando a tese de Stedman (2000), de que determinados *spoilers* aceitam um acordo meramente para ganhar tempo e/ou se reestruturarem, ficando no aguardo do melhor momento e estratégia de intervenção.

Em outubro de 1992, outro protocolo foi assinado. Abordando o estabelecimento do sistema *power-sharing* e seu funcionamento, este foi concluído em janeiro de 1993, ocasião em que foram determinadas as divisões e participações de cada grupo no poder político (PEACE, 1993). Nesse sentido, os avanços dos processos de negociações e suas prospecções, especialmente sobre o compartilhamento dos poderes estatais, além da atuação da RPF, parecem ter elevado as preocupações das forças contrárias a um acordo, principalmente da CDR

e MRND, que se viram ameaçadas. Em resumo, a primeira por além de não ter sido incluída no governo de coalizão, ter sido excluída das negociações e a segunda, por se ver perdendo o poder que antes não era obrigada a compartilhar. Assim, de acordo com Klinghoffer (1998), estes articularam uma militarização da população com conotação étnica contra os acordos, a RPF e os tutsis em geral. Nesta tentativa de se imporem e bloquearem o processo de paz, as violências foram propositalmente intensificadas.

Portanto, utilizando o conceito de Stedman (2000), podemos inferir que tanto a CDR como o MRND também podem ser classificados como *spoilers*, pois fizeram uso proposital da violência com a finalidade de minar o desenvolvimento de um acordo de paz.

Preocupados com a diminuição de sua influência e dominância no governo, o MRND criou a *Interahamwe*, que posteriormente foi convertida em uma milícia propriamente dita. Em seguida, a CDR também formou sua ala paramilitar, a *Impuzamugambi*, sob o discurso de que nenhum partido ou instituição estava sendo capaz de garantir consistentemente os direitos de maioria de que acreditavam ter direito os hutus, portanto, de acordo com sua lógica, era preciso agir por conta própria (FORGES, 1999; JONES, 2001).

As milícias tiveram facilidade em recrutar os jovens e os deslocados, membros mais vulneráveis da sociedade, para as atividades violentas. Testemunhas confiáveis relatam que o MRND e a CDR recrutam [inclusive] crianças de apenas oito anos para participar de manifestações e lutas nos bloqueios de estradas públicas; dizem que elas recebem cerca de US \$3,50 por dia. Na prefeitura de Byumba, as milícias recrutaram membros dos diversos campos de pessoas deslocadas na região (AFRICA WATCH COMMITTEE, 1993, p. 12, tradução nossa).

Ambas as milícias foram criadas em 1993, mas recebiam treinamento militar de soldados do exército nacional ruandês e da Guarda Presidencial¹⁷ desde 1992, não coincidentemente após o início das negociações do *power-sharing* (KLINGHOFFER, 1998). Este fato demonstra a organização estratégica do uso da violência por esses grupos, sustentando sua classificação como *spoiler*.

A *Interahamwe*, criada no âmbito do MRND, era maior em efetivo e mais organizada. Fazendo uso da violência direta para desestabilizar o processo de Arusha, essa milícia também deve ser interpretada como *spoiler*. Mesmo depois de adquirir certa autonomia, o grupo continuou sendo muito influenciado pelo partido e muitas vezes contou com o apoio da CDR, sendo ambos seguidores do Poder Hutu. A *Impuzamugambi*, por sua vez, esteve sob controle

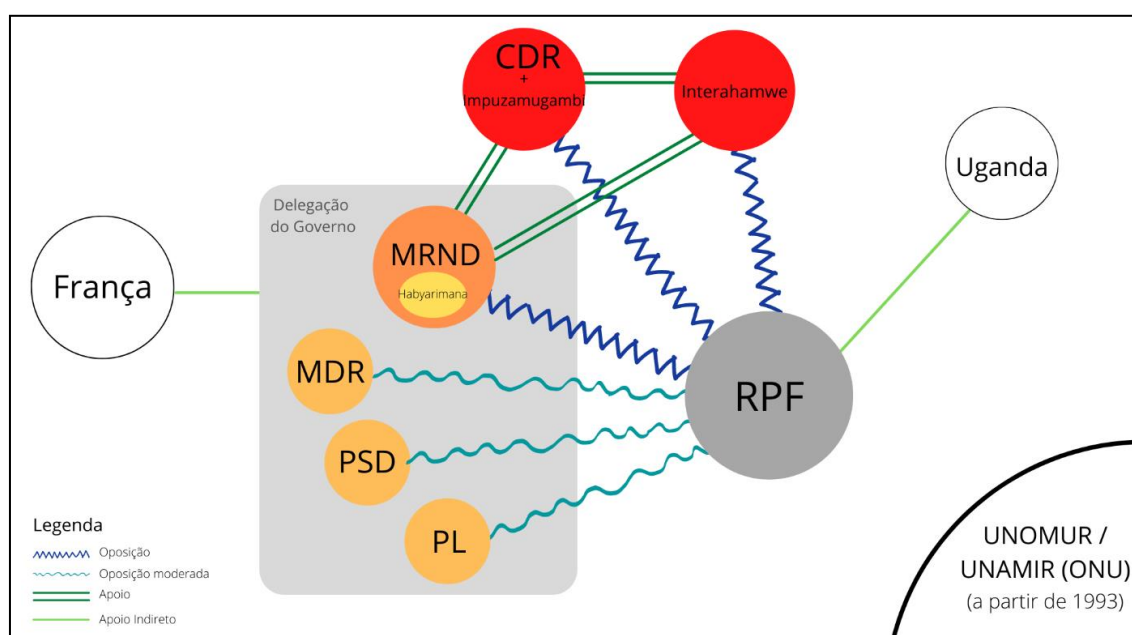
¹⁷ Totalmente formada por hutus da região norte.

direto da CDR, a qual criticava o MRND por conceder muito nas negociações. Ainda assim, ambos colaboraram entre si, bem como seus grupos paramilitares. Alguns acreditam que a CDR foi criada como forma do MRND defender posicionamentos que eram muito radicais para manifestarem abertamente (FORGES, 1999). Nesse sentido, Adelman e Suhrke (1999) afirmam:

(...) a CDR (Coalizão para a Defesa da República) foi criada por Habyarimana e seus apoiadores para dar a impressão de que o MRND era relativamente moderado ao mesmo tempo em que o regime justificava a criação do partido como um testemunho de sua própria dedicação à democracia multipartidária, embora o parlamento, em um dado momento, tenha rejeitado este partido político por causa de sua orientação étnica (ADELMAN; SUHRKE, 1999, p. 69-70, tradução nossa).

Logo, em síntese, as negociações dos arranjos *power-sharing* se deram em um contexto em que as dinâmicas entre os principais sujeitos podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Figura 4 - Mapeamento dinâmicas Ruanda (1992-1994)



Fonte: elaborado pela autora

Vejamos, portanto, mais atentamente as cláusulas de *power-sharing*, as quais fomentaram a formação de alas armadas e atos *spoilers*, e como foram negociadas. O protocolo sobre o *power-sharing* iniciou esclarecendo que as funções do Poder Executivo deveriam ser exercidas em conjunto pelo presidente da república e pelo governo, especificando as funções do presidente e suas limitações, bem como as do governo. Dessa forma, o governo seria

responsável pela garantia da soberania e unidade nacional, estando sob seu poder determinar e implementar políticas nacionais, como leis, negociações de acordos internacionais, nomeação de funcionários públicos, entre outros. Esclarecendo que o governo seria composto por um primeiro-ministro, um vice primeiro-ministro e outros ministros e secretários de Estado, o protocolo também delimitou o poder de cada um deles¹⁸. Quanto ao processo de decisão, este se basearia no consenso, podendo ser decidido por consenso parcial de dois terços quando o assunto já tivesse sido discutido por duas vezes sem atingir nenhuma concordância de todos. Exceção à esta regra, ou seja, exigindo o consenso absoluto de forma mandatória independentemente da quantidade de reuniões necessárias estavam, dentre outras, disposições que envolviam emendas ao Acordo de Paz, declarações de guerra e assuntos relacionados a defesa e/ou segurança (ANNEX IV, 1993).

A decisão por consenso implica no poder de veto e, se por um lado ele é previsto pelo *power-sharing* sob o argumento de defesa das preferências de grupos minoritários, por outro ele pode gerar problemas. O poder de veto pode levar a um impasse e assim ser utilizado como estratégia para bloquear ou atrasar deliberações referentes aos importantes assuntos supracitados (DAHL, 2001). Dessa forma, a necessidade de consenso sempre favorece os contrários à uma proposta, bastando apenas um voto contrário para vencerem enquanto o outro, necessita de 100% de votos a favor da proposição. Essa questão é comum a todos processos decisórios baseados no consenso. À exemplo, têm-se também o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no qual é exigido a concordância de todos os seus cinco membros permanentes para uma proposição ser aprovada. Assim, pode-se dizer que, em certa medida, o próprio *power-sharing* pode favorecer atos *spoilers*.

De toda forma, o *power-sharing* político em si foi programado para ser implementado durante o período específico de transição, o qual seria gerido por um Governo de Transição com vigência determinada. Sua duração era prevista de 22 meses a partir do seu estabelecimento, havendo possibilidade de ser prorrogado uma vez por um período a ser decidido pela Assembleia Nacional de Transição. Além disso, a fase de transição deveria ser encerrada com a realização de eleições livres (ANNEX VII, 1993).

A divisão dos poderes políticos foi planejada para ocorrer nos diversos setores do governo. Quanto aos ministérios, o MRND e a RPF teriam cinco pastas cada um, o MDR quatro, o PSD e o PL três cada e o PDC uma, sendo distribuídos da seguinte forma:

¹⁸ Para mais detalhes sobre esses aspectos consultar Annex IV (1993).

Tabela 1 - Divisão power-sharing político Ruanda

Partido	Pastas
MRND	1. Ministério da Defesa 2. Ministério da Educação Superior, Pesquisa Científica e Cultura 3. Ministério do Serviço Público 4. Ministério do Planejamento 5. Ministério dos Assuntos de Família e Promoção do Status da Mulher
RPF	1. Ministério do Interior e do Desenvolvimento Comunitário 2. Ministério dos Transportes e Comunicações 3. Ministério da Saúde 4. Ministério da Juventude e Movimento Associativo 5. Secretaria do Estado de Reabilitação e Integração Social
MDR	1. Primeiro-Ministro 2. Ministério das Relações Exteriores e Cooperação 3. Ministério da Educação Primária e Secundária 4. Ministério da Informação
PSD	1. Ministério das Finanças 2. Ministério de Obras Públicas e Energia 3. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Pecuário
PL	1. Ministério da Justiça 2. Ministério do Comércio, Indústria e Construção Civil 3. Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais
PDC	1. Ministério do Meio-Ambiente e Turismo

Fonte: (ANNEX IV, 1993, tradução nossa)

A respeito da Presidência, um único cargo, o MRND continuaria com um posto. Já o cargo de vice Primeiro-Ministro deveria ser exercido por um dos ministros advindos da RPF. A divisão de poderes também foi realizada dentro da Assembleia Nacional de Transição. Os deputados teriam mandato para todo o período de transição e as cadeiras seriam distribuídas de forma que uma vez vinculados ao protocolo sobre o Estado de Direito, automaticamente, a MRND, RPF, MDR, PSD e PL teriam direito a onze assentos e a PDC, à quatro. Demais grupos políticos fora do governo de coalizão que desejassem fazer parte, teriam direito a um único assento e este estaria condicionado ao partido “demonstrar o seu compromisso de respeitar os princípios que regem o Protocolo do Acordo sobre o Estado de Direito, apoiar o processo de paz e evitar o envolvimento em práticas sectárias e em qualquer forma de violência” (ANNEX IV, 1993, p. 51, tradução nossa).

A Mesa da Assembleia seria composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário. A ocupação desses cargos seria decidida por votação, maioria absoluta, entre os deputados. Teriam direito a indicar um candidato ao posto de presidente apenas o PSD e o PL. Aquele partido que perdesse esta votação, teria o direito de indicar dois candidatos ao posto de vice-presidente. Quanto ao secretário, o posto seria disputado entre o PDC e os demais partidos políticos, cada um com o direito de apresentar um candidato (ANNEX IV, 1993).

Este protocolo, posteriormente incluído como anexo IV do acordo final, foi contestado amplamente pelos hutus extremistas, notoriamente o MRND e CDR, e membros do entorno de Habyarimana uma vez que, além de não concordarem com qualquer divisão do poder com a RPF, através do compartilhamento de todo o poder do Estado também com outros partidos, seu poder de influência no governo reduziria significativamente. A sua assinatura em específico, determinando o poder político de cada parte, simbolizava a concretização de uma interpretada perda por esses dois grupos, estimulando a radicalidade (JONES, 2001). A CDR, em particular, foi novamente excluída, não participando do já formado governo de coalizão, do então atual processo de negociação e tampouco da repartição do poder político do futuro Governo de Transição. Sendo deixado totalmente à margem do processo conciliatório como um todo, concluímos que o grupo reconhecia pouca ou nenhuma barganha em concordar e/ou apoiar sua concretização. Os custos de lutar por seus interesses em relação aos de aceitar o que estava sendo decidido eram menores, em sua concepção. Assim, acreditamos que tais fatos e interpretações foram fundamentais em suas seguintes ações *spoiler*.

Neste contexto, dias após a assinatura final deste protocolo pela RPF e delegação do governo de Ruanda, Habyarimana, novamente em um movimento oscilatório, declarou sua rejeição e afirmou que alguns pontos necessitariam ser reconsiderados. Como forma de protesto contra o acordado e tentativa bem-sucedida de interromper as negociações, no mesmo mês, o MRND e a CDR articularam seus seguidores e realizaram um massacre contra os tutsis (FORGES, 1999) em um ato *spoiler*. Aproximadamente 300 civis foram mortos e 4 mil pessoas levadas a se deslocarem. Na maioria, estes eram tutsis e membros de partidos políticos de oposição (UNHCR, 1994).

Nesse sentido, através de uma análise local, nota-se que apesar dos desdobramentos positivos em direção à resolução das disputas, embates entre as forças não foram encerrados e massacres eram frequentes. O extremismo hutu, que tinha como alvo, sobretudo, as ações da RPF, o multipartidarismo e as negociações de Arusha, crescia. Ele era representado em especial

pela CDR, MRND e, a partir de determinado momento, expressados principalmente por suas alas armadas (*Impuzamugambi* e *Interahamwe*, respectivamente) (KLINGHOFFER, 1998). De acordo com Forges (1999, p. 64, tradução nossa), “eles procuraram usar a violência étnica para transformar as ameaças em oportunidades para fortalecer sua posição”. Ademais, as milícias cometeram massacres e outras agressões que não foram punidas pelo governo, disseminando um senso de que a violência com fins políticos era aceitável, justificável e normal. Assim, se por um lado estava havendo diálogos e protocolos de paz estavam sendo firmados, por outro as hostilidades ganhavam novas dimensões e o próprio líder do governo não demonstrava comprometimento com a resolução das disputas. As agressões continuavam assim como o trabalho das oposições, incluídas nas negociações ou não, em planejar uma estratégia eficiente para se imporem.

Conforme Stedman (2000), a participação em negociações de paz por parte de alguns *spoilers* é totalmente estratégica. Ao acompanharem os diálogos como parte deles, podem conseguir mais informações sobre o processo e seus considerados inimigos, além de certa maneira, direcionar ou atrasar as negociações ganhando tempo para elaboração e execução de suas táticas. Este foi o caso do MRND, que ao mesmo tempo em que participava das discussões como membro da delegação do governo, articulava a militarização da população através da *Interahamwe*, posteriormente desvinculada do partido estrategicamente.

Diante dos massacres de janeiro de 1993 e sob a justificativa de encerrá-los, a RPF voltou a lançar ofensivas em fevereiro, evento no qual conseguiu avançar militarmente de forma significativa, se mostrando superior à FAR no aspecto militar. Nesse contexto, os governos de Ruanda e Uganda solicitaram às Nações Unidas o envio de observadores para supervisionar a fronteira entre seus territórios de forma que impedisse a utilização da área pela RPF. No final da década de 1980, os imigrantes ruandeses em Uganda foram tema de discussão no Conselho Nacional do país. Mesmo diante do governo de Museveni, o qual tinha certa proximidade com essa população, esses começaram a ser vistos como um problema para o país. Assim, como já mencionado, acredita-se que a invasão e atuação da RPF em Ruanda contava com o apoio de Museveni, o qual procurava resolver um problema interno, ao mesmo tempo em que retribuía o apoio prestado por estes no NRA (JONES, 2001). Dentro desse contexto, portanto, as Nações Unidas autorizaram, através da resolução 846 de 22 de junho de 1993 do Conselho de Segurança, o estabelecimento da *United Nations Observer Mission Uganda–Rwanda* (UNOMUR). A partir deste momento, a organização passou a participar diretamente na situação

instalando as tropas da missão no lado ugandês da fronteira e procurando monitorar que a RPF não obtivesse qualquer assistência militar vinda de Uganda (UN/RES/846, 1993).

Com o retorno das negociações nos meses seguintes, outros três protocolos foram acordados. Em 09 de junho de 1993, foram concluídas as negociações sobre a repatriação de ruandeses refugiados e o reassentamento de deslocados. Aproximadamente 2 meses depois, em 03 de agosto de 1993, foram firmados os dois últimos protocolos, um tratando do *power-sharing* no âmbito militar, que se daria através da integração das forças armadas das duas partes, e outro sobre demais assuntos gerais (ANNEX III, 1993; ANNEX IV, 1993; ANNEX V, 1993; ANNEX VI, 1993; ANNEX VII, 1993).

A integração das forças armadas e formação de um novo exército seguindo os preceitos do *power-sharing* foi o assunto mais delicado das negociações. Ami Mpungwe, facilitador do processo de paz, estrategicamente organizou os diálogos deixando este tema por último na expectativa de as partes adquirirem maior confiança e credibilidade entre elas com as reuniões anteriores, facilitando assim a conciliação no aspecto militar. Entretanto, apesar disso, o estabelecimento de um acordo nesta esfera foi complexo, em especial no que diz respeito ao tamanho das forças e suas composições (STETTENHEIM, 2000).

A delegação representando o lado do governo propôs uma força total de 25 mil soldados, dos quais 17 mil seriam do exército e 8 mil da gendarmeria, quantidades excessivas na percepção da RPF, dos facilitadores e dos observadores do processo. De acordo com o *Document 9* (2014), correspondência entre a embaixada dos Estados Unidos (EUA) em Dar es Salaam e o Secretário de Estado dos EUA, a delegação do governo justificou tais quantidades a partir da orientação do Banco Mundial de que o país deveria utilizar 2,5% de seu PIB com o exército, o que resultaria em 17 mil militares. Além desses, com base em suas previsões sobre a segurança nacional, a delegação calculava que iria precisar de um policial para cada mil cidadãos, conseqüentemente, uma força de 8 mil membros na gendarmeria. Em contraposição, a RPF propôs duas configurações: uma força total de no máximo 15 mil tropas (entre 10-11mil para o exército e 3-3,5 mil para a gendarmeria) ou um exército de 13 mil soldados e uma gendarmeria com 500 membros. Ambas as alternativas já representavam aproximadamente o dobro das forças pré-guerra que eram de 7 mil homens (DOCUMENT 9, 2014).

Quanto à composição do exército, a delegação defendeu uma integração seguindo a proporcionalidade étnica da população. Nesse sentido, as forças da RPF comporiam aproximadamente 20% do novo exército nacional e as do governo, 80%. A RPF, por sua vez,

não concordou. Tendo recém demonstrado sua superioridade militar e conquistado novos territórios na ofensiva de fevereiro em resposta aos massacres de janeiro, o grupo estava em uma posição relativamente confortável. Assim, exigiram uma divisão igualitária, com 50% de participação de cada um. Após discussões, entretanto, ficou acordado que, com um total de 13 mil homens, 60% das forças seriam oriundas do governo e 40% da RPF. Excepcionalmente para os cargos de comando – como de chefe de Estado-Maior, vice chefe de Estado-Maior, chefes de departamento no quartel-general do exército, comandantes de brigada, subcomandante de brigadas, chefes de secção nos quartéis-generais de brigada, comandantes de batalhão e subcomandantes de batalhões, comandantes e subcomandantes de unidades especializadas – a proporção seria de 50% cada e o princípio de alternância deveria ser seguido. Além disso, ficou determinado que o posto de chefe de Estado-Maior do Exército deveria ser ocupado por um representante do governo e o de vice-chefe de Estado-Maior, por um da RPF. Nota-se, portanto, que os demais grupos não foram incluídos no compartilhamento do poder militar (ANNEX VI, 1993; STETTENHEIM, 2000).

O gendarme nacional, seguiu o *power-sharing* de forma similar e ficou acordado em um total de 6 mil homens, 60% oriundos das forças do governo e 40% das da RPF, com exceção para os cargos de comando nos quais, seguindo o princípio de alternância, a representação seria de 50% para cada – chefe de Estado-Maior, vice chefe de Estado-Maior, chefes de departamento na sede geral; comandantes e subcomandantes de agrupamentos; chefes de secção na sede de agrupamento, comandantes e subcomandantes de unidades especializadas e de apoio e comandante e subcomandantes da Escola da Gendarmeria Nacional (EGENA) (ANNEX VI, 1993).

Cabe destacar que novamente a CDR foi excluída do *power-sharing*, desta vez no âmbito militar. Assim, acreditamos que as seguidas exclusões do grupo, percebido como radical, de decisões e participações essenciais do futuro governo, sem uma estratégia paralela de cooptação ou gerenciamento, foi substancial no acirramento de seus descontentamentos e suas convicções da necessidade de utilizar a violência direta para terem suas demandas, que eram inegociáveis, atendidas.

Com as novas forças armadas, tanto a RPF como a delegação governamental teriam que dispensar parte de seu pessoal militar. Nesse sentido, o mesmo protocolo estabeleceu que o excedente de suas forças, aqueles que não fossem incluídos às novas forças armadas, deveriam ser desmobilizados e reintegrados na sociedade civil de forma gradual conforme processos

específicos¹⁹ (ANNEX VI, 1993). Essa reintegração era outro assunto que preocupava as autoridades, uma vez que, de acordo com Joyce Leader, ex-vice-chefe de missão da embaixada dos Estados Unidos em Kigali, em entrevista para o Arquivo de Segurança Nacional dos EUA, o processo de desmobilização de soldados implicava no desemprego dessas pessoas o que é crítico em qualquer acordo de paz e por si só já merece atenção. Entretanto, especialmente em uma sociedade em conflito, com problemas de desenvolvimento e onde a maioria das oportunidades de trabalho estavam no setor público, o assunto era ainda mais complexo (JOYCE... 2013).

A esse respeito, o acordo previa o pagamento de subsídios a todos soldados desmobilizados, porém, conforme comentou o Major Brent Beardsley, ex-assistente militar do comandante da UNAMIR²⁰, também em entrevista ao Arquivo de Segurança Nacional dos EUA, esse compromisso foi um grande desestabilizador. A falta de recursos para o processo de DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração) agravava ainda mais a situação, Beardsley afirma na entrevista:

O maior problema foi que, quando o mandato foi aprovado (...), nós estimamos que precisávamos de um orçamento de 200 milhões de dólares para conduzir a missão, mais aproximadamente 100 mil dólares para conduzir o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração do exército, que foi acordado no Acordo de Arusha com um subsídio muito generoso que as partes negociaram para suas tropas, as quais não eram capazes de pagar (...). O problema era: quem vai pagar por isso? (...) A RPF disse, nós estamos quebrados, nós não temos nenhum dinheiro, e o governo disse, nós estamos quebrados, nós não temos nenhum dinheiro. Então quem paga pelos subsídios? Bom, a comunidade internacional terá que fazer isso. Então tivemos que sair com o chapéu na mão dizendo, quem vai pagar esses subsídios? Bem, o FMI [Fundo Monetário Internacional] disse, nós não fazemos isso. O Banco Mundial disse, nós não fazemos isso. A ONU também disse, nós não fazemos isso. Então nós dissemos bem, é melhor começarmos a descobrir quem vai fazer, porque quando colocarmos todos esses soldados em campos de desmobilização, e lhes foi prometido isso, e eles sabem, e não o receberam, vai haver problemas (...). Havia muitos oficiais, muitos oficiais subalternos e muitas tropas, que durante os três anos anteriores durante a guerra, tinham um salário estável, tinham comida para eles e suas famílias, tinham um emprego, e agora de repente iam perder seu sustento. Não havia segredo de que não tínhamos [UNAMIR] dinheiro para o processo de DDR. Então eles estão sentados lá, e o que vou fazer? Nessa sociedade, onde não há rede de segurança social, quando você cai, você cai bruscamente... Acho que isso foi um grande fator desestabilizador para os militares, especialmente os do lado do governo, essas tropas estavam preocupadas com seu futuro (BRENT... 2013).

¹⁹ Para maiores informações, verificar (ANNEX VI, 1993).

²⁰ *United Nations Assistance Mission for Rwanda*. Missão da ONU estabelecida em 1993 e responsável por apoiar a implementação do Acordo de Arusha.

Mesmo diante destas situações, em agosto o acordo de paz concluindo as negociações e reunindo todos os protocolos pré-estabelecidos foi assinado entre a delegação do governo de Ruanda e a RPF. Denominado Acordo de Arusha, pretendia colocar fim na Guerra Civil dispondo, principalmente, cláusulas sobre o Estado de Direito, estabelecimento de um governo de transição sob o sistema *power-sharing*, tratando da repatriação de refugiados e reassentamento de deslocados, bem como da composição das forças armadas do país conforme visto anteriormente (PEACE, 1993; JONES, 2001).

Ainda foi previsto o apoio das Nações Unidas para a fase de implementação. Através da resolução 872 de 05 de outubro de 1993 o Conselho de Segurança da organização estabeleceu a *United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR)*. A UNAMIR incorporaria a UNOMUR, já em campo, e seu mandato consistia, sobretudo, em contribuir na segurança da capital Kigali, monitorar o acordo de cessar-fogo, a segurança na etapa final do governo de transição em que ocorreriam as eleições e o processo de repatriação de refugiados e reassentamento de deslocados, ajudar na desminagem, investigar casos de não cumprimento do Acordo em relação à integração das forças armadas, apoiar a coordenação da assistência humanitária e investigar e reportar incidentes com a polícia e a gendarmeria (UN, S/RES/872, 1993).

A assinatura do Acordo simbolizava, ao menos teoricamente, o início de uma nova etapa nas relações entre as partes e suas disposições, uma nova organização política para Ruanda. Adicionalmente, com a solicitação das próprias partes por uma operação de *peacekeeping* à ONU, a parte do acordo, a percepção da comunidade internacional, que se mostrou superficial, era de que os atores desejavam genuinamente o estabelecimento da paz e, portanto, de um acordo com alta probabilidade de sucesso (JONES, 2001).

Embora à primeira vista essa conclusão fosse possível, eventos e movimentações locais demonstravam problemas e preocupações significativas que ameaçavam a instauração do acordo negociado. Na percepção dos *spoilers*, a assinatura do Acordo de Arusha, que marcaria o fim da guerra, e o início de sua implementação, significava que sua concretização como ‘perdedores’ estava próxima. Assim, seus planos de impedirem o estabelecimento do acordo por meios violentos foram acelerados, culminando com o genocídio étnico dos tutsis e simpatizantes. Vejamos alguns fatos.

Paralelamente às negociações, no ano de 1993, o recrutamento e treinamento da *Interahamwe* foi ampliado. Além disso, requerimentos de importação entre 1993 e março de

1994 revelaram a entrada de 3.385 mil quilos de bens metálicos, que incluíam martelos, facões, foices e machados. Este último representou 581 mil quilos daquele total, o que equivalia, em média, a 581 mil machados (FORGES, 1999).

Corroborando os indícios, sugeridos pela importação desses instrumentos, da organização de atos violentos, posteriores análises realizadas pela *Human Rights Watch* sobre uma agenda pessoal do coronel Théoneste Bagosora²¹, seguidor de Habyarimana e chefe de administração do Ministério da Defesa, indicam que ele propôs uma ‘força de autodefesa civil’, na qual diversas células formadas por homens civis seriam armadas e treinadas localmente para participar de uma defesa anti-tutsi. Armar esses grupos com armas de fogo teria um custo elevado, daí a razão de optarem por armá-los com machados, facões, foices, entre outras ferramentas (FORGES, 1999). Tal fato, indica o aumento das tensões e desenvolvimento de novas estratégias por parte dos extremistas hutus/*spoilers* na busca da realização de suas convicções e impedir o estabelecimento de um acordo.

Nesse sentido, apresentam-se também as rádios, que foram de extrema importância. A partir deste ano, 1993, elas passaram a exercer papel fundamental na formação de opinião dos cidadãos rurais, recrutamento de civis e disseminação do extremismo hutu, uma vez que grande parte da população ruandesa era iletrada e/ou não possuía acesso a televisão. Em julho de 1993, imediatamente antes do protocolo de integração das forças armadas e da assinatura do Acordo final (agosto de 1993), a *Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTL)* foi fundada, dentre outros, pelo empresário Felicien Kabuga, o qual tinha relações pessoais próximas de Habyarimana – seus filhos eram casados. A RTL foi uma rádio privada de transmissão nacional que, com o intuito propagandístico, transmitia informações muitas vezes falsas sobre o desenrolar das hostilidades e apresentava sua própria retórica. Através de músicas, *talk shows* e discursos, essa rádio transmitiu mensagens de ódio e veementemente opostas ao Acordo de Arusha, acentuando o sentimento anti-tutsi, estimulando a percepção dos tutsis como uma ameaça e encorajando os civis a combater tal situação (ADELMAN; SUHRKE, 1999; STETTENHEIM, 2000). Neste contexto, Adelman e Suhrke (1999, p. 96, tradução nossa) chegam a afirmar que “parece provável que a RTL foi fundada para driblar cláusulas-chave dos Acordos de Paz de Arusha de 1993 que impediram o Governo de Ruanda, bem como a RPF, de incitar à violência, promover a discriminação com base na etnia e emitir propaganda

²¹ Posteriormente, em 2008, foi condenado à prisão perpétua pelo Tribunal Penal Internacional de Ruanda (NYAKAIRU, 2021).

incentivando o povo ao ódio”. Curiosamente, a utilização da rádio como estratégia não foi algo singular de Ruanda, similarmente isso também ocorreu em outros países, como Etiópia e Somália (ADELMAN; SUHRKE, 1999).

Adicionalmente, eventos no Burundi também foram utilizados para elevar o sentimento anti-tutsi em Ruanda e, conseqüentemente, para o recrutamento para a “força de autodefesa civil” dos *spoilers*. Semelhantemente também com divisões étnicas entre tutsis e hutus, em outubro de 1993, o presidente burundiano hutu Ndadaye Melchior, eleito democraticamente em junho do mesmo ano, foi assassinado em uma tentativa de golpe realizada por tutsis que almejavam tomar o poder. O que se seguiu foram confrontos e retaliações entre as etnias gerando o retorno das violências e um grande número de mortos (BUNDERVOET, 2009). Por volta do mesmo período, como parte do Acordo de Arusha, 600 soldados da RPF chegavam em Kigali. Assim, em conjunto, as hostilidades no Burundi e a chegada da RPF na capital ruandesa, foram utilizados como sustentação da retórica dos *spoilers* de forma a aumentar o medo dos hutus em relação aos tutsis e tentar provar a imagem que fora criada de que esses eram inimigos que precisavam ser combatidos (STETTENHEIM, 2000).

Conseqüentemente, a RLTM se tornou mais virulenta, defendendo abertamente a morte dos tutsis como resposta ao massacre dos hutus no Burundi (KLINGHOFFER, 1998). Assim, em mais uma ação de caráter *spoiler*, os radicais se articularam e voltaram a agir com maior força, realizando novos ataques, praticando violência contra a população civil, violando os direitos humanos e o direito internacional humanitário de diversas formas.

Violando o acordo, a RPF revidou também atacando seus opositores e cometendo violências que afetaram a sociedade civil. Diante da intensificação do clima hostil, no início de 1994, a Bélgica solicitou um mandato mais robusto da UNAMIR ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, entretanto tal pedido foi recusado. Demais alertas sobre o acirramento da situação e solicitação de maior apoio também foram enviados à organização, inclusive pelo próprio Dallaire, comandante da UNAMIR. Mesmo assim, o CS manteve a recusa de tomar qualquer medida que implicasse no aumento dos custos da operação (FORGES, 1999).

Outro fato que comprova a organização e planejamento de uma oposição violenta foram delações feitas por informantes. No início de dezembro de 1993, um membro sênior das FAR, profundamente envolvido nos processos políticos do momento, revelou à UNAMIR através de uma carta que massacres de maior amplitude estavam sendo organizados, com especial atenção para áreas de maior concentração de tutsis. O delator ainda revelou que um dos objetivos dessa

estratégia era incitar a RPF a violar os acordos e assim ter um pretexto para retomada geral das disputas, mostrando publicamente que o problema era de ordem étnica. No mês seguinte, em janeiro de 1994, um comandante da *interahamwe*, contatou a UNAMIR e relatou a existência de planos concretos que ameaçavam a implantação do Acordo de Arusha. O informante alertou sobre depósitos de armas, planos de ataques aos membros da Missão e ao acordado Governo de Transição, formação de listas de tutsis de todo país, a existência de infiltrados na UNAMIR e a capacidade da milícia de matar mil civis a cada vinte minutos. Autoridades da ONU, entretanto, não deram a devida credibilidade ao que foi relatado em ambas as ocasiões, dentre outros motivos, porque os relatórios de Roger Booh-Booh, representante especial da organização enviado à Ruanda, apresentava um contexto mais positivo, não condizente com tais informações (FORGES, 1999; JONES, 2001).

Todos esses acontecimentos e movimentações convergiam para um massacre próximo de ampla escala. Outros atores internacionais podem não ter previsto um genocídio tal como ocorreu, entretanto, também alertaram sobre uma situação de alta hostilidade e perigos iminentes, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em fevereiro de 1994, e o governo da Tanzânia, o qual tinha melhor conhecimento sobre a CDR que as Nações Unidas (JONES, 2001).

(...) as evidências sugerem que embora os atores internacionais em Ruanda provavelmente tivessem peças suficientes do quebra-cabeça, eles não possuíam uma análise cultural ou política de Ruanda que lhes permitisse juntar essas peças. (...) em termos gerais, os atores internacionais não perceberam a ameaça específica de genocídio devido a sua preocupação geral com a exequibilidade de Arusha. Isto tem sido referido como ‘a sombra de Arusha’, ou seja, uma espécie de cegueira praticamente generalizada à oposição, resultante de um forte desejo de sucesso de Arusha. A sombra de Arusha combinada com uma gama limitada de referências culturais fizeram com que as Nações Unidas e a maioria dos outros implementadores ocidentais tenham perdido a visão em perspectiva (JONES, 2001, p. 116, tradução nossa, grifo do autor).

Em seguida, em abril de 1994, Habyarimana e outros líderes políticos participaram de uma reunião em Dar-es-Salaam (Tanzânia), na qual o presidente reafirmou seu compromisso com o Governo de Transição. No dia 06, quando voltavam, seu avião foi abatido levando todos que estavam a bordo à morte, destacando-se o presidente Habyarimana e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira. Imediatamente após o ocorrido o general Dallaire, comandante da UNAMIR, afirmou ao coronel Bagosora que a Primeira-Ministra Agathe Uwilingiyimana automaticamente se tornaria Chefe de Estado. Pouco tempo depois, Uwilingiyimana foi assassinada por radicais, seguida de outros políticos hutus considerados moderados. Com a

lacuna política, forças da *Interahamwe* e *Impuzamigambi* tomaram as ruas e iniciaram assassinatos em massa contra Hutus moderados, Tutsis e simpatizantes. Inicialmente os genocidas eram membros dessas forças, entretanto, com as intensas propagandas e chamados por ação transmitidos pelas rádios (notadamente a RTLM) somadas ao bem cultivado medo e rivalidade étnica, não demorou para que a população civil hutu se unisse aos perpetradores e cometessem massacres de seus próprios vizinhos (VAN HAPEREN, 2012).

Em seus estudos sobre os conflitos de Ruanda, Jesse (2017) nos apresenta Philippe (pseudônimo), um ruandês hutu sem histórico criminal anterior que comenta que se juntou voluntariamente à *Interahamwe* com o intuito de defender o país dos invasores tutsis, que ele acreditava serem os inimigos naturais dos hutus. Apesar de reconhecer que havia exceções, ou seja, tutsis que não representavam uma ameaça, Philippe diz em seu relato que eram casos singulares e, mesmo se declarando um cristão devoto, expressou pouco arrependimento sobre os atos que cometeu. Em sua perspectiva, mesmo sendo preso, ele foi vítima, se apresentando primeiramente dessa forma. De fato, sua prisão era vista por ele como uma prova da perseguição e as poucas vezes em que demonstrou assumir alguma responsabilidade por atos criminosos, ele os apresentou como ‘um resultado inevitável’ do ódio, medo e ressentimento dos hutus em relação aos tutsis.

O episódio que ficou conhecido como o Genocídio de Ruanda (1994), inviabilizou a implementação do Acordo de Arusha e só terminou em julho, com a tomada da capital (Kigali) pela RPF liderada militarmente por Paul Kagame, fato que datou fim da Guerra Civil (VAN HAPEREN, 2012).

4.2.1. Constatação 1

Acordos de paz são complexos e delicados. Envolvendo sociedades, contextos e razões distintas, não há uma fórmula que garanta seu sucesso. Acadêmicos e estrategistas analisam inúmeros casos, suas similaridades e diferenças na busca por melhorar as estratégias de negociação e implementação ou, ao menos, minimizar as possibilidades do colapso de uma futura situação. Assim, diversos autores se dedicam ao estudo específico das razões do insucesso de acordos de paz, que normalmente não têm uma única causa, mas diferentes fatores combinados que bloqueiam sua concretização de fato.

O período entre a assinatura de um acordo e sua implementação é o mais incerto e perigoso, é neste vácuo que os acordos de paz são mais passíveis de falhar (STEDMAN, 2001). Segundo Warden (2016), a presença de *spoilers* e o baixo comprometimento externo com a implementação do acordo são os dois aspectos mais relevantes que contribuem para o crítico período imediatamente após a aprovação de uma negociação.

O caso de Ruanda não é exceção às conclusões desse autor. Esperava-se que o sistema *power-sharing* nas esferas política e militar, a ser implementado através do Acordo de Arusha, fosse guiar as novas relações entre os grupos de forma que o Acordo como um todo fosse capaz de estabelecer a paz duradoura. Entretanto, após a conclusão das negociações, no começo do período crítico entre a assinatura e a implementação do Acordo de Arusha, o país foi tomado por um genocídio, evidência central que comprova a sua falha. Ao investigar o evento e quem esteve por trás de seu desdobramento encontram-se sobretudo *spoilers*, notadamente os extremistas da CDR e *Interahamwe*. Analisando a forma como agiram e o contexto, percebe-se que, dentre outros elementos, análises equivocadas e/ou incompletas sobre o terreno e o desleixo internacional das grandes potências em relação ao processo de paz do país foi significativo e contribuiu para o êxito dos atos *spoilers*, que se traduziu no impedimento da implementação do Acordo. Outros fatores importantes que ajudaram e impulsionaram os atores a se comportarem como *spoilers* foram, conforme Scorgie (2004), a estrutura segregada da delegação do governo, que enfraqueceu seu poder de barganha, e a falta de sustentação da confiança entre os signatários na fase de implementação. Adicionalmente, havia o extremismo anti-tutsi e a manipulação das etnias com fins políticos, as quais pautaram as estratégias desses sujeitos. Em todo caso, *spoilers* articularam ou foram articulados por esses instrumentos que resultaram no genocídio. Dentro desse raciocínio, questiona-se: caso tivessem recebido maior atenção e tratamento em paralelo ao processo de paz, impedindo-os de vê-lo como ameaça e reagir com violência, ou seja, caso os atores com capacidade de *spoiler* fossem cooptados evitando que agissem como tal, tais desdobramentos seriam diferentes? Haveria, ao menos, uma probabilidade significativamente menor do Acordo de Arusha colapsar como colapsou? Acima disso, seria possível uma oposição não violenta? Em outras palavras, é plausível pensar que era viável evitar os grupos de atuarem como *spoilers*?

O conflito em Ruanda envolveu questões essenciais à vida humana. O próprio facilitador do processo de paz, Ami Mpungwe, em 1999 em um compilado monográfico resultante do simpósio internacional sobre “Paz e Segurança Internacional: a experiência africana”, ao

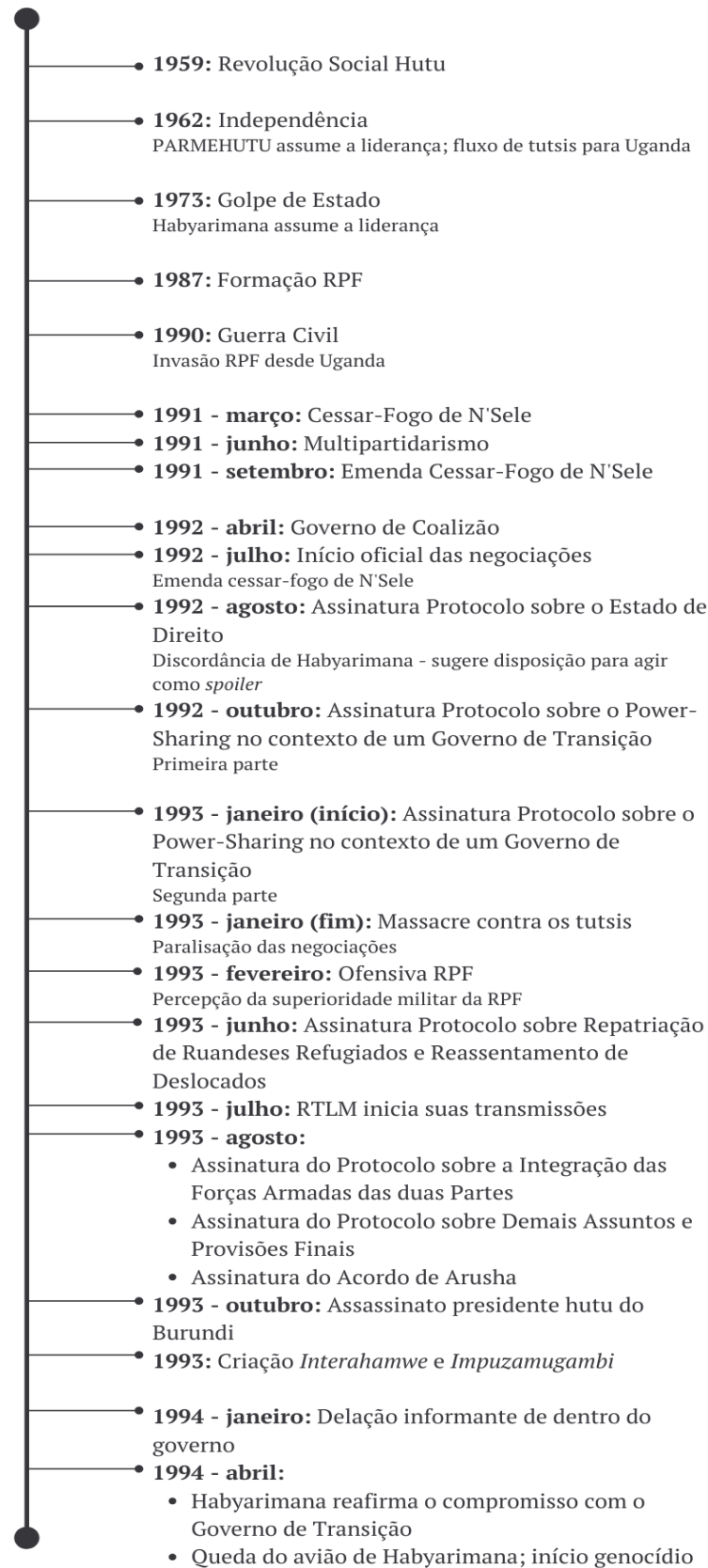
comentar haver semelhanças entre as profundas origens da situação de Ruanda com as dos conflitos na Palestina, ao Apartheid e até mesmo com a situação pela qual passou a Bósnia, afirmou: “esses conflitos, por sua própria natureza e caráter, são extremamente resistentes porque giram em torno de elementos fundamentais da vida humana: terra, segurança, proteção, identidade, reconhecimento, valorização e oportunidades para o desenvolvimento humano como um todo sem limitações” (MPUNGWE, 1999, p. 10, tradução nossa). De acordo com Cook-Huffman (2009), teorias de conflitos étnicos afirmam que grupos com identidades culturais fortes e duradouras possuem grande capacidade de mobilização coletiva, da mesma forma que comunidades que sentem que têm muito a perder com determinada situação. Nesse sentido, quando esses grupos reconhecem a identidade “do outro” como ameaça à sua própria identidade e/ou aos elementos essenciais a sua vida, um conflito violento se torna mais provável. No caso de Ruanda, essa pareceu ser a percepção essencial dos hutus radicais que os levaram a agir como *spoilers*.

Tanto a invasão da RPF quanto o processo de negociação de Arusha são catalisadores do conflito. Elas não são as razões em si mesmas. No entanto, eles contribuíram maciçamente para aumentar as tensões e espalhar o medo em ambos os lados. Enquanto a RPF temia ser definitivamente excluída do poder através de eleições democráticas, os extremistas hutus perceberam o modelo *power-sharing* de Arusha como um primeiro passo para o domínio dos tutsis (BAECHLER, 1999, p. 161, tradução nossa).

Após anos sendo considerados inferiores, o ressentimento contra os tutsis por parte dos hutus foi sendo alimentado na mesma medida em que a segregação étnica entre as etnias era exacerbada. Durante a colônia, cada grupo passou a representar um status político-social com os tutsis sendo os governantes e com privilégios sociais, como na educação. Sendo baseada no mito Hamita, a hierarquia política foi etnopolitizada e os hutus eram considerados “por natureza inferiores aos tutsis”. A partir de então, esses passaram a ter direitos essenciais negados e um ressentimento foi se acentuando, levando-os a perceberem o “outro”, no caso os tutsis, como ameaça a sua própria existência. Assim, com movimentações, revoluções e golpes de Estado, conseguiram assumir a liderança do país. Com isso, e junto com o sentimento de revanchismo e medo, procuraram manter os tutsis longe do poder estatal, negando, inclusive, o retorno de cidadãos desta etnia ao país. Entretanto, isso ocasionou a invasão dos tutsis exilados em Uganda em 1990 e uma guerra civil pelo controle do poder estatal foi iniciada.

Esforços para a diminuição das hostilidades e estabelecimento da paz foram iniciados, porém, desde seus primeiros desdobramentos alguns fatos já apontavam a permanência da

intolerância e elevação do ressentimento, evidenciados pela organização de um massacre coletivo de cunho étnico por parte dos radicais, como exposto anteriormente. Sinteticamente, a linha do tempo abaixo expõe cronologicamente os principais fatos.

Figura 5 - Linha do Tempo - Ruanda (1959-1994)

Fonte: elaborado pela autora

Assim, pode-se dizer que, apesar de não ter nascido neste contexto, o extremismo foi acentuado e consolidado diante da invasão da RPF e ameaçou à ordem política em vigor, notadamente com a introdução do governo de coalizão e aberturas à diálogos pelo governo de Habyarimana. De acordo com Adelman e Suhrke (1999), o extremismo foi utilizado como uma arma política. Dentre uma variedade de formas de utilizá-lo como tal, os autores destacam aquelas de politização das etnias e militarização da política. A primeira pode ser notada no período colonial, no qual as etnias passaram a corresponder a aspectos também políticos e a sociedade ruandesa se dividiu intensamente em dois grupos – tutsis e hutus. Posteriormente, com a invasão da RPF, Habyarimana identificou os tutsis como os inimigos da nação, elevando a politização dessas etnias. Nesse sentido, elas se tornaram uma pauta política. Diante das repercussões da invasão da RPF, no qual tentou-se capturar o poder com o uso da força iniciando uma guerra civil, nota-se a militarização da política e das etnias dada por meio do incremento das forças armadas do país e surgimento e treinamento de milícias em prol do salvamento do regime (ADELMAN; SUHRKE, 1999). Esses acontecimentos reforçaram a segregação hutu-tutsi e fomentaram o extremismo anti-tutsi de grupos radicais que viriam atuar como *spoilers*.

Quando surgem os diálogos de Arusha os hutus, que haviam conseguido alcançar o poder após anos de discriminação se veem novamente seriamente ameaçados. Especificamente com as proposições de *power-sharing* político e militar e suas proporções para o Governo de Transição (60% governo e 40% RPF e 50%-50% para os cargos de comando), aqueles radicais passaram a perceber a concretização do Acordo como o próprio suicídio e vitória da RPF, que para eles representavam os tutsis de forma geral, uma vez que esses arranjos legitimaria os ‘rebeldes invasores’ no poder (SCORGIE, 2004). Os grupos radicais não confiavam no compromisso da RPF com a divisão de poder, tampouco consideraram justo esse compartilhamento, uma vez que acreditavam em uma ‘democracia étnica’.

Como método, os opositores às negociações utilizaram propagandas e meios de comunicação em massa, principalmente rádios e jornais, assassinatos, intimidações, notícias falsas, entre outros. Habyarimana ainda lançou a ideia de união dos hutus no combate a um inimigo comum, os tutsis. Todos esses métodos e discursos formaram uma ampla base para a consolidação do extremismo (ADELMAN; SUHRKE, 1999), que pautou/sustentou atos *spoilers*.

Agravando a situação, parte dos radicais (CDR e *Interahamwe*) foi totalmente excluída do processo de negociação e do *power-sharing*, colocando-os em uma situação em que se viam desprotegidos, ameaçados e que, portanto, enfatizava a balança em prol dos benefícios de recorrer à guerra em comparação aos custos dela. Posto de outra forma, para eles não havia barganha, não poderiam consentir com o Acordo.

Dessa forma, apesar de outros problemas e dificuldades, os *spoilers* foram um dos elementos centrais que levaram ao colapso do Acordo de Arusha. Embora possa se imaginar o desdobramento de diversos eventos, caso determinados acontecimentos tivessem sido diferentes, afirmar qual o mais provável não é algo plausível, tampouco nosso objetivo. Entretanto, visto que as raízes profundas dos atos *spoilers* estão na politização das etnias, que datam desde o período colonial, acrescidos do fato da CDR ter o perfil de um *spoiler* total (conforme as classificações de Stephan Stedman), implicando em demandas inegociáveis as quais incluíam uma democracia étnica, acreditamos poder concluir a baixa possibilidade destes terem agido de forma a não arruinar a implantação do Acordo de Arusha, mesmo que incluídos na negociação, visto que este previa arranjos *power-sharing* político e militar.

Assim, consideramos plausível concluir que os articuladores do genocídio – nossa evidência do fracasso do Acordo de Arusha – atuaram com o objetivo de minar o processo de paz sobretudo em virtude da previsão de arranjos *power-sharing*. Portanto, apesar de não serem os únicos, os *spoilers* foram causadores do colapso do Acordo de Arusha. Ainda assim, diante da complexidade do conflito, é importante ressaltar que outros elementos também se somam aos *spoilers* para o resultado do fracasso do Acordo, não tendo este uma única causa. É admissível e provável, que outros fatores tão significativos quanto os *spoilers* tenham se somado e convergido para o mesmo resultado, entretanto aqui nos interessou analisar a existência de causalidade especificamente entre estes atores e o resultado observado.

4.3. Insucesso Acordo de Arusha → Reação RPF

A partir do assassinato de Habyarimana e início dos massacres, Ruanda passou por situações opostas ao que estabelecia e previa o Acordo de Arusha. De fato, sua não implementação arruinou os planos e expectativas criadas no âmbito do processo de paz gerando desdobramentos específicos que de forma inversa dificilmente aconteceriam.

Poucas horas após a queda do avião em 06 de abril de 1994, Kigali foi cercada por barreiras formadas pela Guarda Presidencial e membros das forças armadas, dando início aos ataques. A princípio as agressões foram direcionadas às elites tutsis e hutus moderados em cargos de influência, como Boniface Ngulinzira, Ministro do Exterior que negociou o Acordo de Arusha e Agathe Uwilingiyimana, Primeira-Ministra e quem seria a responsável imediata por assumir a liderança do país diante de tal situação (KLINGHOFFER, 1998). Em apenas 48 horas um governo interino já havia sido montado, o qual não foi reconhecido pela RPF. Na liderança estavam membros da CDR, destacando-se o Coronel Bagasora (ADELMAN; SUHRKE, 1999; JONES, 2001).

Nesse sentido, a percepção inicial era de que os ataques tinham cunho exclusivamente político. Entretanto, em pouco tempo percebeu-se que os objetivos eram maiores. Adentrando o interior do país, os ataques demonstraram efetivamente a dimensão étnica que também os impulsionava – os perpetradores perseguiram, torturaram, assediaram e assassinaram tutsis comuns, fossem eles políticos e/ou filiados a partidos de oposição ou não. Os hutus também foram vítimas, mas apenas quando considerados contrários ao governo interino ou simpatizantes dos tutsis (KLINGHOFFER, 1998). Logo, ficou claro que os crimes contra a humanidade que Ruanda estava vivenciando eram etnicamente motivados e da ordem de um genocídio. Neste sentido, destaca-se a sistematização e planejamento dos organizadores para alcançar inclusive as áreas rurais. De acordo com Van Haperen (2012):

As ordens foram passadas de cima para baixo através do sistema administrativo. Os governantes informaram os prefeitos e subprefeitos, que por sua vez explicaram aos funcionários mais próximos como as ordens deveriam ser transmitidas aos verdadeiros assassinos. Na maioria dos casos, os diretores de escolas e hospitais, conselheiros locais e empresários estavam envolvidos nos planos de assassinato. Por causa de sua autoridade e influência, eles foram fundamentais para incitar as pessoas comuns a realizar o assassinato (VAN HAPEREN, 2012, p. 110).

Os articuladores eram membros da CDR e de sua milícia *Impuzamugambi* e da *Interahamwe*, que se uniram e juntos somavam cerca de 30 mil homens, além da Guarda Presidencial e alguns soldados do exército nacional (KLINGHOFFER, 1998). Sendo maioria, destaca-se que os três primeiros foram os *spoilers* do Acordo de Arusha, os quais concretizavam seu objetivo de impedir a implementação do Acordo de Arusha e buscavam a consolidação de um governo hutu e limpeza dos considerados inimigos, estrangeiros, não-nacionais.

O trabalho brutal de matar os ‘inimigos’ também contou com a participação de hutus civis, como mencionou Van Haperen (2012) acima. As revistas, jornais e rádios que já vinham

disseminando o sentimento anti-tutsi e promovendo o ódio, neste momento também encorajaram e instruíram, de forma direta e enfática, os civis a pegarem em armas, muitas das quais foram distribuídas pelos organizadores do massacre. A exemplo, em 15 de maio uma transmissão de rádio orientou: “Lutem contra eles com as armas à sua disposição; vocês têm flechas, vocês têm lanças. (...) Pegue suas ‘armas’ tradicionais” (KIRSCHKE; CARVER; COLIVER, 1996, p. 70, tradução nossa, grifo do autor). Frases como “vão ao trabalho” e “limpem ao redor de suas casas” também eram comuns nas transmissões das rádios (KLINGHOFFER, 1998). A RLTM, em específico, ainda contribuiu logisticamente anunciando esconderijos denunciados, nomes e endereços de hutus moderados e tutsis, bem como as direções que as vítimas seguiam na tentativa de escapar, orientando os genocidas em suas buscas (VAN HAPEREN, 2012). Assim, ao olhar para fatos como o planejamento de uma ‘força de autodefesa civil’, a importação de quantidades expressivas de instrumentos como machados e facões, descritas no item anterior, pode-se concluir que as novas estratégias em elaboração na época de fato incluíam a participação civil na limpeza étnica.

Os relatos de sobreviventes tutsis à rede de notícias Al Jazeera ilustram a situação:

Antes de abril de 1994, a RLTM enviou mensagens sobre como os Hutus deviam se proteger contra as “cobras” e as “baratas”, ou seja, os Tutsis. Já havia alguns assassinatos ocorrendo. Pessoas que minha família conhecia em outra região de Ruanda foram mortas. Ouvimos sobre a morte de Habyarimana nas notícias das 6h da manhã na RLTM. A rádio disse imediatamente que as “baratas” atiraram no avião. As pessoas se sentiram desesperadas. Estavam dizendo que “acabou”. Eu me lembro dos gritos, quando as pessoas invadiram casas e as queimaram. Durante todo o tempo, a rádio continuou transmitindo mensagens como “procurem as baratas - certifiquem-se de encontrá-las”. A rádio tocava música que os milicianos podiam dançar enquanto matavam (SWART, 2020, on-line, tradução nossa).

O exército e os combatentes armados foram de casa em casa com listas. Listas de todos os Tutsis. Eles usavam novas catanas, armas, enxadas, todo tipo de instrumentos para matar pessoas (...) Kigali estava infestada de cheiro de cadáveres. Era catastrófico. Mais de 200 pessoas em minha própria família haviam sido mortas. Na família de minha mãe, havia oito irmãos. Apenas um sobreviveu. Tivemos que recomeçar do zero. O país tinha que começar do zero (SWART, 2020, on-line, tradução nossa).

Assim, o genocídio se estendeu por todo o país e só foi terminar em julho com a derrubada do governo interino pela RPF. O Acordo de Arusha não foi implementado e um novo governo nos termos do grupo foi iniciado. Estimativas sobre a quantidade de vítimas fatais apresentam grande discrepância, com os cálculos mais baixos indicando 507 mil e os mais altos 1.2 milhões. De qualquer forma, em aproximadamente 100 dias de genocídio cerca de três quartos do total de tutsis ruandeses foram exterminados (VAN HAPEREN, 2012).

4.3.1. Respostas ao genocídio

Em 09 de abril de 1994, a RPF propôs uma operação conjunta com a UNAMIR com o objetivo de tentar conter as agressões, mas a sugestão foi rejeitada. Dessa forma, com a continuidade das violências e como previamente avisado, a RPF voltou declaradamente ao combate, iniciando por conta própria uma tentativa de encerrar ou ao menos frear os massacres (FORGES, 1999).

Confirmando o denunciado no início de 1994, a UNAMIR também foi alvo dos ataques. Logo no início, ao tentar proteger a Primeira-Ministra Uwilingiyimana, dez *peacekeepers* belgas foram capturados e, posteriormente, assassinados. Diante do fato e sem mandato para proteção de civis, a Bélgica anunciou em 12 de abril a retirada de suas tropas da operação de paz, decisão repetida por Bangladesh, que fez o mesmo com seu contingente. Assim, a força que era de 2.539 membros em 06 de abril foi reduzida para 1.705 (KLINGHOFFER, 1998). Segundo Jones (2001), o ataque aos *peacekeepers* foi estrategicamente realizado pelos agressores com, dentre outros, o objetivo de fazer a UNAMIR optar por sua retirada.

Em 21 de abril de 1994, diante da permanência dos ataques, inclusive nos quartéis da UNAMIR, mandato limitado da missão e sob termos do capítulo VI da Carta das Nações Unidas, a ONU autorizou a retirada de grande quantidade das tropas da UNAMIR no terreno através da resolução 912 do Conselho de Segurança. A decisão foi tomada com base no relatório do Secretário-Geral, o qual propôs três sugestões de alterações da missão devido à nova realidade, sendo a segunda a optada pelo órgão. Assim, o pessoal da UNAMIR em Kigali foi reduzido a um pequeno grupo liderado pelo Comandante e apoiado por um time de suporte composto por uma companhia de infantaria e militares observadores, totalizando cerca de 270 integrantes. Seu mandato foi alterado com o objetivo de que agissem como intermediários entre as partes para que um novo cessar-fogo fosse alcançado. Adicionalmente, a missão continuaria a ajudar a retomada das operações de ajuda humanitária (UN, S/RES/912, 1994; UN, S/1994/470, 1994).

A redução do contingente da missão das Nações Unidas diante do contexto do genocídio demonstrou, mais uma vez, a negligência internacional para com o país e seus cidadãos, contribuindo para a elevação da insegurança local. Além do fato do governo interino estar envolvido no genocídio e da segurança nacional ser praticamente inexistente, a maior organização internacional, a qual supostamente tem como objetivo zelar pela paz mundial, não

se mostrou disposta a defender os civis de forma ativa, mesmo diante de um genocídio. O termo “genocídio” foi inclusive evitado de ser mencionado em diversas reuniões e relatórios da organização, mesmo com pleno conhecimento de que era o que ocorria em Ruanda.

De acordo com Jones (2001) e Adelman e Suhrke (1999), tentativas em campo de levar as partes ao diálogo também não obtiveram resultados, como a reunião organizada por Dallaire no Hotel Meridien em 15 de abril, na qual ficou claro que as condições para um cessar-fogo de cada parte eram incompatíveis, e as chamadas do presidente da Tanzânia para uma reunião em Arusha em 23 de abril e depois em 03 de maio. Consequentemente, em 05 de maio de 1994 o Processo de Arusha foi oficialmente encerrado.

Esse contexto – insegurança e violência generalizada, limitada ação internacional, e condições inegociáveis das partes – formou um cenário ‘justificável’ para o confronto da RPF e desencadeou expressivos deslocamentos internos e emigrações em massa. Poucos dias após a decisão de redução da UNAMIR notou-se, como destaca Des Forges (1999), um fluxo significativo de refugiados saindo de Ruanda em direção aos países vizinhos.

Assim, conforme o desastre humanitário se espalhava por todo o país, se pulverizava na região e era noticiado internacionalmente, críticas de Estados e instituições internacionais e não-governamentais começaram a ser direcionadas à ONU. Países vizinhos também passaram a demonstrar preocupações com os impactos da situação em Ruanda em seus territórios, em especial, com a maior entrada de refugiados. Dessa forma, no final de abril, o Conselho de Segurança voltou a discutir a UNAMIR visando um mandato mais robusto. Entretanto, a RPF já tinha assumido a liderança na luta contra os perpetradores:

Nos três primeiros dias, a 7ª unidade da RPF, comandada pelo coronel Bagire e a 157ª unidade, comandada pelo coronel Fred Ibingira, derrotou as forças governamentais ruandesas no nordeste. A primeira unidade móvel, sob o comando do Coronel Sam Kaká, avançou para a capital, aonde chegaram na tarde de 11 de abril (...). Ali se juntaram ao 3º batalhão, comandado pelo Tenente-Coronel Charles Kayonga, que estava estacionado no CND [Conselho Nacional de Desenvolvimento] e estava em ação desde a tarde de 7 de abril (DES FORGES, 1999, p. 476, tradução nossa).

Além disso, em 12 de abril foi dado início aos ataques à capital Kigali por parte da RPF. Com vistas a esses avanços, o grupo passou a vislumbrar nas disputas e seus progressos não apenas a defesa dos civis, mas uma vitória militar, a qual se apresentava como possibilidade concreta. Dessa forma, Des Forges (1999) relata que, embora sabendo que aproximadamente 100 mil tutsis estavam à espera de um regaste, em 30 de abril daquele ano a RPF se declarou contrária uma intervenção robusta da UNAMIR, que estava em debate no CSNU, declarando

que “a intervenção da ONU nesta fase não pode mais servir a nenhum propósito útil no que diz respeito à cessação dos massacres” (RPF, 1994, p. 04, tradução nossa). Isto porque julgaram que uma ação mais enfática da ONU neste momento poderia atrapalhar a oportunidade de vitória do grupo. Ainda segundo o autor, as estratégias militares da RPF foram avaliadas por especialistas que concluíram que elas de fato apresentavam grandes chances de êxito militar, embora não representassem a melhor opção no que diz respeito à proteção imediata de maior quantidade de civis.

A estratégia militar envolvia o envio de uma força substancial pela fronteira leste e, simultaneamente, o engajamento das forças ruandesas na capital e mais para o noroeste em Ruhengeri. A RPF contava com a determinação do governo em defender o quadrante noroeste, a região natal de Habyarimana e muitos dos oficiais militares. Ao manter viva uma ameaça nessa direção, eles reduziram a possibilidade de o governo deslocar uma parte importante de suas forças do noroeste para outras regiões. Em vez de atacar duramente esta área de força inimiga, a RPF avançou rapidamente através de regiões mais fracas no leste e no sul, depois se dirigiu novamente para oeste e noroeste, aumentando a pressão sobre a capital e o noroeste (...) Os soldados enviados a Ruhengeri, onde poucos Tutsi viviam, tiveram menos oportunidades de salvar vidas do que teriam tido em regiões com uma população Tutsi maior (DES FORGES, 1999, p. 476, tradução nossa).

Além da RPF, destaca-se que os Estados Unidos – membro do Conselho de Segurança da ONU e um dos principais contribuintes financeiros das operações de paz da instituição – e outras potências também expressaram resistência em concordarem com um maior engajamento das Nações Unidas no caso (DES FORGES, 1999). Porém, embora relativamente tardio e com posicionamentos relutantes de importantes atores, após o relatório do Secretário-Geral de 13 de maio ter comunicado a “alta instabilidade, com violências generalizadas” e o desenvolvimento de uma “crise humanitária maior”, o CSNU autorizou a expansão da UNAMIR para 5.500 tropas, conforme sugerido pelo Secretário-Geral no mesmo relatório (UN, S/RES/918, 1994; UN, S/1994/565, 1994).

Denominada UNAMIR II, o proposto pelo Secretário-Geral era uma maior atuação, principalmente no provimento de condições seguras aos civis. Sendo aprovada em 17 de maio de 1994, através da resolução 918 do CSNU, foi adicionada à UNAMIR as responsabilidades de “contribuir para a segurança e proteção das pessoas deslocadas, refugiados e civis em risco em Ruanda, inclusive através do estabelecimento e manutenção, quando possível, de áreas humanitárias seguras” (UN, S/RES/918, 1994, p. 03, tradução nossa). Além disso, com a resolução também foi determinado o embargo do envio de armamentos, munições e itens relacionados, de demais membros da Organização à Ruanda. O planejamento era de que as

novas tropas fossem implementadas no período de um mês, seguindo três fases²² (UN, S/RES/918, 1994; UN, S/1994/565, 1994). Porém, elas só foram estabelecidas em meados de agosto de 1994, quando o genocídio já havia sido encerrado (JONES, 2001).

Em 16 de maio, no dia imediatamente anterior à aprovação da expansão da missão, após conquistas significativas, a RPF saía em direção aos quartéis do governo interino, que neste momento já haviam migrado de Kigali para Gitarama (KLINGHOFFER, 1998). Dessa forma, novamente demonstrando o interesse em garantir uma vitória militar da guerra acima da proteção da população, o grupo se manifestou exigindo que a missão da ONU não interferisse na proteção ativa dos civis e que permanecesse apenas no âmbito da ajuda humanitária (FORGES, 1999). O incremento da UNAMIR poderia bloquear seus avanços, agora em direção aos quartéis da oposição, em um momento em que o grupo estava ganhando ainda mais terreno militarmente, se aproximando da vitória total da guerra.

Ao mesmo tempo em que avançavam para o triunfo, a RPF continuou apelando à unidade nacional afirmando que tutsis e hutus eram todos “filhos de Ruanda” e que a segregação étnica havia sido introduzida pelo “homem branco”, se referindo aos colonos europeus. Embora, através de transmissões de rádio, Kagame tenha encorajado jovens forçados a entrar na milícia a denunciá-las “para salvar suas vidas”, o que sugeria uma ameaça (DES FORGES, 1999).

Enquanto as discussões sobre a implementação prática da UNAMIR II atrasavam seu desdobramento, majoritariamente devido a questões relacionadas ao fornecimento de tropas, os assassinatos em massa continuavam. A RPF, que percebeu a ineficiência das Nações Unidas e viu na situação a oportunidade da vitória militar, progrediu na guerra contra o governo interino derrubando-o em 13 de junho de 1994. Diante do expressivo avanço do grupo, a França solicitou às Nações Unidas um mandato para que intervissem com suas forças (KLINGHOFFER, 1998). Em 22 de junho, mesmo preocupados quanto aos propósitos deste país e sua imparcialidade, uma vez que a França já havia estado alinhada ao governo de Habyarimana, o CSNU endossou a intervenção francesa através da resolução 929, porém limitando-a à permanência máxima de dois meses e ao caráter puramente humanitário, ou seja, as tropas não tinham autorização para intervir nos confrontos entre os grupos (UN, S/RES/929, 1994). A Operação Turquesa, como foi denominada, contou com 2.500 militares de origem francesa e senegalesa.

²² Para maiores detalhes consultar UN, S/1994/565 (1994).

Contrária à Operação, no mesmo dia em que foi autorizada pelo CSNU, a RPF lançou ofensivas contra Kigali, tomando a cidade em 04 de julho. Em meados de julho o grupo ocupou a sede do governo provisório em Gisenyi, a qual tinha sido montada após sua derrubada de Gitarama, e proclamou um novo governo. Derrotados, o exército ruandês e os perpetradores se deslocaram para os países vizinhos, em especial o então Zaire, hoje República Democrática do Congo.

Assim, um novo governo foi oficialmente estabelecido em 18 de julho de 1994 e, apelando a uma unidade nacional, foi composto por uma coalizão com tutsis e hutus moderados – Pasteur Bizimungu (hutu) como presidente, Paul Kagame (tutsi) como vice-presidente e ministro da defesa, Faustin Twagiramungu (hutu) no cargo de primeiro-ministro e como seu vice, Alexis Kanyarengwe (hutu) –, deixando excluídos os radicais oriundos do MRND e CDR. Entretanto, apesar de inspirado no *power-sharing*:

(...) a RPF declarou que seu governo de transição serviria por cinco anos sem eleições – não os 22 meses acordados em Arusha. Além disso, a RPF se apropriou dos quatro cargos de gabinete atribuídos ao MRND e criou um cargo de vice-presidente que também controlava. Além disso, o novo exército de Ruanda seria reorganizado em torno da triunfante RPA [Rwandan Patriotic Army – força armada do grupo]. Membros da derrotada FAR podiam se juntar, mas a fórmula de 60-40 por cento de Arusha garantindo a predominância das FAR não seria seguida. Como explicou Paul Kagame, Arusha representava um conjunto de princípios como a divisão do poder, um exército nacional, o retorno de refugiados, e o estabelecimento de um Estado constitucional. A RPF respeitaria todos eles, mas não necessariamente os aplicaria em sentido estrito em relação aos detalhes previamente acordados (KLINGHOFFER, 1998, p. 60).

Nesse sentido, a ação e reação da RPF aos desdobramentos dos atos *spoilers* ao Acordo de Arusha colocou um fim à guerra entre as partes, ao menos oficialmente, e liderou o encerramento do genocídio étnico dos tutsis. Apesar disso, é preciso destacar que o grupo também cometeu agressões e hostilidades contra os hutus – civis, soldados e perpetradores. Parte em seu avanço militar, mas a maioria após o fim dos combates. Conforme revela Des Forges (1999), a RPF permitiu que suas forças tirassem a vida de todos que suspeitassem minimamente ter participado do genocídio – bastava uma acusação simples, uma possibilidade de relação com partidos de oposição à RPF ou mesmo potencial para liderança política para que os soldados do grupo os exterminassem. Tal fato, também teria consequências significativas, como veremos a frente.

4.3.2. Constatação 2

O insucesso do Acordo de Arusha, ocasionado entre outros pelos atos *spoilers*, desenvolveu uma situação imprevista oposta ao que era aguardado para os meses seguintes em Ruanda. Em síntese, a expectativa era de que com a implementação do Acordo a guerra civil fosse de fato encerrada à medida em que as inimizades entre os grupos se desfizessem com a acomodação das partes no governo, através dos arranjos *power-sharing*. Entretanto, o não esperado surgimento de *spoilers* colocou o país em direção contrária com o assassinato do presidente e início do genocídio tutsi.

A RPF, como visto anteriormente, assumiu um posicionamento relativamente conveniente durante o processo de Arusha, fato que lhes garantiu maior capacidade de exigir determinadas demandas. Assim, a princípio, mesmo reconhecendo sua superioridade militar, demonstrada nos ataques de fevereiro de 1994, o grupo manteve certo comprometimento com o Acordo assinado.

Diante do novo cenário, com o colapso da implementação do Acordo de Arusha, fim do Processo de Arusha e início do genocídio tutsi, a RPF sugeriu uma ação conjunta com a ONU de enfrentamento às agressões que se alastravam pelo país. Tal fato corrobora os indícios de que estavam de fato empenhados com a restauração da paz antes de uma luta pela vitória, e por si só já exclui a possibilidade de se enquadrarem como *spoilers*. Entretanto, partindo da ideia de que as estratégias de ação dos atores levam em conta o contexto no qual estão inseridos no momento, podemos afirmar que o posicionamento da RPF foi alterado diante da apresentação de um novo cenário.

A medida em que o grupo rapidamente percebeu a ineficiência das Nações Unidas perante a nova situação – desde o início com um mandato limitado que não autorizava o uso da força e a proteção de civis, em seguida pela recusa à proposta de uma operação conjunta, depois pela decisão de reduzir seu contingente e, posteriormente, pelos atrasos na implementação de sua expansão –, em conjunto com a elevação da violência e insegurança e a não compatibilidade dos objetivos das partes, a RPF notou uma oportunidade e viabilidade de buscar uma vitória total da guerra.

Diante de um genocídio e insuficientes ações direcionadas a sua contenção, o grupo voltou ao combate sob a justificativa de proteção da população, tanto de tutsis como dos hutus que, apesar de em menor escala, também foram vítimas. Sob discursos clamando pela unidade

nacional entre tutsis e hutus e estratégias militares eficientes, a RPF liderou o enfrentamento ao genocídio, assumindo a imagem do ‘herói salvador’ para muitos. Entretanto, embora tenha tido sua essencialidade no encerramento das hostilidades da expressiva crise humanitária, o grupo também cometeu crimes contra a humanidade que, junto com outros fatos revelam que, ao menos a partir deste momento, suas ações passaram a ter como objetivo principal a vitória militar da guerra. Isso pode ser notado no direcionamento de suas estratégias pensando na melhor possibilidade de vitória militar ao invés da proteção de civis, como no envio de seus soldados a áreas estratégicas, porém com menor população tutsi enquanto deixava áreas de maior concentração da etnia menos amparadas. Além disso, os pronunciamentos se expressando contrária à intervenção robusta da UNAMIR e subsequente exigência de que não interferissem na proteção ativa dos civis, acrescidos do exposto descontentamento quanto à Operação Turquesa, também demonstram a prioridade dada à busca da vitória em relação a proteção de civis, neste novo contexto.

Assim, a simultânea ação e reação da RPF não pode ser generalizada para situações distintas, uma vez que ocorreu em virtude das possibilidades interpretadas pelo grupo diante de circunstâncias específicas, as quais emergiram mediante o insucesso do Acordo de Arusha. Nesse sentido, é errôneo assumir que o grupo atuaria da mesma forma caso o Acordo não tivesse colapsado, por exemplo, já que o cenário seria diferente ao que se verificou com sua não implementação. Em outras palavras, o não sucesso do Acordo de Arusha foi condição essencial, junto com outras convergentes, para as atitudes tomadas pela RPF. Portanto, podemos assumir que a (re)ação da RPF foi consequência das falhas do Acordo de Arusha. (Re)ação pois, mesmo sendo uma consequência, seus atos também foram causas de desdobramentos particulares que serão analisados na sequência.

4.4. Reação RPF → Fluxo migratório de Ruanda para RDC

Diante do cenário caótico que tomou conta de Ruanda com genocídio e encerramento do processo de Arusha, a (re)ação da RPF foi retomar aos combates em busca da vitória total da guerra e do fim da limpeza étnica orquestrada pelos hutus extremistas.

Embora com discursos de unidade nacional entre as etnias, em seu avanço militar e, posteriormente, no novo governo, suas ações também violaram os direitos humanos e direito internacional humanitário. Apesar de não ser cabível compará-lo com o nível de estruturação e

organização do genocídio, crimes cometido pelo grupo foram relatados por organizações humanitárias e testemunhos de sobreviventes. De acordo com Adelman e Suhrke (1999, p. 269, tradução nossa) o caso chegou a ser citado por Boutros Boutrus-Ghali, então Secretário-Geral da ONU, como um “duplo genocídio” onde havia “hutu matando tutsi e tutsi matando hutu”.

Representantes da Anistia Internacional, uma organização não-governamental com foco nos direitos humanos e presente em mais de duzentos países, visitaram Ruanda em agosto de 1994 e publicaram um relatório exclusivo sobre a violência cometida pela RPF com as informações obtidas. Neste, a organização informa a ocorrência de inúmeros desaparecimentos e assassinatos deliberados e arbitrários realizados por soldados da RPF, majoritariamente contra indivíduos hutus, fossem combatentes extremistas ou civis desarmados (AI, 1994).

Dentre os métodos utilizados, testemunhas relataram que as tropas da RPF, a princípio amigáveis, convocavam os moradores locais para uma reunião pública e de repente, sem nenhum alerta ou justificativa aparente, abriam fogo contra eles. Assim aconteceu em Gishara, em 13 de abril de 1994, e em Nyabwishongwezi, onde dezenas de pessoas foram mortas. Também foi frequente a submissão das vítimas ao chamado *kandoya*, uma forma de amarração acima do cotovelo com os braços para trás – método doloroso e proibido por acordos internacionais de direitos humanos. Além disso, houve relatos de buscas nas casas. Como uma testemunha revelou, os soldados cercavam os domicílios e pediam por documentos para depois matá-los. Sobre um caso presenciado, um sobrevivente comentou que orientaram o morador que fosse pegar documentos válidos com um outro soldado, mas na verdade este caminhava para ser por eles atacados até a morte. O relatório ainda cita que, dentre as ferramentas utilizadas, era frequente o uso de armas de fogo, enxadas e baionetas (AI, 1994).

Relatórios da *Human Rights Watch* também indicam graves violações dos direitos humanos cometidos pelas forças da RPF à medida em que o grupo avançava tomando as cidades e mesmo após sua vitória militar. A organização destaca que as execuções se deram, com frequência, em regiões onde elevadas quantidades de tutsis haviam sido assassinados. As vítimas eram atacadas arbitrariamente e sem terem sido submetidas a qualquer interrogatório. Apesar disso, muitos suspeitos de envolvimento no genocídio foram detidos ao invés de assassinados. Mesmo assim, a maioria não tinha acusação formal e foi mantida em situações insalubres. O novo governo estabelecido pós-genocídio, afirmava que estes seriam julgados e punidos devidamente (HRW, 1995; AI, 1995).

A RPF, de forma geral, negava que seus combatentes estivessem envolvidos em violações dos direitos humanos. Porém, em alguns casos explicaram que os crimes cometidos por seus soldados eram de motivação individual e não correspondiam às ações do grupo. À exemplo, pode-se citar a morte violenta de treze sacerdotes católicos em 05 de junho de 1994 próximo à Gitarama, sobre o qual declararam suspeitar que a motivação dos combatentes teria sido a provável cumplicidade dos padres no assassinato de membros de suas famílias durante o genocídio. Em direção contrária a este argumento, entretanto, representantes da Anistia Internacional tentaram visitar um vale em Butare, onde testemunhas relataram os soldados da RPF terem matado e enterrado em uma vala comum pessoas supostamente desaparecidas. Contudo, a região estava bloqueada pelos soldados do grupo e a organização foi impedida de entrar sob o argumento de que se tratava de uma zona de segurança militar (AI, 1994).

Nesse sentido, a violência continuou a ser regular em Ruanda e o deslocamento de pessoas também não cessou com o fim do genocídio. Ao contrário, diante do contexto, a medida em que a (re)ação violenta da RPF avançava na derrubada do governo interino e, em seguida, com a formação de um novo governo, o fluxo de refugiados se tornou ainda mais expressivo. De acordo com a HRW (1995), não somente civis como também combatentes passaram a deixar Ruanda em direção aos países vizinhos, como Zaire, Burundi e Tanzânia, principalmente após a tomada da capital Kigali pelas forças da RPF. A mesma organização ainda estimou que no fim de outubro de 1994 havia cerca de 270 mil refugiados ruandeses no Burundi, e mais de 500 mil na Tanzânia. Chaulia (2002) estima que, em 1995, somente de etnia hutu, havia 1 milhão e 245 mil refugiados no Zaire. Destes, 850 mil em Goma, 333 mil em Bukavu e 62 mil em Uvira.

Após a tomada de Kigali, e mudança do governo interino para Gisenyi, o General Lafourcade, comandante da Operação Turquesa, declarou em 11 de julho de 1994 que membros do governo provisório estariam autorizados a procurar asilo na zona de segurança humanitária da missão caso RPF conquistasse a vitória militar, o que de fato aconteceu (ADELMAN; SUHRKE, 1999).

Adicionalmente, em 10 de julho de 1994, a rádio RTLM voltou a transmitir desde Gisenyi. Seu trabalho neste novo contexto foi, diante da percepção de derrota dos hutus radicais, estimular e espalhar o medo de represálias na sociedade, instigando-a a fugir para os campos de refugiados no Zaire, onde a milícia e seus apoiadores poderiam se reagruparem, reorganizarem e se restabelecerem para, mais tarde, retornarem à luta. Nos dias seguintes à queda do governo interino, soldados da Operação Turquesa foram orientados a deixar os ex-

líderes políticos de Ruanda a irem para o Zaire sem qualquer interdição (ADELMAN; SUHRKE, 1999; SIDA, 2004). Em entrevista, o General Dallaire comentou:

Mais tarde, durante a guerra, cheguei à conclusão, enquanto o RGF [Rwanda Government Forces – forças do governo ruandês] continuava a se retirar, a se retirar, levando com eles grandes volumes de população (o que eles não precisavam fazer), que uma decisão estratégica havia sido tomada pelo governo interino, a dizer: ‘certo, nós... nos retiraremos e levaremos o maior número possível de pessoas para nos reagruparmos, reconstituirmos e algum dia, no futuro, voltarmos’. Acredito verdadeiramente que era isso que eles tinham em mente (apud ADELMAN; SUHRKE, 1999, p. 280, tradução nossa).

Os relatos de violências cometidas por soldados da RPF continuaram nos anos posteriores, destacando-se massacres cometidos no campo de deslocados de Kibeho, em Ruanda. Como resultado, o fluxo de refugiados para os países vizinhos também não cessou. Entre eles havia homens, mulheres e crianças, civis, camponeses, empresários, religiosos, mas também políticos do antigo regime, membros das milícias radicais e perpetradores do genocídio (BRAUMAN; SMITH; VIDAL, 2000; UNHCR, 1995).

No Zaire, campos de refugiados receberam a população migrante, na qual os combatentes se misturaram e passaram a aproveitar da assistência prestada pela ajuda humanitária para se fortalecerem. Nos abrigos, eles tinham acesso à comida, medicamentos e segurança. Além disso, em pouco tempo, os radicais, persistindo em seus objetivos, passaram a controlar os campos, coordenando a distribuição de alimentos, recrutando jovens, impedindo o retorno daqueles que assim desejassem, entre outras atitudes (BARBER, 1997). Tal fato está em consonância com a terceira hipótese de meios de regionalização de conflitos elaborada por Ansorg (2014), apresentada nos capítulos anteriores. Nota-se ainda, que a maioria desses hutus radicais foram *spoilers* totais do Acordo de Arusha. Assim, fiéis aos seus objetivos, estes começavam a se rearticular dentro de um novo contexto, estabelecendo novas relações e estruturando novas dinâmicas para suas ações. Como veremos a seguir, esses atores se uniram aos hutus locais, receberam apoio do governo zairense, voltaram a atacar Ruanda e desencadearam consequências ainda mais preocupantes, colocando ameaças não somente na dimensão nacional, como também na regional.

4.4.1. Constatação 3

Durante toda a guerra civil e genocídio de Ruanda, pessoas se deslocaram internamente e para fora do país, fato frequente em tais situações. Entretanto, o rápido avanço militar da RPF, a percepção de sua vitória iminente e suas represálias violentas contra os hutus desencadearam um fluxo de refugiados expressivo em quantidade e distinto em composição. Perpetradores do genocídio e milícias armadas, que até o momento permaneciam no país se movimentando apenas internamente em virtude do decorrer dos combates, se misturaram com os civis e migraram, majoritariamente, para o Zaire de forma estratégica. Além disso, ainda estrategicamente, incentivaram demais ruandeses a também deixarem o país.

A (re)ação da RPF, apesar de encerrar o genocídio tutsi, não foi diretamente acompanhada pelo estabelecimento de um país justo e seguro a todos nacionais. Ao contrário, mesmo com a formação de um novo governo que prometia a união nacional, atos de violência e prisões arbitrárias por forças do Estado continuaram ocorrendo. Nesse sentido, o sentimento de insegurança e ameaça permaneceram na sociedade, porém se antes majoritariamente entre indivíduos de etnia tutsi, neste momento, entre os hutus, os quais temiam sofrer represálias. Diante deste cenário, muitos foram procurar refúgio nos países vizinhos, destacadamente no Zaire, atual República Democrática do Congo (RDC). Radicais usufruindo da situação propagaram o medo através das rádios e instigaram ainda mais o deslocamento.

Seja por temor de um revanchismo tutsi, tendo em vista o avanço da RPF e estabelecimento de um novo governo, por obediência às propagandas da RTML ou por sentimento de ameaça dado os casos de violência cometidos pela RPF, esse fluxo específico de pessoas de Ruanda para a atual República Democrática do Congo encontra causa essencial, mas não exclusiva, na (re)ação do grupo aos desdobramentos do insucesso do Acordo de Arusha.

Acreditamos que a não (re)ação da RPF teria permitido o avanço dos planos extremistas. Por um lado, internamente não havia outro grupo organizado, armado e capacitado o suficiente para fazer frente aos massacres. Por outro, a comunidade internacional recuou, deixando o caso de fora de suas prioridades e voltando a agir de fato somente no fim do genocídio. Alguns autores, inclusive, defendem que só agiram porque este já estava no fim, como Adelman e Surhke (1999, p. 302, tradução nossa) afirmam sobre a Operação Turquesa, por exemplo:

Intervir durante o genocídio a fim de o impedir (o que poderíamos facilmente ter feito) teria implicado duas coisas: (1) lutar (e, portanto, levar alguns dos nossos homens a ser mortos), e (2) lutar contra as FAR, os nossos antigos aliados. Ambos eram impossíveis (...). Uma vez que as FAR quase entraram em colapso e o genocídio já tinha terminado, enquanto a opinião pública começava a exigir seriamente alguma ação, ele [presidente da França] pôde lançar a intervenção com muito poucos riscos.

[Operação] Turquesa foi um instrumento de relações públicas com alguns aspectos políticos.

Assim, os *spoilers* e demais radicais não teriam nenhuma oposição significativa com prévia demonstração de capacidade de enfrentamento e poderiam continuar com seus planos para o país. Portanto, o contexto de necessidade de alterar suas estratégias como se verificou quando optaram por se retirar do país, não teria surgido facilmente. Interpreta-se que eles permaneceriam em Ruanda, não havendo também razão para estimular a população a migrar. Assim, parece-nos que um fluxo de refugiados continuaria a existir, porém não seria expressivo o número de radicais hutus, milícias e perpetradores nele misturados, tampouco seria utilizado com estratégia de reorganização dos *spoilers*.

Adicionalmente, corroborando nossa hipótese da causalidade entre o que chamamos de (re)ação da RPF e o fluxo migratório de Ruanda para a atual República Democrática do Congo, então denominada Zaire, organizações não-governamentais, autores e autoridades também sugeriram essa relação. A *Human Rights Watch* escreveu em seu relatório “no dia 04 de julho a RPF tomou o controle de Kigali, provocando um êxodo em massa de soldados e civis hutus para o Zaire, Burundi e Tanzânia” (HRW, 1995, p. 04, tradução nossa, grifo nosso). A Anistia Internacional, após análises e estudo de campo, também denotou tal causalidade ao afirmar que “mais de um milhão de ruandeses fugiram do país, quer para escapar do massacre [genocídio], quer por temer represálias por parte da Frente Patriótica Ruandesa (RPF) dominada pelos Tutsi” (AI, 1995, p. 01, tradução nossa, grifo nosso), completando que “uma vez que a RPF assumiu o controle de Ruanda, pelo menos mais um milhão de refugiados hutus fugiram para fora do país” (AI, 1995, p. 02, tradução nossa, grifo nosso).

4.5. Histórico da República Democrática do Congo / Zaire e Contexto da Chegada do Fluxo Migratório

O próximo nexos causal da nossa hipótese demonstra, através do fluxo migratório de Ruanda para o Zaire, uma importante relação que a guerra civil de Ruanda teve no surgimento das guerras civis na República Democrática do Congo. Nesse sentido, nesta etapa da investigação nos encontramos no fim de um ciclo e início de outro conforme o diagrama elaborado sobre a hipótese (ver figura 1, p. 40). Sendo assim, apresentaremos a seguir um breve histórico da atual República Democrática do Congo e o contexto do país quando o fluxo migratório de nosso interesse se iniciou.

A República Democrática do Congo (RDC) localiza-se na África central e faz fronteira com outros nove países africanos – República do Congo, República Centro-Africana, Sudão, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia e Angola. Caracterizada por grande riqueza natural, possui grandes florestas, reservas hídricas e um subsolo rico em minérios, destacando-se o diamante, urânio, ouro, cobre, manganês, carvão e prata. Além disso, sua diversidade também é notada nos mais de duzentos grupos étnicos espalhados por toda sua extensão. (MUNANGA, [2011?]).

Em 1482 os europeus chegaram ao território. Entretanto, foi a partir de 1874 que iniciaram sua exploração. Inicialmente, foi denominado de Estado Independente do Congo (EIC) e se tornou propriedade privada do rei belga Leopoldo II. Posteriormente, em 1908, foi rebatizado como Congo Belga, passando a condição de colônia da Bélgica, que se estenderia até 1960 quando alcançaram a independência, ao menos oficialmente. Na sequência, ainda receberia o nome de Zaire e, por fim a atual denominação República Democrática do Congo (MUNANGA, [2011?]).

Após anos de agitações políticas em prol da independência, em 1959, manifestações, tumultos e brigas de rua tomaram conta do Congo Belga, principalmente nas grandes cidades. Pouco depois, a metrópole decidiu realizar uma conferência com os líderes políticos da colônia, que ocorreu de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1960 com o objetivo de negociar a independência. Assim, ficou decidido que o futuro país seria uma república parlamentar e as eleições realizadas fizeram de Patrice Emery Lumumba²³ o primeiro-ministro e chefe de governo, enquanto Joseph Kasa-Vubu seria o presidente. Os congolese saíram da conferência com a data de independência marcada, 30 de junho de 1960. Entretanto, a escolha belga de entregar a independência foi puramente estratégica (MUNANGA, [2011?]).

A pressa se explica em parte pela pressão exercida pelos líderes congolese, mas também por um cálculo maquiavélico orquestrado por uma ala da política belga e os representantes dos meios de negócios. Os líderes africanos queriam imediatamente sua independência; os meios políticos belgas de acordo com seu cálculo maquiavélico resolveram outorgar-lhes a independência no justo momento que eles não saberiam como e o que fazer com ela, pois não havia nenhum quadro administrativo africano experiente e competente. [...] Não tendo um quadro administrativo experiente, o governo independente ia necessariamente e absolutamente precisar ainda por certo tempo do quadro administrativo colonial composto por brancos (MUNANGA, [2011?], p. 14).

²³ Foi o primeiro congolês a estabelecer um plano de ação contra o poder colonial e dirigente do Movimento Nacional Congolês (MNC), o qual representou a população congolese no Congresso Pan-Africano.

Quando os soldados congolese perceberam que, ao contrário do que pensavam, a independência não alterou efetivamente a situação colonial, iniciaram movimentos reivindicatórios pela africanização dos quadros superiores de comando. Diante dessa situação, Kasa-Vubu foi nomeado coronel chefe do Estado-Maior. Na mesma época, a província congolese de Katanga se declarou independente e seu governador, Moïse Tshombé, justificou tal ação com a situação caótica que o país passava e o fato de o governo central utilizar métodos ditatoriais. Ainda neste cenário, movimentos reivindicatórios tomaram conta do país, resultando na intervenção de tropas belgas, as quais passaram a controlar pontos estratégicos sem o consentimento das autoridades locais. Seus objetivos, ao menos os oficialmente declarados, eram o de restaurar a ordem e proteger os cidadãos belgas. A intervenção em Katanga foi ratificada e Tshombé nomeou o comandante das tropas belgas coordenador militar da ex-província. Em setembro de 1960, frente ao agravamento da situação do país, a ONU enviou tropas para fechar o aeroporto de Elisabethville na tentativa de impedir a chegada de armamentos (MUNANGA, [2011?]).

Diante deste cenário, em setembro de 1960 foi estabelecida a *United Nations Operation in the Congo (ONUC)* (UN, S/4387, 1960). A princípio essa missão tinha a função de prestar assistência militar e técnica perante as ameaças externas ao governo congolês, tendo em vista a deterioração dos serviços básicos e a intervenção da Bélgica. Porém, em face ao cenário interno, e “por motivos de força maior” a ONUC assumiu responsabilidades além das inicialmente previstas, como ajudar na restauração da independência política e garantir a integridade territorial e ordem pública (UN, 2003).

O Conselho de Segurança, autorizou o Secretário-Geral a utilizar “todas as ações necessárias” para implementar a ONUC. Já no ano seguinte, demonstrando o aumento da gravidade dos confrontos, orientou a missão a usar todos os meios, incluindo a força, caso necessário, para impedir o início de uma guerra civil. Ainda nesse sentido, autorizou a imediata apreensão de todas as tropas militares e paramilitares estrangeiras, de mercenários e de assessores políticos presentes no país e instruíram o Secretário-Geral, por meio dos mesmos meios, a evitar que tais sujeitos retornassem ao país (UN, S/4387, 1960; UN, S/4405, 1960; UN, S/4741, 1961; UN, S/5002, 1961).

A separação de Katanga fez com que forças contrárias ao governo surgissem. Lumumba foi tirado de seu cargo, preso, e em janeiro de 1961 assassinado, aumentando as rebeliões e a instabilidade doméstica. Porém, Mobutu Sese Seko conseguiu controlar as forças rebeldes e

unificar o país a partir da reorganização do exército nacional e da ajuda de mercenários. Em 1964, Moïse Tshombé foi convidado por ele a ser primeiro-ministro da Segunda República do Congo, instaurada no ano seguinte com um golpe militar articulado por Mobutu, que se autodeclarou presidente. Gradualmente, o novo governo foi eliminando todos os aspectos democráticos do país, passando a vigorar o unipartidarismo em torno do *Mouvement Populaire de la Révolution (MPR)*²⁴. Por volta de 1970, o então presidente do país proibiu todos os partidos exceto o MPR, mudou o nome do território para Zaire, unificou as poucas universidades que existiam criando a Universidade Nacional do Zaire, dentre outras medidas em busca de extinguir as rebeliões e os opositores. Seu governo ainda recebeu suporte de potências do ocidente, as quais, tendo em vista a crescente chegada de movimentos socialistas na região, procuravam impedir que estes avançassem, através do apoio aos governos em vigor (MUNANGA, [2011?]).

Entre 1973 e 1975, entretanto, a economia do Zaire começou a demonstrar aspectos de declínio e dois anos depois a situação foi agravada por uma crise dos preços do cobre no comércio internacional. Paralelamente, manifestações estudantis e de líderes opositores voltaram a ganhar força, o que não impediu a repressão violenta típica do regime, resultando em prisões e diversas mortes em torno de 1990. Todavia, com o fim da Guerra Fria em 1991, Mobutu começou a ser pressionado a democratizar o país também por seus antigos apoiadores ocidentais. Sendo assim, permitiu o retorno do pluripartidarismo, entretanto isso não conteve a continuação e intensificação dos protestos e da crise econômica (SILVA, 2011). Além disso, a iminente possibilidade de eleições democráticas exacerbou disputas locais na província Kivu do Norte, a qual merece atenção.

Fazendo fronteira com Ruanda e Uganda, parte do território da atual província Kivu do Norte pertencia ao Reino de Ruanda antes da partilha da África realizada pela Conferência de Berlim (1884-1885). A partir deste evento, tutsis e hutus vivendo no território, falantes do *kinyarwanda*, passaram a estar sob a administração do então Congo Belga. Além disso, posteriormente, sob o domínio colonial belga, a emigração de ruandeses para o país vizinho foi politicamente incentivada. O território de Ruanda era densamente povoado e o Zaire precisava de mão-de-obra, principalmente na cidade de Masisi. Em outras palavras, a província Kivu do Norte passou a receber ainda mais *banyarwanda* – falantes do idioma *kinyarwanda*, independentemente da etnia. Também a Revolução Social Hutu de 1959 foi responsável pela

²⁴ Único partido político legal no período de 1970-1990.

entrada e estabelecimento de ruandeses na atual República Democrática do Congo, bem como os seguidos surtos de violência que ocorreram no país. Assim, os *banyarwanda* foram se espalhando, dominando terras para suas pastagens (tutsis) e agricultura (hutus), levando ao desencadeamento de disputas com grupos autóctones, como os de etnia Hunde e outros, que não concordavam com seus usos das terras e os viam homogeneamente como estrangeiros (HRW, 1996; PRUNIER, 2009).

No início da década de 1990 os *banyarwanda* no Zaire eram compostos por quatro vezes mais hutus que tutsis e já eram maioria em diversas regiões do Kivu do Norte. Mesmo assim, continuavam excluídos de cargos políticos e administrativos pelos considerados nativos Hunde, Nyanga e Nande (alguns dos quais juntos formaram os denominados grupos Mayi-Mayi), os quais criaram ressentimento em relação aos *banyarwanda*. Com a crescente pressão por democratização do país e retorno do multipartidarismo a tendência de realização de eleições democráticas foi elevada. Com isso, sendo os *banyarwanda* maioria na província, a preocupação dos demais grupos cresceram e, em específico os hutus, já começavam a se organizar politicamente. Assim, na tentativa de evitar seus avanços, em março de 1993, o governador da província questionou a nacionalidade dos *banyarwanda* e se mostrou disposto a colocar as forças de segurança para apoiar seu “extermínio”, o que era desejado pelos Nyanga e Hunde, principalmente. A partir disso, ataques entre as partes foram iniciados e a violência rapidamente se espalhou no Kivu do Norte, contando com a participação dos Mayi-Mayi e, muitas vezes, de oficiais do governo local e do exército nacional. Em meio aos confrontos, os hutus começaram a formar suas próprias milícias²⁵. As estimativas mais baixas indicam entre 6 mil e 7 mil mortos e 350 mil deslocados em virtude desse conflito. Em julho do mesmo ano, entretanto, através de iniciativas de organizações não-governamentais locais e igrejas, as disputas foram acalmadas e uma tênue ordem restaurada. Mesmo assim, as questões centrais não foram resolvidas, mantendo a tensão local elevada (HRW, 1996; HRW, 1997).

Conflitos entre os *banyarwanda* e outros grupos zairenses, destacadamente os Mayi-Mayi, são há anos frequentes na província, gerando expressivas fatalidades e deslocamentos internos de civis. A esse respeito, destacam-se três temas que têm movido as disputas: a questão territorial, de privilégios e de nacionalidade. A primeira está relacionada ao temor dos considerados nativos de um domínio do Kivu do Norte pela maioria *banyarwanda*. Já a

²⁵ Desde meados da década de 1980, hutus do Kivu do Norte estavam se organizando. Nessa época, formaram uma associação agrícola, popularmente denominada Magrivi, a qual foi sendo gradualmente politizada, com seus membros iniciando reivindicações políticas em prol da etnia (HRW, 1996).

segunda, diz respeito à percepção de privilégios em relação, principalmente, aos empregos e educação que cada um tem sobre o outro. Por fim, a terceira se refere ao direito de cidadania. A princípio os *banyarwanda* tinham nacionalidade reconhecida, entretanto tal direito começou a ser questionado, ameaçando-os. Importante destacar que, tanto os grupos locais como o governo veem essa população de maneira homogênea, não distinguindo-os entre aqueles que já viviam no território antes da partilha da África e aqueles que entraram no país como imigrantes, mas ainda assim em grupos e contextos distintos (HRW, 1996).

É nesse contexto nacional, portanto, de pré-existentes disputas locais em região de fronteira envolvendo etnias também presentes em Ruanda, bem como imigrantes deste país, descontentamento de grupos internos, crise econômica, pressão internacional e enfraquecimento de Mobutu que o Zaire receberia um novo e enorme fluxo de imigrantes do país vizinho.

4.6. Fluxo migratório de Ruanda para RDC → Guerras Civis na RDC

Com o fim da guerra em Ruanda e as medidas tomadas pela RPF, ex-membros das forças armadas de Ruanda (ex-FAR), perpetradores do genocídio e milícias armadas de Ruanda, misturados aos imigrantes civis, entraram no então Zaire e se estabeleceram, principalmente, na província Kivu do Norte e Kivu do Sul. Sendo *spoilers* totais do Acordo de Arusha e hutus determinados a exterminar aqueles de etnia tutsi, mesmo diante da necessidade de mudança de estratégia, não desistiram de seus objetivos. Nesse sentido, se reestruturaram no país vizinho no intuito de retomar o combate e desencadearam a re-ascensão de conflitos étnicos pré-existentes no país.

A maioria desses imigrantes se estabeleceram nos campos de refugiados em Uvira, Bukavu e Goma, cidades fronteiriças ou muito próximas à divisa com Ruanda. Como indicam as análises da SIDA (2004), em pouco tempo esses atores retomaram uma série de ataques ao novo governo ruandês desde aqueles campos.

Juntos, *Interahamwe* e ex-FAR formaram o *Army for the Liberation of Rwanda (ALIR)* (OFFICE OF THE COORDINATOR FOR COUNTERTERRORISM, 2001). Estes e outros perpetradores do genocídio, em meio aos civis, usufruíram da ajuda humanitária através das quais obtiveram segurança, abrigo, alimentos e medicamentos. Além disso, logo manipularam o comando dos campos e passaram a controlar a distribuição desses recursos, desviar a ajuda

internacional para compra de armamentos no mercado ilegal e recrutar civis (CHAULIA, 2002). Barber (1997) menciona que mais de 10 mil membros, ambos da milícia hutu e das ex-FAR, controlaram os campos no Zaire a partir dos quais lançaram novos ataques contra Ruanda, fazendo daquele país sua nova base de operações.

Nesse sentido, organizações que prestavam ajuda humanitária foram amplamente criticadas, pois suas atividades, mesmo que não propositalmente, ajudavam os genocidas a se recompor e permanecerem impunes. A situação, entretanto, era de impasse, como bem comentou Barber (1997, p. 09, tradução nossa): “a existência de militantes entre os refugiados não significa que todos os civis possam ser deixados passando fome”. Além disso, acrescenta-se, além da fome, a carência de água potável e condições sanitárias e de higiene pela qual passavam esses refugiados. A esse respeito, relatórios da organização *Médecins Sans Frontières* (MSF) expuseram a situação dos campos e registraram casos de cólera que rapidamente atingiram a dimensão de uma epidemia, responsável por matar mais de 800 refugiados somente em Goma (MSF, 2014).

Assim, conforme mencionado anteriormente, a disseminação do medo e incentivo à migração para o Zaire, realizada por exemplo através das rádios, pelos *spoilers* de Arusha foram estratégicos. Diante de uma ampla quantidade de civis refugiados em condições precárias, o sentimento humanitário internacional foi utilizado para obtenção de condições e recursos para renovação da ofensiva.

Os grupos guerrilheiros, sabendo como é difícil para as organizações de socorro negar ajuda, impediram muitas vezes as tentativas de solução da crises de refugiados, de modo a assegurarem um fluxo constante de fornecimentos. Isso aconteceu na crise ruandesa, e na Somália em 1992-93 (BARBER, 1997, p. 13, tradução nossa).

Apesar do conhecimento dessas atividades por parte dos Estados envolvidos e agências internacionais, nenhuma medida pacífica efetiva alterou a situação. Dentre as principais necessidades para uma solução estava a separação destes dos civis e seu desarmamento. Assim, o ACNUR e outras organizações tomaram iniciativas, mas não obtiveram o apoio e mandato internacional substanciais para concretizar as medidas (SIDA, 2004). Alternativamente, o ACNUR tentou incentivar e apoiar a repatriação de civis à Ruanda, porém sob o controle dos radicais hutus, tal retirada foi proibida e aqueles que tentaram escapar foram recapturados e muitas vezes torturados (CHAULIA, 2002).

Os líderes do campo impediram os refugiados de regressar e introduziram lhes ódio e retórica genocida durante mais de dois anos. A prestação de assistência humanitária pelos EUA, a UE e outros ajudaram os autores do genocídio a controlar mais de um milhão de pessoas contra a sua vontade (SIDA, 2004, p. 114, tradução nossa).

Diante do impasse e sem uma solução viável, algumas organizações optaram por se retirarem, como a *Médecins Sans Frontières* e o *International Rescue Committee (IRC)*, enquanto outras permaneceram em campo em prol dos civis (BARBER, 1997).

Além de se apoiarem na condição dos refugiados, as milícias e soldados da ex-FAR também foram favorecidas pelo governo zaireense de Mobutu. Este, simpático ao antigo governo ruandês hutu, passou a apoiá-los instigando as hostilidades através do fornecimento de uma base territorial e por permitir que circulassem livremente pelo país (SIDA, 2004; HRW, 1997). De acordo com a HRW (1996, p. 09, tradução nossa), “o governo [zaireense] permitiu que o seu território fosse utilizado para o fornecimento de armas à ex-FAR, e as empresas de carga sediadas no Zaire atuaram mediante contratos com oficiais zaireenses para transportar estas armas”. Adicionalmente, apesar de terem levado consigo consideráveis recursos (dinheiro, veículos, equipamentos militares etc), esses atores também tiveram colaboração, mesmo que indireta, da França a qual, em abril de 1996, anunciou a retomada de uma ajuda bilateral ao Zaire suspensa em 1991 (HRW, 1996).

Paralelamente, os *spoilers* de Arusha no território zaireense não limitaram sua reestruturação aos campos de refugiados, se unindo sob o apelo étnico àqueles de mesma etnia que já viviam na região leste do país. Assim, os hutus que, antes de 1994, lutavam contra os Mayi-Mayi e demais grupos locais zaireenses ao lado dos tutsis, unidos pela identificação *banyarwanda*, foram dominados pelos ideais radicais dos recém-chegados ao Zaire. Como resultado, tutsis e hutus da região, que não tinham problemas entre si e se viam como parceiros, passaram a confrontar-se. A união dos hutus se deu com base no intuito de criarem uma “terra hutu etnicamente limpa”. Assim, juntos iniciaram inúmeros ataques também contra tutsis presentes no Zaire (SIDA, 2004). É importante retomar que apesar de antes não confrontarem diretamente com os tutsis, os hutus vivendo na região já haviam iniciado a formação de suas próprias milícias em 1993, diante das disputas com demais grupos étnicos locais.

Na província Kivu do Sul, tutsis *banyarwanda*, popularmente conhecidos como *banyamulenge* (termo que passou a ser utilizado para se referir aos tutsis na RDC em geral), sentiram as ameaças aumentarem à medida em que indivíduos da etnia Bembe e Rega começaram a organizar milícias similares à *interahamwe*, também contra eles. Na sequência, diante do preocupante cenário, a RPF ajudou-lhes fornecendo armamentos. Alguns tutsis,

inclusive, optaram por migrar para Ruanda e se juntaram ao grupo (HRW, 1997). Segundo uma local, moradora na região de Rutshuru no Kivu do Norte, “antes da chegada da *interahamwe*, não havia problemas para os tutsis na nossa área. Após a chegada da *interahamwe*, os problemas começaram com os bahunde [aqueles de etnia hunde]” (HWR, 1996, p. 08, tradução nossa). Nesse sentido, o relato corrobora a ideia da relevância que a entrada de *spoilers* de Arusha no Zaire teve na re-ascensão de disputas étnicas locais, especialmente, no desenvolvimento de um desejo de exclusão especificamente dos tutsis dentro do Zaire.

Logo, em setembro de 1996, autoridades do Zaire ordenaram que os tutsis deixassem o país. No mesmo mês, apoiados por soldados nacionais, a milícia Bembe iniciou ataques às vilas onde viviam tutsis, cometeram assassinatos a eles, bem como outros crimes contra a etnia. A partir de então, *banyamulenge* e outros grupos que tinham o governo zairense de Mobutu como inimigo em comum, com o objetivo de se fortalecerem para fazer frente às ameaças que este representava a cada um deles, se uniram. Assim, em outubro de 1996 foi formada a coalizão *Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo (AFDL)* (HRW, 1997).

Além de opositores locais de Mobutu, a AFDL contava com a participação principalmente de Ruanda e Uganda, mas também da Angola. Liderada por Laurent-Desiré Kabila, o grupo tinha como objetivo derrubar Mobutu do governo. Em síntese, localmente grande parte da sociedade já estava insatisfeita com a administração ditatorial de Mobutu, clamando por mudanças. Ruanda, por sua vez, tendo recém derrubado o governo hutu genocida, não simpatizava com Mobutu, o qual outrora apoiou os perpetradores, os acolheu em seu território e favoreceu sua reorganização e a retomada dos ataques contra o país vizinho. Já Uganda foi majoritariamente motivada por questões de segurança. Passando por problemas internos, procurava evitar que grupos armados ugandeses, como a ADF²⁶ e o LRA²⁷, fizessem do Zaire uma base operacional, como faziam grupos ruandeses. Por fim, o grupo étnico tutsi, *banyamulenge*, também entrou no time dos lesados pelo governo de Mobutu, com ápice quando este procurou obrigar que se retirassem do Estado (SILVA, 2011).

Assim, a Primeira Guerra Civil Congoleza, que resultaria em aproximadamente 200 mil mortos, foi iniciada em outubro de 1996 e, apesar do formato e denominação de guerra civil, teve conotação interestatal. Suas razões fundamentais podem ser sintetizadas no colapso do

²⁶ *Allied Democratic Forces*

²⁷ *Lord's Resistance Army*

regime de Mobutu e o apoio que este deu aos grupos antagonistas dos governos vizinhos (SILVA, 2011). Logo que iniciaram suas ofensivas, a AFDL atacou os campos de refugiados abrigando os ruandeses, como forma de desestabilizar o comando das milícias (HRW, 1997).

Com o exército mal estruturado, o país não tinha forças suficientes para enfrentar as ameaças da AFDL, a qual tinha oposição apenas dos hutus radicais e das tropas da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)²⁸, grupos apoiados por Mobutu. Além disso, o governo zaireense enfrentava problemas financeiros, pois ao assumir um posicionamento relutante quanto a democratização e liberalização do país, sofreu bloqueios de empréstimos por instituições internacionais (SILVA, 2011). Paralelamente, os grupos internos considerados rebeldes, além do apoio de seus aliados, desde 1997 eram financiados por empresas mineradoras internacionais. Esses financiamentos eram feitos pelo estabelecimento dos chamados mercados *booty futures*, pelos quais os rebeldes vendiam direitos de exploração dos territórios que eles almejavam conquistar e/ou explorar para empresas privadas estrangeiras e outros países (ROSS, 2002). Nesse sentido, podemos citar a contribuição dos Estados Unidos no apoio à AFDL o qual, de acordo com Silva (2011), interessado na exploração dos recursos naturais, contribuiu com o treinamento do exército de Ruanda. Além disso, Ross (2002) destaca o acordo feito com a instituição privada *American Mineral Fields*, que forneceu recursos financeiros ao grupo, na troca pelo monopólio da compra de diamantes e direitos de exploração de reservas de zinco, cobre e cobalto.

Ainda nesse âmbito, faz-se importante mencionar que os países vizinhos envolvidos na disputa também tinham interesses na exploração dos recursos naturais zaireenses. De acordo com o relatório do Painel de Especialistas em Exploração Ilegal de Recursos Naturais e Outras Fontes de Riqueza da República Democrática do Congo, estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, havia a exploração de ouro e diamante por parte de Uganda e Ruanda, este último também estando relacionado à exploração de *coltan*. O documento ainda afirma que essas explorações tornaram a guerra na RDC um negócio lucrativo (UN, S/2001/357, 2001).

A Primeira Guerra do Congo terminou com a vitória das forças da AFDL e a queda de Mobutu. Assim, em maio de 1997, Laurent Kabila assumiu e implantou um novo governo, porém ainda ditatorial. O novo líder mudou o nome do país para República Democrática do

²⁸ Liderado por Jonas Savimbi, a UNITA foi um dos principais sujeitos da guerra civil de Angola, onde o grupo lutou, principalmente, contra o *People's Movement for the Liberation of Angola (MPLA)*.

Congo (RDC), fechou instituições e partidos políticos, proibiu qualquer atividade de cunho político, passou a governar por decreto, dentre outras medidas. Além disso, foi dada continuidade ao financiamento por meio da concessão de contratos de exploração de recursos minerais a empresas estrangeiras. No final de 1997 instituições financeiras internacionais concederam empréstimos à RDC desde que fossem garantidas a democracia, os direitos humanos e a recuperação da economia, o que ficou estabelecido em 1998 com a aprovação de uma nova Constituição (SILVA, 2011; ROSS, 2002).

Os atores considerados vencedores da assim chamada Primeira Guerra do Congo tinham, conforme visto, motivações específicas e diferentes entre si em relação ao objetivo em comum de retirar Mobutu do governo. Nesse sentido, após concluído esse objetivo intermediário, já não necessariamente se viam como aliados. A alteração do cenário e consequentemente de suas relações entre si levaram a desentendimentos entre eles. Assim, em agosto de 1998 foi marcado o início da Segunda Guerra do Congo, a qual pode ser considerada uma continuação da primeira, dado que surgiu a partir do desentendimento da aliança vencedora daquela.

4.6.1. Constatação 4

Apesar de outros eventos importantes, as guerras civis ocorridas no Zaire tiveram como marco para seu desdobramento a formação da AFDL. O grupo, por sua vez, se constituiu a partir de eventos que levaram seus membros a se unirem. É neste sentido que encontramos a essencialidade da presença dos *spoilers* de Arusha para a ocorrência das guerras civis na RDC.

A simpatia de Mobutu aos hutus radicais foi de fato expressa e exacerbada a partir do momento que estes entraram no país e o governo não só permitiu, como também viabilizou, por diferentes formas, sua reorganização e operações de ataques à Ruanda desde os campos de refugiados. Tais fatos foram fundamentais na decisão do governo de Ruanda em participar da coalizão contra o presidente zaireense.

Reorganizados e reestruturados dentro do Zaire, os *spoilers* de Arusha voltaram a atacar e realizar incursões em Ruanda, ameaçando o novo governo estabelecido com o fim do genocídio em 1994. Nesse sentido, juntamente com a não-ação internacional e do governo de Mobutu para neutralizá-los, o governo ruandês os percebia como uma ameaça, optando por lançar ofensivas mesmo que violando a soberania do Zaire, o qual passou a ser visto como inimigo, uma vez que permitia e fornecia aparatos para esses *spoilers* atuarem. Assim, o próprio

governo zaireense de Mobutu passou a ser percebido como adversário. Como resultado, Ruanda se aliou a outros atores na formação de uma coalizão contra Mobutu. Abaixo segue uma representação geral das dinâmicas que passaram a caracterizar as relações entre esses países:

Figura 6 - Dinâmica regional em relação a RDC



Fonte: (NEW... 2004)

O não envolvimento do governo de Mobutu através do consentimento do uso do território zaireense como base de operações dos *spoilers* e o apoio prestado a estes, teria resultado em um outro contexto, sugerindo a não participação de Ruanda na AFDL. Isso porque, o recém governo ruandês não teria razões significativas suficientes para se empenhar em um confronto com o país vizinho. Tendo em vista os altos custos envolvidos em uma guerra, tanto humanos, quanto financeiros, sua recém-saída de um contexto de conflito civil e necessidade de reconstrução nacional, parece-nos pouco provável que o país se envolveria em novos confrontos sem uma causa para tal.

A presença dos *spoilers* de Arusha no Zaire também foi determinante no surgimento dos combates locais contra a população tutsi neste país, o que desencadeou outra frente de ampla oposição ao governo de Mobutu, simpático aos hutus. Na hipotética situação desses atores não terem se deslocado para o Zaire, tutsis e hutus do país, que não tinham problemas entre si, assim

permaneceriam. Isso pois, conforme apresentado, evidências demonstram que a perseguição aos tutsis dentro do território zaireense foi iniciada com a expansão das ideias radicais dos *spoilers* aos demais hutus que já viviam no Zaire, quando estes imigraram para aquele país. Não encontramos outras evidências que sugere razões significativas para o surgimento dessas disputas. Portanto, a ausência de membros da *Interahamwe* bem como da ex-FAR no Zaire permitiria que ambas as etnias continuassem unidas sob a identificação *banyarwanda*, ao menos a princípio.

Assim, sem a rivalidade tutsi x hutu no país, outra força que levou a formação da AFDL, os *banyamulenge*, também não teria justificativa que sustentasse a decisão de integrar uma coalizão contra Mobutu. Desconsiderando essa situação, não se verificou outras evidências que também sugerissem o desdobramento observado, comprovando assim a essencialidade do fato.

Pode-se ainda questionar sobre a suficiência de Uganda, Angola e até mesmo dos movimentos internos de descontentamento com a administração de Mobutu sozinhos terem formado uma aliança e iniciado a guerra. A esse respeito, tem-se que a preocupação de Uganda em relação à sua segurança se deu, principalmente, a partir do momento em que percebeu de fato que o território do Zaire estava sendo utilizado como base de operações dos grupos radicais ruandeses. Nem o governo de Mobutu, tampouco a comunidade internacional se esforçou em combatê-los ou neutralizá-los, ao contrário, intencionalmente ou não eles colaboraram para sua atuação. Isso foi interpretado pelo governo ugandês como um exemplo que poderia ser seguido por milícias internas no seu país e um alerta ao tipo de resposta e/ou amparo prestado tanto pela administração de Mobutu, como pela comunidade internacional.

Mesmo sem a situação com os *spoilers* de Ruanda, Uganda ainda estaria suscetível a ocorrência de algo semelhante. Entretanto, parece-nos que foi a situação do país vizinho que a colocou em estado de alerta real. Além disso, a influência de Uganda na AFDL nos sugere que, sem essa situação e, conseqüentemente, sem a participação de Ruanda no grupo, dificilmente o país teria participado da coalizão. Portanto, pode-se concluir que, junto com outros fatores, a adesão de Uganda à constituição da AFDL esteve também intimamente relacionada à atuação dos *spoilers* de Arusha no Zaire.

Quanto a Angola e os demais grupos internos insatisfeitos com Mobutu, pode-se afirmar que não teriam capacidade militar e de combate expressivas. Assim, por mais que tivessem sozinhos iniciado uma guerra contra o governo de Mobutu, esta teria outras dimensões e pouco

provavelmente resultariam em uma segunda etapa, a chamada Segunda Guerra Civil, uma vez que esta ocorreu a partir do desentendimento de, principalmente, Ruanda e Uganda com Kabila.

Em síntese, em conjunto, esses fatos condicionados à presença dos *spoilers* no território zaireense, resultaram no início da denominada Primeira Guerra Civil Congoleza, a qual foi retomada um ano após seu oficial encerramento, sob o nome de Segunda Guerra Civil Congoleza.

Adicionalmente, em consonância com o estabelecido por Ansorg (2014) sobre a regionalização de conflitos, ao se estabelecerem no Zaire sem desistir de lutar pelos seus objetivos e ter tornado este sua base de operações, os *spoilers* difundiram o conflito geograficamente. A partir do momento que iniciaram ataques à Ruanda desde os campos de refugiados no país vizinho, este território passou a ser alvo direto, fazendo parte do campo de batalha. Nesse sentido, destaca-se o ataque de Ruanda, através da AFDL, ao campo de refugiados no Zaire em 1996, no intuito de combater os *spoilers* que ainda lutavam pelos seus ideais. Assim, a entrada desses atores no país fronteiriço e as consequentes guerras civis, evidenciam a escalada horizontal do conflito, nos termos de Rubin, Armstrong e Ntegeye (2001), já sinalizando a possibilidade de regionalização dos conflitos.

4.7. Guerras Civis na RDC → Power-sharing na RDC

As duas guerras civis no Zaire/RDC estão intimamente interconectadas e podem ser compreendidas como um único conflito que foi sofrendo alterações conforme seu desenvolvimento.

Kabila assumiu a liderança e estabeleceu políticas que desagradaram às demais partes antes a ele aliadas. Além disso, introduzindo reformas valorizando a soberania nacional e reduzindo as presenças estrangeiras no país, Kabila se afastou dos antigos aliados Ruanda e Uganda, rompendo os vínculos e determinando a retirada de seus oficiais e burocratas. Em contrapartida, passou a desenvolver relações com Zimbábue e Sudão, o último sendo grande adversário de Uganda (SIDA, 2004; SILVA, 2011).

Em retaliação e insatisfeitos com as novas políticas do governo de Kabila, Ruanda, Uganda e Burundi se uniram formando um grupo anti-Kabila. Ruanda condenava os massacres dos tutsis que continuaram a acontecer e o envolvimento de hutus nas forças armadas congolezas. Por sua vez, Uganda e Burundi tinham interesses relacionados à segurança e à

economia. Nesse sentido, esses países começaram a apoiar grupos locais internos também descontentes com o governo de Kabila, como o *Rassemblement Congolais pour la Democratie (RCD)*²⁹, que conseguiria o controle da região leste do país, rica em recursos naturais. Posteriormente, Uganda ajudou a criar e deu apoio também ao grupo *Mouvement pour la Libération du Congo (MLC)*³⁰ e juntos abriram uma frente de resistência que alcançou o controle de um terço do país (HELLMÜLLER, 2017; SILVA, 2001). Assim, em 1998, foi dado início ao que se denominou Segunda Guerra do Congo.

Com o suporte prestado por países vizinhos aos grupos internos visando objetivos particulares, que veremos adiante, pode-se dizer que a guerra também assumiu o caráter de *proxy war*. Adicionalmente, sendo a RDC um território rico em importantes recursos minerais lucrativos, é difícil não vincular o interesse econômico de exploração natural às demais razões que levaram os países a se unirem nas disputas.

O grupo RCD procurou controlar os centros econômicos e militarmente mais estratégicos do leste da RDC, chegando a alcançar o controle do Kivu do Norte (VLASSENROOT, 2008). Tal controle na prática significou a governança da província por Ruanda, e pode ser entendido como um desdobramento da alta dependência externa que a milícia tinha do país, o qual a utilizou como uma *proxy* no período de 1998 a 2003 (RCD, 2012). O principal objetivo desse grupo, porém, era a mudança do regime político, tendo, em 1998, iniciado uma campanha militar contra o então presidente Kabila (VLASSENROOT, 2008). Daí o principal interesse em comum entre o grupo, Ruanda e Uganda.

Sendo formada por ex-tenentes da AFDL e indivíduos desapontados ou marginalizados por Kabila (resistência anti-Kabila), ex-seguidores do antigo presidente Mobutu (resistência conservadora) e alguns acadêmicos e profissionais reconhecidos (resistência democrática), o grupo tinha uma composição explicitamente heterogênea, marcada pelas três tendências supracitadas. Todos os seus líderes tinham feito parte de altos cargos governamentais e se encontravam, naquele momento, excluídos politicamente do sistema. Nesse sentido, pode-se afirmar que a RCD aspirava, principalmente, por reintegração à administração política do país, diferentemente de alguns outros grupos, para os quais o foco central eram melhorias sociais (TULL; MEHLER, 2005).

²⁹ Principal grupo rebelde doméstico formado para combater o presidente Kabila (GLOBAL SECURITY, 2012).

³⁰ Movimento criado com o objetivo de derrubar o governo ditatorial de Kabila (GLOBAL SECURITY, 2016).

As elites da RCD se aproveitaram de oportunidades para conseguir significativos recursos através de receitas fiscais e da comercialização de riquezas minerais [...]. Porém, tal fato não permite uma interpretação de que a liderança da RCD procurou prolongar a guerra do Congo por interesses econômicos (TULL; MEHLER, 2005, p. 379, tradução nossa).

Tull e Mehler (2005, p. 378) afirmam que é “difícil categorizar a RCD em termos de ganância e ideologia [...]. É melhor dizer que ela foi uma ‘coalizão de conveniência’ [...]”.

Em sua luta para conseguir acesso ao poder estatal, a RCD fez uso de duas estratégias: a violência e o reconhecimento internacional. A violência, como usada pela maior parte dos grupos rebeldes do país, foi empregada como ameaça e medida de segurança preventiva para o próprio grupo, enquanto para o reconhecimento pela comunidade internacional, foi necessário trabalhar com a imagem da milícia, daí a razão de colocarem intelectuais para serem os líderes formais do movimento, tentando assim, transmitir maior seriedade e credibilidade internacionalmente (TULL; MEHLER, 2005).

Imitando outros insurgentes, a RCD contratou empresas de lobby para representar seus interesses em Washington. [...] Não só na África, a RCD fez rápidas incursões diplomáticas, saudadas pelo vice-presidente Ngoma como ‘o começo do reconhecimento’; também alcançou reconhecimento *de fato* nas capitais ocidentais (Paris, Bruxelas, Washington) que várias delegações da RCD visitaram em um estágio inicial da insurreição (TULL; MEHLER, 2005, p. 380-381, tradução nossa, grifo do autor).

Durante sua atuação como movimento armado, a RCD ainda fez uso da estratégia de cobrança de impostos na região que exercia o controle, os quais advinham de tarifas aduaneiras e outras cobradas em aeroportos, estradas e locais de mineração, por exemplo. Tal tática gerou consequências de difícil controle das lideranças do grupo, como o surgimento de estruturas paralelas de geração de renda, ou seja, acordos privados entre os comerciantes e os comandantes locais da milícia, os quais visavam o próprio lucro (VLASSENROOT, 2008).

O MLC, diferentemente, foi criado a partir da ajuda de Uganda a um grupo de exilados, os quais pediram apoio ao país vizinho para lutar contra o governo de Kabila, objetivando sua deposição e consequentemente a mudança do governo da República Democrática do Congo. Sob a liderança de Jean-Pierre Bemba Gombo, o grupo passou a ser treinado militarmente e ideologicamente pelas forças ugandesas, *Uganda People's Defence Force (UPDF)*, tornando-se de fato uma milícia armada. Sua atuação se deu, majoritariamente em Equateur, província na qual se instalaram (HRW 2, 2001).

Contando então com o apoio de Uganda, o MLC se tornou o grupo armado militarmente mais organizado do país, dentre aqueles envolvidos no conflito (MLC, 2016), conseguindo em 2000 reverter uma ofensiva do governo congolês. Além disso, o MLC era financeiramente autossuficiente, em grande medida em virtude da cobrança de impostos sobre produtos locais (HRW, 2001).

Nesse sentido, chegou a ser chamado para ajudar em um conflito interno na República Centro-Africana (RCA). Em 2002, devido à guerra civil naquele país, seu então presidente, Ange-Felix Patasse, pediu ajuda militar do MLC. Em resposta positiva, em 26 de outubro do mesmo ano o grupo enviou um contingente de cerca de 1500 homens de suas forças – *Armée de Libération du Congo (ALC)* – para atuar na RCA em prol de Patasse. O MLC permaneceu aproximadamente cinco meses no país vizinho, completando sua retirada somente em 15 de março de 2003. Nesse período cometeu sérias violações, como abuso sexual, assassinatos de civis, pilhagem, dentre outras, o que acarretou a posterior responsabilização e condenação do líder Bemba pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) (MLC, 2016).

O governo de Laurent Kabila não conseguiu formar um exército nacional eficiente e a dependência em relação ao capital externo foi intensificada. A milícia *Interahamwe* e ex-FAR, agora sob a ALIR, e grupos Mayi-Mayi ajudaram o governo. Também Angola, Zimbábue, Namíbia, Sudão, Chade e Líbia apoiaram a defesa do país concedendo financiamentos, pelos quais obtinham em troca direitos de exploração dos recursos naturais (SILVA, 2001). Ou seja, a pilhagem continuou sendo a principal fonte de financiamento. Além do interesse na exploração, cada um desses países tinha motivos particulares para apoiarem o governo de Laurent Kabila, como garantir o acordo de defesa mútua³¹ dos membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – *Southern African Development Community (SADC)*, por exemplo.

O envolvimento de diversos países da região nas disputas e a dinâmica de *proxy war* incrementaram a complexidade do conflito, dando-o uma dimensão ainda maior e dificultando sua resolução. Em 1999, a RDC já estava nitidamente dividida em três áreas de influência: a de seu governo, a de Ruanda e outra de Uganda. A guerra se desenrolou, com graves agressões, violações dos direitos humanos, influência de atores externos (governos, instituições públicas

³¹ Estabelecido em conformidade com o artigo 2º, parágrafo 2, item h do protocolo sobre cooperação nas áreas de política, defesa e segurança da organização. Visa garantir e lutar pelas liberdades dos povos e individuais e pelo estado de direito. Estabelece que “os Estados Partes cooperarão em todas as questões de defesa e facilitarão a interação entre as suas forças armadas e as indústrias relacionadas com a defesa” (COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL, 2010).

e privadas, grupos armados), realinhamento das alianças e deterioração da situação humanitária, quando em 2003 um governo de transição foi estabelecido com a esperança de pacificação.

De acordo com investigações da Anistia Internacional, as oposições ao governo da RDC chegaram a dominar a maior parte da região leste, norte e central do país. Mesmo assim, especificamente no leste alguns grupos, como os mayi-mayi, a *interahamwe* e ex-FAR continuaram a confrontá-las (AI, 2000).

Por um lado, qualquer colaborador, simpatizante ou suspeito de ajudar alguma força em oposição ao governo estava sendo capturado e preso. Os tutsis continuaram sendo perseguidos pelas forças armadas nacionais, a maioria deles sendo acusados de apoiar, particularmente, a RCD. No início de 1999, mais de mil indivíduos tutsis tinham sido presos por suspeitas de apoio à oposição ao governo, frequentemente submetidos a torturas e condições desumanas (AI, 2000). A esse respeito, a Anistia Internacional mencionou em seus relatórios casos como o de Clovis Kadda, o qual “(...) foi levado para o quartel-general militar de Kinshasa para ser interrogado. Depois das autoridades terem apurado que era parente do comandante de uma oposição, foi severamente espancado pelas forças de segurança, quatro dos quais lhe deram 57 chicotadas” (AI, 2000, n.p., tradução nossa).

Por outro lado, também as oposições cometiam violações dos direitos humanos, submetendo a sociedade ao medo e insegurança. Da mesma forma, dentre os principais alvos estavam aqueles suspeitos de colaborar com seus respectivos opositores. Milhares de indivíduos foram vítimas de assassinatos arbitrários cometidos tanto pelas milícias internas como pelas forças do Burundi, Ruanda e Uganda. Pode-se citar, por exemplo, os assassinatos cometidos pelas tropas ugandesas e seus aliados de membros da etnia Lendu no contexto de disputas entre estes e aqueles da etnia Hema. Além disso, dentre os civis, defensores dos direitos humanos também eram alvos das hostilidades por todos os combatentes (AI, 2000).

Entre 1998 e 1999, desentendimentos entre os integrantes da RCD quanto às suas intenções levaram a separação do grupo em duas facções – RCD-K (posteriormente RCD/ML) e RCD-G ou simplesmente RCD. A primeira foi controlada por Uganda, enquanto a segunda, apoiada por Ruanda (RCD, 2012; VLASSENROOT, 2008). Adiante o assunto será melhor abordado.

Em meio a este cenário, foram realizadas diversas tentativas de negociações. A primeira que merece destaque foi o Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka. Assinado em 10 de julho de 1999 entre RDC, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e Angola, este foi posteriormente, em 1º e

30 de agosto, aderido por dois grupos armados de grande atuação no país, a RCD e o MLC, respectivamente (UN, S/1999/815, 1999; UN, S/1999/1116, 1999). O Acordo versou sobre: o estabelecimento de um cessar-fogo entre todas as forças do conflito, ou seja, o fim das hostilidades entre as partes; a facilitação à atuação da assistência humanitária; a retirada de tropas estrangeiras do território da RDC; o desarmamento e repatriação dos grupos armados; e a solicitação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas por uma operação de *peacekeeping* para auxiliar na implementação dele. Dentre outras provisões, também previu um diálogo intercongolês entre o governo do país, a oposição política, representantes da sociedade civil e os grupos RCD e MLC. Segundo o Acordo, neste Diálogo seriam discutidas uma disposição política para o país, a formação de um novo exército unindo membros do governo nacional e dos grupos armados participantes, organização de futuras eleições e o rascunho de uma nova constituição para governar o país até a realização das eleições (UN, S/1999/815, 1999; UN, S/1999/1116, 1999). Nesse sentido, o Diálogo previsto trataria de temas que determinariam o futuro político, administrativo e militar do país, e o Acordo de Lusaka já sugeria um compartilhamento de poder militar, ao indicar a discussão de um novo exército incluindo membros dos grupos armados participantes.

Conforme o Acordo, foi criada pela ONU a *United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC)*, em 30 de novembro do mesmo ano. A missão recebeu mandato para, dentre outras funções, auxiliar na implementação e investigação de violações do cessar-fogo, ajudar no desengajamento das forças hostis, facilitar a assistência humanitária e ajudar na proteção dos direitos humanos e das crianças. Inicialmente, a missão estava prevista para vigorar até 01 de março de 2000 (UN, S/RES/1279, 1999).

O Acordo de Lusaka, porém, não foi capaz de garantir a melhora da situação do país, com cada parte acusando a outra de violá-lo, resultando na continuação das hostilidades por ambas as partes. Segundo relatórios das Nações Unidas, no leste do país, fronteira com Ruanda, as atividades militares da ex-FAR, *Interahamwe* e *Mayi-Mayi*, por exemplo, foram intensificadas e, no Kivu do Sul, intensos conflitos étnicos dominavam o território (UN, S/2000/330, 2000). A população civil, por sua vez, continuou sofrendo as consequências, apresentando considerável grau de insegurança alimentar e altos níveis de má nutrição, além das restrições às liberdades de expressão e opinião e detenções arbitrárias (UN, S/RES/1291, 2000).

Assim, em fevereiro de 2000, o Conselho de Segurança da ONU determinou a extensão da MONUC até 31 de agosto do mesmo ano (prazo que seria repetidamente estendido até 2010,

quando a missão seria substituída por outra de caráter multidimensional), o aumento do contingente e ainda alterou seu mandato. A partir de então a missão passou a ser responsável, dentre outros, também pelo processo de desmobilização, desarmamento, repatriamento, reintegração e reassentamento de ex-combatentes (DDRRR) e por coordenar atividades das outras agências na ONU no que diz respeito aos processos de desarmamento de minas. Além disso, sob o capítulo VII da Carta da organização, a MONUC foi autorizada a utilizar os “meios necessários” para garantir o cumprimento de seu mandato e proteger as tropas e civis ameaçados de violência física nas áreas em que seus batalhões de infantaria atuavam (UN, S/RES/1291, 2000).

Mesmo assim, os enfrentamentos e violações do cessar-fogo permaneceram. De acordo com relatórios periódicos do Secretário-Geral da ONU sobre a situação no terreno, percebeu-se, destacadamente, o aumento da atividade militar e treinamentos de novos recrutas pelo MLC, grupo que avançava agilmente no país, chegando a dominar áreas de Kisangani, capital da província Orientale. Este mantinha disputas, principalmente com as tropas congoleesas, mas veremos mais adiante seus objetivos e características. Destacaram-se também: enfrentamentos étnicos envolvendo, em especial, membros da etnia Lendu, Hema e os *banyamulenge*; disputas entre o exército nacionais de Ruanda (RPA) e o de Uganda (UFPD); embates entre as facções da RCD e o exército congolês e ataques daqueles aos civis. A população, desarmada, também foi vítima de ataques dos Mayi-Mayi e seus aliados, como a *interahamwe* (UN, S/2000/330, 2000; UN, S/2000/566, 2000; UN, S/2000/888, 2000; UN, S/2000/1156, 2000).

De acordo com o ACNUR, o fluxo de refugiados na região também era expressivo. No ano de 2000, só do Kivu do Norte e do Sul assistiu-se à saída de cerca de 12 mil pessoas à Tanzânia. Com o avanço das forças armadas de Ruanda no Katanga, um fluxo de aproximadamente 14 mil refugiados se deslocou para a Zâmbia. Além disso, com países vizinhos também vivenciando conflitos internos (como Angola, Burundi e República do Congo) ou os tendo recém-encerrado (como Ruanda, por exemplo), a República Democrática do Congo, ao mesmo tempo em que apresentava dinâmicas nacionais que ocasionavam o deslocamento de pessoas interna e externamente, também recebia refugiados de seus vizinhos (UNHCR, 2000).

O ano de 2001, não foi diferente. No período, foi relatada a captura de ao menos duas cidades pelo MLC (Imese e Befale) e a RCD, por sua vez, dominou um campo de aviação (localizado em Kilembwe). Além disso, unidos, diversos grupos dominaram a cidade de Fizi, a

qual foi na sequência conquistada por milícias do Burundi, forças armadas de Ruanda e RCD, após combates com a *Interahamwe*. Além disso, hostilidades étnicas deixaram expressiva quantidade de *banyamulenge* mortos e feridos e os confrontos entre Hema e Lendu acentuaram-se (UN, S/2001/128, 2001; UN, S/2001/373; UN, S/2001/572, 2001; UN, S/2001/970, 2001).

Importantemente, também foi notada uma nova reconfiguração das alianças. Em novembro, a RCD e o MLC anunciaram a pretensão de realizarem um esforço conjunto para, por meio da força, localizar, desarmar e neutralizar todas as “forças negativas” na parte oriental da RDC, ou seja, os demais grupos armados que agiam nessa região do país (UN, S/2002/169, 2002).

Entretanto, no mesmo ano foram realizadas reuniões preparatórias para o Diálogo Intercongolês, as quais tiveram como assunto central a escolha de quem mais participaria do Diálogo e quem ficaria de fora (CUNNINGHAM, 2007, apud HELLMÜLLER, 2017). Nesse sentido, uma vez que o Acordo de Lusaka já indicava que o Diálogo Intercongolês teria como objetivo estabelecer os parâmetros de uma reconciliação nacional, como uma nova disposição política do país, a formação de um novo exército, o preparo de eleições, o rascunho de uma nova Constituição, entre outros, ser incluído nele poderia representar grandes vantagens, elevando a motivação dos grupos em poderem participar, como veremos a frente.

Ainda em 2001, Laurent Kabila foi assassinado e a liderança da República Democrática do Congo passou a seu filho, Joseph Kabila, o qual assumiu o governo e deu continuidade aos processos de paz (SILVA, 2011). Entre 2002 e 2003 o governo nacional iniciou, seguindo a técnica *integrative problem solving*³² e sob a facilitação pessoal de Ketumile Masire, ex-presidente de Botsuana, e ajuda de órgãos como a União Africana (UA) e as Nações Unidas, o Diálogo Intercongolês, uma segunda tentativa de destaque para solucionar as disputas. O DIC consistiu em conversas entre representantes dos grupos envolvidos nas hostilidades elencados pelas reuniões preparativas – *Rassemblement Congolais pour la Democratie (RCD)*, *Mouvement pour la Libération du Congo (MLC)*, *Rassemblement Congolais pour la Démocratie / Mouvement de Libération (RCD/ML)*, *Rassemblement Congolais pour la Démocratie/National (RCD-N)*, *Mayi-Mayi*, organizações e partidos da oposição política e sociedade civil. Realizadas em Sun City, África do Sul, nelas foram discutidas propostas que

³² A *Integrative Problem-Solving (IPS)* é uma ferramenta complementar às negociações diplomáticas oficiais. Ela visa facilitar a criação de novas ações e soluções conjuntas entre os grupos beligerantes, através de reuniões informais facilitadas por um terceiro. É função deste terceiro propor uma agenda estruturada de modo que faça com que os participantes considerem as reivindicações e restrições dos demais e também a possibilidade de elaboração de resoluções conjuntas (D'ESTRÉE, 2012).

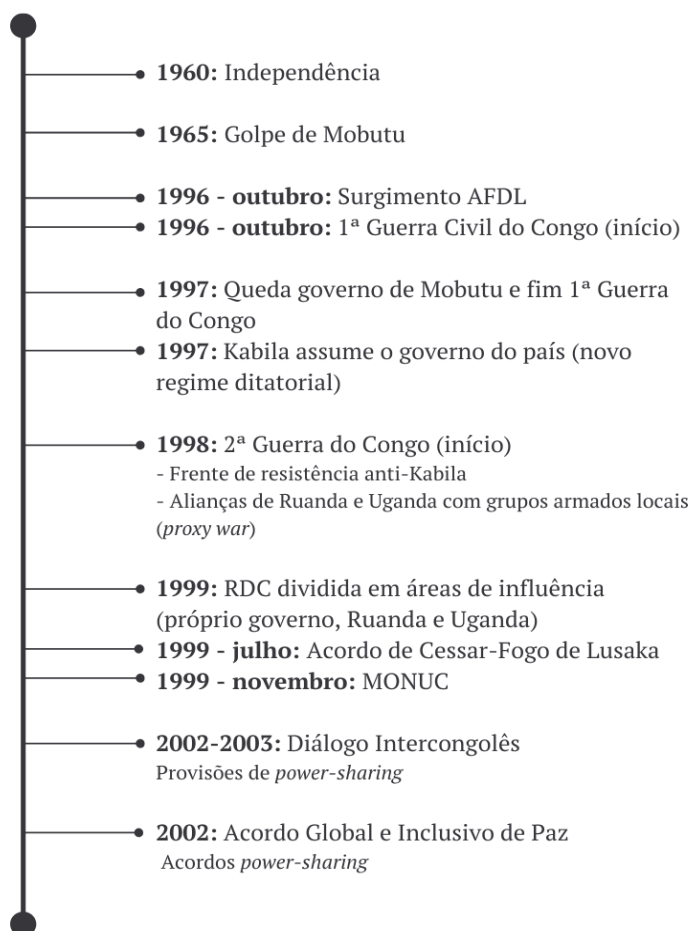
poderiam contribuir para a elaboração de uma solução do conflito, resultando em 36 resoluções (INTER-CONGOLESE..., 2003).

Como mencionado, o principal objetivo era o desenho de uma nova ordem política para o país, a qual se articulava pela participação igualitária de todos os negociantes. Nesse sentido, o documento versou sobre temas variados, tais como a adoção de uma constituição de transição, princípios democráticos, liberalização da vida política, processo eleitoral, apoio da comunidade internacional, instrumentos de consolidação da paz, desarmamento e reintegração dos considerados grupos rebeldes, retirada das tropas estrangeiras, um novo exército nacional, reconstrução de cidades e ambientes destruídos, programas econômicos, sociais, humanitários, coexistência de diversas etnias, entre outros (INTER-CONGOLESE..., 2003). Dentre esses temas o DIC indicava para uma nova ordem política estruturada por arranjos de compartilhamento de poder (arranjos *power-sharing*) (TULL; MEHLER, 2005).

Assim, com base no Diálogo Intercongolês e no Acordo de Cessar-fogo de Lusaka, foi negociado o Acordo Global e Inclusivo de Paz, o qual foi de extrema relevância, pois estabeleceu, dentre outras, um período de transição regido pelos princípios de compartilhamento do poder. Assinado em dezembro de 2002 entre os membros do DIC, o Acordo especificou de fato como ocorreriam as divisões do *power-sharing* entre os grupos e clarificou os processos e objetivos envolvidos neste, como por exemplo a criação de uma Constituição de Transição para o período (UN, 2002).

Na sequência, em 02 de abril de 2003, foi então assinado o documento *Negociações Políticas Intercongolesas: O Ato Final* por todos os considerados principais partes do conflito. Este formalizava a aceitação das partes às 36 resoluções elaboradas no âmbito do DIC e incluía o comprometimento das partes ao Acordo Global e Inclusivo e à Constituição de Transição (INTER-CONGOLESE..., 2003).

Após falhas tentativas de impedir e solucionar os conflitos, o Acordo Global e Inclusivo era esperançoso, destacadamente, por suas cláusulas de *power-sharing* no âmbito político-administrativo e militar. Assim, acreditava-se que, a partir do compartilhamento do poder Estatal durante um período de transição, as partes fossem levadas à cooperação, encerrando dessa forma as hostilidades e instaurando a paz. Abaixo vejamos um esquema da sequência temporal dos eventos de modo a facilitar a compreensão metodologicamente:

Figura 7 - Linha do tempo República Democrática do Congo (1960-2002)

Fonte: Elaborado pela autora

4.7.1. Constatação 5

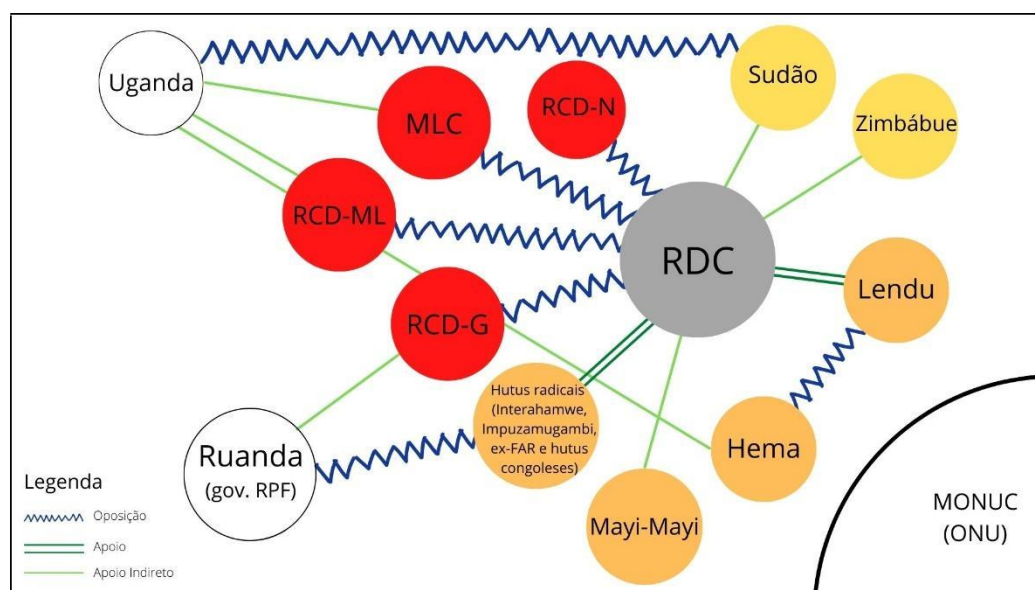
Negociações de paz acontecem mediante uma situação ou ameaça de conflito, condição essencial sem a qual não teriam razão de existência. Portanto, a relação causal entre uma guerra e negociações de paz, sejam elas formais ou não, é um processo comum em sociedades diante de disputas entre grupos. Tal fato, pode ser observado desde tempos mais passados, como as negociações da Paz de Nícias na Guerra do Peloponeso (431 a.C - 404 a.C) até os dias mais atuais, como as conversas entre Rússia e Ucrânia devido o conflito iniciado em 24 de fevereiro de 2022, por exemplo. Aqui nos interessa, entretanto, especificamente a causalidade entre as especificidades da guerra em campo na RDC e a opção por um acordo contendo cláusulas *power-sharing*, tendo em vista a variedade de métodos e ferramentas existentes.

Através dos apontamentos mencionados anteriormente sobre o desenvolvimento das ou da guerra na República Democrática do Congo, nota-se a complexidade que as disputas tomaram ao envolver diversos atores com interesses distintos e, sobretudo, com dinâmicas que favoreceram a enérgica perseguição de seus objetivos.

Interesses em torno da exploração de recursos naturais proporcionaram meios para que atores internos seguissem na luta armada. Aqui tem-se o fornecimento de armas, treinamentos e recursos financeiros disponibilizados por empresas e exércitos nacionais aos grupos domésticos em troca de direitos de exploração. Sem esses recursos, muitos grupos domésticos dificilmente teriam capacidade suficiente de sustentação das disputas, uma vez que exigem elevados recursos financeiros e preparo militar.

A questão das etnias foi outro fator que motivou alianças entre os grupos e contribuiu na complexidade das relações. Ruanda buscando combater a *interahamwe*, que continuava a ir contra seu governo e os tutsis em geral mesmo dentro do território congolês, buscava intervir no território vizinho de tal forma que o governo congolês passou a vê-la como ameaça, contribuindo para o apoio mútuo entre *interahamwe* e FAC, com vistas a enfrentar a RPA. Esta, por sua vez, aplicou a mesma lógica e atuou ao lado de grupos domésticos opositores do governo congolês, como a RCD. Similarmente, demais países vizinhos também se envolveram na guerra por esse viés, como Uganda apoiando o MLC por exemplo, levando-a a ser considerada uma *proxy war*. Através dessas alianças o poder de combate das milícias muitas vezes se tornou mais eficiente e as hostilidades foram reforçadas, resultando em um estímulo à continuação das disputas.

Assim, buscamos elucidar a complexidade mencionada por Rapaport e Ireland (2012) presente neste conflito. Diversos atores como milícias locais, grupos armados, governos estatais, instituições privadas, estavam envolvidos nas disputas buscando alcançar objetivos individuais, econômicos, políticos e/ou sociais, de acordo com suas percepções e estratégias. Assim, seguindo as características elencadas por Mitleton-Kelly (2006), esses atores adaptaram-se ao ambiente e às transformações dos cenários que estavam incluídos. Nesse sentido, o resultado foi a formação de alianças situacionais, que se alteravam conforme as percepções individuais do cenário. Vejamos abaixo uma ilustração das principais dinâmicas envolvidas no conflito neste período:

Figura 8 - Mapeamento dinâmicas RDC

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse sentido, a resistência acentuava-se com cada ator exigindo, para uma resolução, demandas que se sobrepunham. Assim, acrescidos também de outros fatores, como a lucratividade da guerra para empresas estrangeiras e consequentemente seus países de origem, a dificuldade em encontrar uma solução viável foi agravada.

Após tentativas de cessar-fogo como o Acordo de Lusaka, ineficientes missões de paz das Nações Unidas – como a ONUC, que não conseguiu evitar a guerra civil e a MONUC, que tinha mandato constantemente alterado e prolongado –, nas negociações do Diálogo Intercongolês, as partes demonstraram a possibilidade de encerramento das hostilidades através da participação igualitária no poder Estatal. Assim, o *power-sharing* pareceu uma ferramenta capaz de levar ao encerramento dos combates, sendo, portanto, formalizado no Acordo Global e Inclusivo.

A proposta de compartilhamento do poder do Estado entre os principais atores beligerantes, como forma de gerenciamento de conflitos, dificilmente se dá em contextos em que os atores hostis podem ser vencidos pelo governo nacional. Isso porque, partindo de uma perspectiva realista das Relações Internacionais, podemos assumir que o compartilhamento da administração de uma soberania com grupos beligerantes não está entre as primeiras opções de resolução de disputas.

Dessa forma, a guerra na República Democrática do Congo, especificamente a forma como suas dinâmicas se deram pode ser considerada uma causa fundamental para o estabelecimento do *power-sharing*, pois, como visto, ele surgiu como possibilidade de resolução após métodos pouco ou não eficientes de gerenciamento, evidenciando assim, sua opção em virtude da situação apresentada, ou seja, devido a proporção da complexidade que o conflito adquiriu.

4.8. Power-sharing na RDC → ação de *spoilers* na RDC

O *power-sharing* na República Democrática do Congo foi estabelecido mediante o Acordo Global e Inclusivo, sendo um desdobramento das negociações do Diálogo Intercongolês, o qual indicou a ferramenta como forma de resolução do conflito. Nesse sentido, o Acordo esclareceu e detalhou os objetivos e procedimentos envolvidos na adoção de tal método e especificou como isso ocorreria, entretanto o *power-sharing* já tinha sido previsto pelo DIC e sugerido pelo Acordo de Lusaka, como mencionado anteriormente.

Retomando Greenhill e Major (2006), os atores em um conflito sempre buscam o maior benefício possível. Portanto, as oportunidades apresentadas por cada situação levam a alteração de suas estratégias, determinando padrões de comportamento, os quais eventualmente podem levar ao surgimento de um *spoiler*. Nesse sentido, diante de previstas negociações de arranjos *power-sharing*, onde cargos políticos, administrativos e militares do governo estavam em jogo, ser incluído na mesa de negociações tornou-se algo extremamente atrativo para os grupos em disputa. Conforme Hellmüller (2017), é importante lembrar que por trás dessa divisão de poderes existia grande barganha, a promessa de cargos com alta remuneração (presidente, ministros e seus vices, por exemplo), o que levou o interesse pela inclusão também ao nível individual, gerando disputas internas nos grupos.

Conforme mencionado no item anterior, a inicial RCD passou por desentendimentos internos que levou a separação do grupo, resultando na RCD-G (que continuou a ser referenciado simplesmente por RCD) e na RCD/ML (RCD, 2012; VLASSENROOT, 2008). Não coincidentemente, os desentendimentos e fragmentação se deram durante o período das negociações pós-assinatura do Acordo de Lusaka, o qual previa o Diálogo Intercongolês e o que nele seria abordado. Conforme Tull e Mehler (2005, p. 393, tradução nossa), “não é coincidência que assim que os termos políticos de Lusaka (*power-sharing*, governo de

transição) foram estabelecidos, as dissidências da RCD e a proliferação de insurgências menores começaram seriamente”.

Anteriormente denominada RDC-K, a RCD/ML surgiu em setembro de 1999 sob a liderança de Wamba dia Wamba que, após ser expulso da RCD, se mudou para Kisangani, formando o grupo que foi denominado RCD-K. Após uma fusão com o *Mouvement de Libération*, tornou-se RCD-K-ML e simplesmente RCD/ML, quando o grupo deixou Kisangani e se transferiu para Bunia, em Ituri (HRW, 2003).

Durante as negociações preparatórias para o DIC, problemas internos na RCD/ML vincularam as disputas às etnias locais. Perante as perspectivas de divisão do poder estatal vislumbradas pelo DIC, de um lado tinha-se Wamba dia Wamba, líder do grupo, e de outro Mbusa Nyamwisi e John Tibasima, primeiro-ministro e ministro das finanças, respectivamente. Wamba já tinha lugar individual garantido na mesa de negociações, pois havia participado do Acordo de Lusaka. Nesse sentido, Nyamwisi e Tibasima, visando interesses particulares, procuraram formas de se destacarem e também conseguirem um posto. Após a não bem-sucedida coalizão com outros grupos, como o MLC, denominada *Front de Libération du Congo (FLC)*, ambos foram buscar apoio no nível local como forma de se fortalecerem individualmente, o que levou a sobreposição das disputas aos conflitos étnicos (HELLMÜLLER, 2017).

Em Ituri grupos étnicos Hema e Lendu já vivenciavam hostilidades locais por questões de terras. Sendo a região majoritariamente povoada pela comunidade lendu, proprietários hema passaram a pagar soldados ugandeses que ocupavam a região em troca de proteção. Assim, se sentindo ameaçados em virtude do apoio ugandês ao seu adversário, membros da etnia Lendu criaram grupos de autodefesa na tentativa de garantirem sua segurança, escalando assim as violências (HELLMÜLLER, 2017). É nesse contexto que Nyamwisi e Tibasima foram buscar sustentação.

Tibasima, de origem Hema, procurou suporte nessa comunidade, recrutando e armando a população da região (HRW, 2001; ICG, 2003). Nyamwisi, por sua vez, conseguiu apoio entre os Lendu e junto com o governo do país também treinaram e armaram membros dessa comunidade (HELLMÜLLER, 2017). Neste ponto, pode-se destacar a alteração das alianças de Nyamwisi que, dando prioridade à barganha individual, se juntou ao governo congolês – ator diretamente oposto à Uganda, a qual apoiava a RCD/ML. Nesse sentido, diante da possibilidade de barganha individual das negociações de *power-sharing*, foi dada prioridade aos interesses

peçoais, desencadeando alterações nas dinâmicas locais entre os atores. Mesmo após garantir seu objetivo, Nyamwisi continuaria angariando apoio local, ajudando na criação de duas milícias lendu formalizadas no final de 2002 – *Front des Nationalistes et Intégrationnistes (FNI)* e *Force de Résistance Patriotique en Ituri (FRPI)* (HELLMÜLLER, 2017).

Roger Lumbala, foi outro dissidente da RCD que merece ser mencionado. Até o início de 2000 Lumbala foi membro da RCD-G e depois, da RCD/ML. Quando Wamba, líder do grupo, colocou uma unidade na cidade de Bafwasende, na província de Tshopo, Lumbala alegou que o restante do grupo estava sendo deixado à parte e descuidados. Sob essa justificativa, decidiu criar seu próprio movimento, dando origem à RCD-Nacional (RCD-N), a qual também fez amplo uso da violência (HRW, 2001).

Além desses, Thomas Lubanga, ministro da defesa da RCD/ML, também desertou. Ainda alinhado com Uganda, Lubanga criou o seu próprio grupo em junho de 2002, a *Union des Patriotes congolais (UPC)*. Este atuou especialmente em Ituri e também mobilizou apoio entre as comunidades locais e dominou territórios como forma de tentar se destacar e conseguir ser incluído nas negociações do DIC. Entretanto, quando percebeu a baixíssima perspectiva de isso ocorrer e, ao contrário, sua exclusão ter aumentado, Lubanga desfez o acordo com Uganda e firmou um pacto com a RCD-Goma, grupo apoiado por Ruanda (BOSHOF, 2003).

Tal fato, também evidenciou, assim como Nyamwisi, a adaptabilidade do sujeito em recalculas suas estratégias de alianças e sua firme dedicação aos seus interesses. Entretanto, diferentemente daquele, no caso de Lubanga a violência local foi uma estratégia escolhida como meio de conseguir a inclusão. De acordo com Hellmüller (2017), a UPC lutou contra a FNI e a FRPI e travou batalhas também com a população local, gerando caos e massacres de civis. Em agosto de 2002, o grupo dominou Bunia e governou parte de Ituri, levando a ONU a tentar um processo paralelo de pacificação da região – Comissão de Pacificação de Ituri –, a qual o grupo recusou-se a fazer parte, deixando claro o uso estratégico da violência e sua perseverança na busca por maiores benefícios.

Nessas circunstâncias, a violência local foi elevada. Suas causas, em última instância, podem ser atribuídas às vantagens apresentadas pelas perspectivas de negociação de arranjos *power-sharing*. Portanto, conforme Hellmüller (2017) o aumento das hostilidades observados em virtude das ações de Nyamwisi e Timbasima foi uma consequência/resultados das estratégias escolhidas pelos atores – formação de alianças estratégicas e mobilização de apoio local – e não uma estratégia em si. Entretanto, consideramos que apesar de não se esquadram como

spoilers, pois a violência não foi utilizada como estratégia, mas uma consequência dela e tendo em vista a determinação desses líderes de grupo para com seus objetivos, estes podem ser considerados atores com alto potencial *spoiler*.

Ao contrário, Hellmüller (2017) avalia a violência da UPC de Lubanga como uma estratégia em si, conclusão que concordamos. Além disso, o poder demonstrado pelo grupo, por exemplo, ao formar um governo em Bunia foi significativo ao ponto de as Nações Unidas proporem um processo de pacificação específico. Assim, podemos afirmar que, uma vez que fez uso intencional da violência após não conseguir ser incluído nas negociações, este grupo atuou de fato como um *spoiler* do processo de paz.

Ao final, Nyamwisi e Tibasima foram bem-sucedidos com seus planos. No governo de transição estabelecido pelo Acordo Global e Inclusivo, o primeiro ficou com o cargo de Ministro de Cooperação Regional e o segundo, com o de Ministro da Habitação e do Desenvolvimento Urbano. Lumbala também teve seu grupo incluído. No entanto, Lubanga continuou excluído. Como mencionado, a UPC não foi incluída no DIC e, portanto, permaneceu fora do *power-sharing* formalizado no acordo posterior. A esse respeito Hellmüller (2017, p. 48) comenta que: “os mediadores provavelmente não quiseram estimular mais grupos dissidentes da RCD, dado que o movimento já tinha passado por várias divisões com a criação do RCD-Nacional, RCD-Goma e RCD-ML”.

Assim podemos ver na prática as preocupações de Jarstad (2006) ao expor a importância da determinação dos grupos que serão incluídos ou não no *power-sharing*. Ao garantir posições dentro do governo para os atores considerados mais problemáticos, tal mecanismo pode estimular os excluídos a alterarem suas estratégias e, muitas vezes, utilizarem a violência como forma de também fazerem parte da divisão dos poderes do Estado.

(...) um APS [acordo power-sharing] que prevê a garantia de cargos governamentais apenas para alguns dos grupos em conflito constitui um forte incentivo para que os grupos excluídos recorram à violência. O objetivo é ganhar vantagem para futuras negociações ou para vencer militarmente. Assim, quando um acordo de Paz envolve disposições power-sharing, a inclusão de todos os grupos beligerantes pode ser uma condição necessária para a paz. O número suficiente de signatários é um problema particular nos conflitos com muitos grupos beligerantes, onde há razões para recear que os grupos excluídos do compartilhamento do poder usem a violência para lutar contra o acordo power-sharing (JARSTAD, 2006, p. 11, tradução nossa).

O Acordo Global e Inclusivo foi negociado entre os membros do DIC – governo nacional, MLC, Mayi-Mayi, RCD, RCD-ML e RCD-N – e renovou o comprometimento desses: com o cessar-fogo estipulado pelo Acordo de Lusaka; com as consideradas principais resoluções do

Conselho de Segurança da ONU; com a busca por uma solução pacífica e justa da situação; e com a criação de um exército nacional reestruturado e integrado (UN, 2002).

Quanto ao *power-sharing*, especificamente, estabeleceu que este seria implementado por um período de transição, para o qual seriam formados um governo e uma constituição específicos de transição. Assim, esse período transitório teria como principais objetivos o restabelecimento da paz através da reunificação e reconstrução do país, visando portanto, a restauração da integridade territorial e da autoridade do Estado, a reconciliação nacional, a criação de um novo exército nacional integrado, a organização de eleições livres e transparentes em todos os níveis, e o estabelecimento de estruturas que permitissem uma nova ordem política em consonância com os princípios democráticos (UN, 2002).

A escolha dos grupos para fazer parte dos arranjos *power-sharing*, recebendo parte do poder do Estado, se deu de acordo com quem participou das conversações e não conforme suas competências, ou seja, RCD, RCD-N, RCD/ML, MLC, Mayi-Mayi, acrescidos da Sociedade Civil e Oposição Política, além do próprio governo da RDC, tiveram lugares automaticamente assegurados.

Representantes da sociedade civil e da oposição política foram incluídos em virtude dos princípios democráticos, regime que se almejava concretizar com o Acordo e instituições de transição. Nesse sentido, apesar de não-armados, apresentavam reivindicações particulares que ainda não tinham representatividade inclusa. Portanto, foram considerados essenciais para o modelo transacional de governo ser bem-sucedido e atingir a paz duradoura.

Segundo o Acordo, as instituições de transição contariam com a representação de cada um dos grupos supracitados e se formariam com base na separação dos três poderes. O poder legislativo seria formado por duas câmaras, uma Assembleia Nacional e um Senado; o poder judiciário, por cortes e tribunais; e o poder executivo, pelo presidente e seus vices (RDC, 2003). Sendo assim, cada instituição incorporaria uma quantidade de membros advindos de todas as partes que dividiam o poder da administração política do país.

Nesse sentido, no poder legislativo, a Assembleia Nacional foi formada por 500 deputados, de forma a assegurar a representação provincial equilibrada e seguindo os critérios abaixo:

Tabela 2 - Composição Assembleia Nacional RDC, Governo de Transição

ELEMENTOS/ENTIDADES	NÚMERO DE DEPUTADOS
RCD	94
MLC	94
Governo	94
Oposição Política	94
Sociedade Civil	94
RCD/ML	15
RCD-N	5
Mayi-Mayi	10
TOTAL	500

Fonte: Adaptado de UN, 2002, p. 16-17.

O escritório dessa instituição, de modo a garantir o efetivo compartilhamento de poder, foi composto por membros dos diferentes grupos: 01 presidente (sociedade civil), 03 vice-presidentes (RCD, oposição política e governo), 01 relator (RCD-ML) e 03 assistentes do relator (RCD-N, MLC e Mayi-Mayi) (UN, 2002). Dentre suas funções, a Assembleia Nacional era responsável por votar leis; controlar o governo, empresas e instituições públicas e serviços; supervisionar a implementação das resoluções do DIC, entre outras atividades no ramo (RDC, 2003).

A outra câmara do poder legislativo, o Senado, foi composto por 120 senadores (UN, 2002). A distribuição dos assentos aos grupos foi feita da seguinte forma:

Tabela 3 - Composição Senado RDC, Governo de Transição

ELEMENTOS/ENTIDADES	NÚMERO DE SENADORES
RCD	22
MLC	22
Governo	22
Oposição Política	22
Sociedade Civil	22
RCD/ML	4
RCD-N	2
Mayi-Mayi	4
TOTAL	120

Fonte: Adaptado de UN, 2002, p. 17.

O escritório do Senado foi formado tal como o escritório da Assembleia Nacional, com 01 presidente (sociedade civil), 03 vice-presidentes (RCD, oposição política e governo), 01

relator (RCD-ML) e 03 assistentes do relator (RCD-N, MLC e Mayi-Mayi) (UN, 2002). Suas funções, por sua vez, consistiam em elaborar um anteprojeto de Constituição a ser submetido ao referendo e examinar, concomitantemente com a Assembleia Nacional, as propostas ou projetos relacionados a nacionalidade, descentralização, finanças públicas, processo eleitoral e instituições que apoiam a democracia (RDC, 2003).

O poder executivo se refere à presidência. Por um lado, esta foi formada por 01 presidente, responsável por, dentre outras funções, promulgar leis, nomear e demitir ministros e ministros adjuntos, nomear altos funcionários públicos, exército e policiais, governadores provinciais e vice-governadores, embaixadores e enviados especiais, nomear e demitir juízes e procuradores públicos, credenciar embaixadores e enviados especiais para países estrangeiros e organizações internacionais, e etc. Por outro, por 04 vice-presidentes, sendo 01 advindo do governo anterior, 01 da oposição política, 01 do MLC e 01 da RCD. Cada vice foi responsável por um comitê governamental – comitê político (RCD), comitê econômico e financeiro (MLC), comitê de reconstrução e desenvolvimento (Governo), comitê sociocultural (oposição política) – dentro dos quais exerciam as funções de presidir as reuniões de seu respectivo comitê, apresentar o relatório da mesma ao Conselho de Ministros, coordenar e supervisionar a implementação das decisões do Conselho de Ministros relativas aos seus respectivos Comitês, dentre outras funções (UN, 2002).

Por fim, o poder judiciário foi formado pelo Supremo Tribunal de Justiça, responsável por julgar, dentre outras coisas, recursos de cassação contra decisões dos tribunais e recursos para a anulação de decisões das autoridades centrais; tribunais civis e militares, os quais têm a função de aplicar a lei, os atos e os costumes regulatórios que estejam de acordo com a ordem pública e moral; tribunais de recurso e gabinete do procurador (RDC, 2003).

O governo formado pelo presidente da república, os vice-presidentes, os ministros e os vice-ministros, foi compartilhado entre os grupos conforme as tabelas abaixo (UN, 2002):

Tabela 4 - Divisão power-sharing RDC, Ministros

Comissão	Governo RDC	RCD	MLC	Oposição Política	Sociedade Civil	RCD-ML	RCD-N	Mayi-Mayi
Comissão Política	- Interior - Descentralização e Segurança - Mídia e Informação	- Defesa e Desmobilização de Ex-combatentes - Família e Condições das Mulheres	- Relações Exteriores e Cooperação Internacional	- Justiça - Solidariedade e Assuntos Humanitários	- Direitos Humanos	- Cooperação Regional		
Comissão Econômica e Financeira	- Finanças - Indústria	- Economia - Portfólio	- Planejamento - Orçamentos - Agricultura	- Minas	- Funções Públicas		- Comércio Exterior	
Comissão de Reconstrução e Desenvolvimento	- Energia	- Post Telecoms (PTT)	- Serviços Públicos e Infraestrutura	- Pesquisa Científica - Transporte		- Urbanização	- Turismo	- Desenvolvimento Rural - Meio-Ambiente
Comissão Sociocultural	- Saúde - Artes e Cultura	- Trabalho e Segurança Social - Educação Superior e Terciária	- Educação Primária e Secundária - Juventude e Esporte	- Assuntos Sociais - Assuntos de Terra				
	(7)	(7)	(7)	(7)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Adaptado de UN, 2002, p. 13.

Tabela 5 - Divisão power-sharing RDC, Vice-Ministros

Comissão	Governo RDC	RCD	MLC	Oposição Política	Sociedade Civil	RCD-ML	RCD-N	Mayi-Mayi
Comissão Política	- Relações Exteriores - Integração das Forças de Defesa	- Cooperação Internacional - Segurança e Ordem Pública	- Interior - Defesa		- Desmobilização de Ex-Combatentes	- Justiça	- Mídia e Informação	
Comissão Econômica e Financeira	- Minas	- Orçamentos - Serviços Públicos e Infraestrutura	- Finanças - Portfólio	- Planejamento - Função Pública	- Comércio - Agricultura			
Comissão de Reconstrução e Desenvolvimento				- Energia				- Transporte
Comissão Sociocultural	- Educação Primária, Secundária e Profissional			- Saúde		- Educação Superior e Terciária	- Assuntos Sociais	- Segurança Social e do Trabalho
	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Adaptado de UN, 2002, p. 14.

O setor militar também foi submetido ao *power-sharing*. Apesar do Acordo Global e Inclusivo não especificar a composição das tropas militares como no Acordo de Arusha em Ruanda, ele determinou a realização de uma reunião, antes da implementação do governo de transição, entre representantes das forças armadas nacionais anteriores e das alas armadas dos grupos RCD, RCD-ML, RCD/N, MLC e Mayi-Mayi, na qual deveria ser desenvolvido “o mecanismo militar encarregado do treinamento dos outros membros do exército” (UN, 2002, p. 10, tradução nossa). Além disso, também foi estabelecido um Conselho de Defesa composto pelo presidente, seus quatro vices, os ministros da defesa, do interior, da descentralização e

segurança, das relações exteriores e dos chefes do Estado-Maior das três forças armadas (exército, marinha e aeronáutica). Este Conselho, contendo membros de todos os grupos, estaria diretamente envolvido na criação do novo exército nacional integrado, no desarmamento de grupos armados, na elaboração das políticas de defesa, bem como na supervisão da retirada das tropas estrangeiras do território congolês (UN, 2002).

Assim, o Acordo foi assinado em dezembro de 2002. Com a administração política e militar de transição do país pautada no *power-sharing*, acreditava-se que o governo de transição, previsto para durar 24 meses, seria um grande avanço na busca pela estabilidade e paz duradoura na RDC. Porém, o país continuou enfrentando problemas com grupos armados internos e externos, dificultando a garantia da segurança e ordem do país. Relatórios da segunda missão de paz estabelecida pela ONU, MONUC, a qual estava em vigor no período e continuou em ação, tendo seu mandato constantemente renovado, evidenciaram a continuação das hostilidades.

A questão central para a situação na RDC estava na reforma do setor de segurança, principalmente da criação da *Forces Armées de la République Démocratique du Congo* (FARDC), o novo exército nacional unificado entre as forças dos ex-grupos armados incluídos no governo. O tema foi abordado de forma superficial no Acordo e decisões cruciais e processos práticos foram frequentemente postergados. Segundo Boshoff (2005), isso se deu em virtude da contínua alta desconfiança entre os membros do Acordo e o não desejo de alguns em estabelecer um compromisso sobre assuntos militares, o que ficou evidenciado por diversas situações. Vejamos algumas.

Em 2003 comandos regionais militares foram estabelecidos e distribuídos entre os ex-grupos beligerantes. O principal objetivo desses comandos era integrar as forças em campo desses ex-grupos armados às FARDC, plano que foi detalhado no Memorando II – assinado em junho de 2003. Apesar deste avanço, na prática pouco mudou. A primeira brigada integrada foi formada somente em junho de 2004 e, mesmo um ciclo de treinamento sendo de três meses, outras demoraram um período muito maior para serem constituídas (ICG, 2006).

Uma das causas foi o fato de os grupos, agora membros do governo, terem procurado manter estruturas de comando paralelas, se esforçando para manter o controle sob suas antigas alas militares e o domínio do território (AUTESSERRE, 2010). Nesse sentido, surgiram significativos conflitos locais e a etapa de integração prevista pelos comandos regionais militares foi comprometida. Exemplo de destaque foi a Crise de Bukavu de 2004.

Sendo a capital do Kivu do Sul, Bukavu foi inserida no comando regional militar em que Nabyolwa era o comandante e Mutebutsi, vice-comandante. O primeiro era membro do antigo governo congolês, enquanto o segundo, da RCD, a qual possuía quantidade significativa de soldados na cidade. Neste contexto, desentendimentos surgiram entre os líderes quando Nabyolwa decidiu confiscar as armas “ilegalmente” na posse dessas tropas, uma vez que seriam submetidas ao processo de integração. Como consequência houve violência armada entre as tropas leais a cada um deles, gerando mortes, feridos e instabilidade geral na área. Poucos meses depois, novas hostilidades entre os fiéis à Mutebutsi e Mabe (novo comandante da região militar, substituindo Nabyolwa) foram registrados (UN, S/2004/650, 2004).

Neste contexto, surgiram alegações de perseguições à população *banyamulenge*, dando uma nova dimensão à situação. Sob essa justificativa, Laurent Nkunda, *banyamulenge* e ex-oficial linha dura da RCD, se direcionou com seus combatentes à Bukavu desde o Kivu do Norte sob a prerrogativa de defender sua comunidade. A MONUC aumentou a quantidade de tropas na região e tentou evitar a chegada destes estabelecendo uma zona tampão, entretanto nenhum dos esforços conseguiu conter o avanço de Nkunda e seus soldados. Em consequência, em 02 de junho de 2004 Mutebutsi e Nkunda, ambos advindos da RCD, unidos assumiram o controle de Bukavu, cometendo diversos abusos, saques e violências generalizadas que resultaram em mortes, expressivo número de deslocados internos, suspensão de ações humanitárias, degradação de estruturas da ONU e suas agências, entre outros danos (UN, S/2004/650, 2004).

Esta crise ainda demonstra a influência de países vizinhos nas dinâmicas locais. Ruanda, assim como Uganda, continuaram a intervir no conflito no território congolês mesmo o Acordo Global e Inclusivo ter decretado a retirada de suas tropas. Estes países permaneceram agindo através de *proxies*. A RCD, conforme previamente elucidado, contou com o apoio de Ruanda e atuou como sua *proxy* durante a guerra. Após o término oficial do conflito, contudo, esta aliança continuou a existir. Nesse sentido, apesar de negar envolvimento, Ruanda também teve grande responsabilidade pela crise em Bukavu, uma vez que apoiava o grupo com interesses particulares na região. A cidade situa-se em uma área rica naturalmente, um dos motivos do interesse ruandês em exercer influência e/ou domínio, direto ou indireto, na área.

O que apareceu inicialmente como um ato de insubordinação e rebelião de dois oficiais desertores rapidamente se transformou em um violento confronto militar, com um notório viés étnico, suposta interferência estrangeira e consequências políticas potencialmente graves (UN, S/2004/650, 2004, p. 09, tradução nossa).

A MONUC conduziu investigações sobre as alegações de ataques e perseguições aos *banyamulengue* e concluiu, que de fato assassinatos deliberados contra indivíduos desta comunidade foram cometidos, entretanto não encontraram sustentação para as acusações de perseguições supracitadas. Assim, a Crise em Bukavu evidencia a resistência da RCD ao *power-sharing* militar, principalmente ao programa de integração das forças armadas. Nesse sentido, o uso da violência para impedir o avanço do processo, sob a justificativa de perseguição étnica, pode ser considerado um comportamento *spoiler*.

Sobre a interferência regional, o governo de Ruanda, sob a liderança de Paul Kagame, ainda manteve regulares ameaças de intervir diretamente na RDC. Afirmava que a comunidade de ascendência ruandesa vivendo no país permanecia ameaçada e sendo perseguida por congoleses que não os aceitavam. Além disso, alegaram que hutus radicais envolvidos no genocídio de 1994 que emigraram para o país vizinho, agora também sob o grupo FDLR, ainda representavam motivos de preocupações de segurança. Sendo assim, a persistência do envolvimento ruandês no país pode ser resumida como tendo viés securitário (suposta ameaça de invasão por hutus radicais), econômico (exploração de recursos naturais) e étnico-nacional (senso de defesa da comunidade descendente de ruandeses). Entretanto, embora que de fato a FDLR ainda estivesse presente no território do país vizinho, de acordo com especialistas militares, eles já não representavam uma ameaça à Ruanda. Os combatentes hutus vindos de Ruanda em território congolês já eram poucos e não consistiam em um risco real à segurança de Ruanda (AUTESSERRE, 2010).

A presença dos rebeldes hutus no Congo forneceu a Kigali um excelente pretexto para voltar aos Kivus para perseguir os outros interesses de Ruanda: a exploração ilegal dos recursos minerais congoleses e a proteção da população congolesa com ascendência ruandesa (AUTESSERRE, 2010, p. 61, tradução nossa).

Conforme a autora, o que houve foi a promoção e incentivo do ódio étnico-nacional contra os congoleses de origem ruandesa em virtude de vantagens individuais e/ou eleitorais. O discurso se deu na acusação dessa minoria como motivo de todos os problemas da transição.

Nesse sentido, a preocupação securitária que sustentava as ameaças de invasão direta de Ruanda e o apoio à RCD, que atuava como sua *proxy*, podem ser compreendidas como justificativas meramente formais para manutenção de sua influência no país, a qual tinha como alvo principal a exploração de recursos lucrativos. Sendo assim, a não formação de um exército forte e realmente integrado com participação de sua *proxy* RCD era essencial para Ruanda,

tendo em vista o interesse de manter controle sobre territórios congolese. Portanto, Ruanda também é vista como *spoiler* do processo de paz na RDC por alguns autores, tendo exercido violência intencional por meio de suas proxies.

A 8ª Região Militar, sob o comando de um ex-general da RCD, também enfrentou problemas no processo de integração. Membros de milícias Mayi-Mayi locais se recusaram a cumprir ordens do comandante em cargo em virtude deste vir de um grupo adversário, ocasionando episódios de confrontos e disputas. Problemas desse caráter ocorreram principalmente no Kivu do Sul, Kivu do Norte e no Katanga e contribuíram substancialmente para a permanência da instabilidade e volatilidade da região (BOSHOF, 2005).

De acordo com relatório da ONU, a estrutura de comando e controle das FARDC era fraca e a falta de apoio e pagamentos de salários aos soldados agravava a situação, uma vez que instigava a indisciplina. Somente em novembro de 2004 que foi promulgada a Lei de Defesa, estabelecendo de fato a FARDC. Mesmo assim, a Lei se concentrou majoritariamente na organização do aparato de defesa e responsabilidades dos cargos, deixando questões críticas como o tamanho total da força, suas operações e formas de funcionamento não esclarecidas e mais uma vez postergadas. Tal fato demonstra, novamente, a falta de interesse na construção de um exército unificado (BOSHOF, 2005).

A uniformização política e militar no nível superior, no governo e na liderança do exército, era uma cortina de fumaça. Por trás desta fachada, cada componente [do governo de transição] tentou manter estruturas militares e administrativas extra-governamentais para manter seu controle territorial na medida do possível (AUTESSERRE, 2010, p. 54, tradução nossa).

De acordo com Autesserre (2010), o antagonismo entre RCD e o presidente Kabila fomentou a resistência ao processo de integração do exército de grande parte dos grupos. A não credibilidade de que os demais cumpririam com o acordo e a perspectiva de eleições ao final do período de transição, levou as partes a resistir ao desarmamento de suas alas armadas, na tentativa de manter um controle paralelo caso a guerra fosse retomada (AUTESSERRE, 2010). Nesse sentido, a RCD ou RCD-G, agiu como *spoiler* ao processo pois, diante da falta de confiança nos demais grupos, o *power-sharing* militar representava uma ameaça, percepção que os levaram a agir contra a reforma do setor de segurança, inclusive usando a violência como no caso da Crise em Bukavu mencionada acima e outras batalhas locais, como em Rutshuru em 2006.

De acordo com Wilén (2013), o próprio governo da RDC agiu com resistência aos processos de reforma do setor de segurança. A esse respeito a autora destaca que, ao também estar envolvida na exploração ilegal de recursos naturais e cobrança de impostos relacionados à esta atividade, autoridades nacionais não só mantiveram, mas também organizaram a insegurança e violência. “Brigadas do exército congolês também se envolveram na mineração. Soldados exploravam minerais ou tributavam a produção local, enquanto os oficiais facilitavam e se beneficiavam da exportação ilegal para Ruanda, Tanzânia ou Uganda” (AUTESSERRE, 2010, p. 64, tradução nossa). Nesse sentido, a formação de um exército nacional unificado e eficiente também representou uma ameaça aos interesses pessoais dessas autoridades, destacadamente Kabila, o qual de acordo com ICG (2006), manteve o controle e lealdade da maioria das tropas do país nesta fase e, conforme Autesserre (2010), quando percebeu que o processo de transição poderia privá-lo de seus poderes tendo em vista a realização de eleições, ele e seus conselheiros optaram racionalmente por dificultar o andamento do processo. Portanto, também é possível classificar o próprio presidente como um *spoiler* do processo de paz.

Não alcançando seus objetivos dentro do prazo estipulado de 24 meses, o governo de transição foi postergado por seis meses, até junho de 2006, quando foram realizadas as eleições previstas pelo Acordo Global e Inclusivo (AUTESSERRE, 2010).

4.8.1. Constatação 6

As negociações de paz envolvendo o compartilhamento do poder estatal na República Democrática do Congo representaram uma mudança significativa no cenário. Os grupos elencados participariam de um governo de transição, recebendo postos tanto para os cargos administrativos e políticos como para os militares. Assim, estes seriam reconhecidos, estariam diretamente envolvidos nas discussões domésticas e receberiam o direito de participar das eleições livres previstas para ocorrer ao fim do período transitório. Nesse sentido, a inclusão no *power-sharing* foi algo ambicionado por diversos grupos, os quais perceberam no mecanismo uma variedade de benefícios como, participar legitimamente do governo nacional, ter direito de opinar e votar sobre decisões internas, ter o direito de participar das eleições, entre outros. Além disso, individualmente o *power-sharing* significou a possibilidade de assumir cargos de liderança dentro do Estado, o que se traduzia em um emprego formal e na expectativa de boa remuneração, algo que em países devastados por conflitos não é comum.

Assim, antes mesmo da concretização do *power-sharing*, as negociações em torno do mecanismo já desencadearam disputas no âmbito interno aos grupos, levando a fragmentações e surgimentos de novas milícias. O caso emblemático das facções RCD retratados demonstram que os interesses individuais também podem desencadear transformações significativas em um contexto de conflitos tal qual o da RDC, quando diante de grandes promessas como o compartilhamento de poder. Além disso, revelam a disposição de determinados atores em perseguir os melhores ganhos possíveis frente a cada situação, mesmo que para isso seja necessário criar novas estratégias, quebrar seus atuais vínculos e estabelecer novas parcerias.

Neste cenário, o desenvolvimento de *spoilers* se torna uma possibilidade iminente. Ao unir grupos/indivíduos altamente dedicados e perseverantes a situações que proporcionam novas atraentes possibilidades, que assim modificam os cálculos de custos e benefícios, atos *spoilers* são favorecidos. É nesse sentido que na RDC Nyamwisi e Timbasima apareceram como potenciais *spoilers*.

Ainda antes da assinatura do acordo que de fato estabeleceu o compartilhamento do poder do Estado, grupos/indivíduos que se perceberam distantes de serem incluídos, deslumbrados pelas oportunidades representadas pelo *power-sharing* e/ou ameaça de ficarem excluídos, também se tornam mais suscetíveis a adotar um comportamento *spoiler*, na tentativa de forçarem sua inclusão ou de evitar consequências negativas diante das perspectivas de serem submetidos à um governo formado por grupos muitas vezes adversários. Foi diante de circunstâncias como essa que a UPC de Lubanga cometeu atos *spoilers*.

A UPC agiu com violência no intuito de ser incluída no *power-sharing*. Diante das negociações do compartilhamento do poder do Estado entre diversos grupos, novas oportunidades eram discutidas e, determinados a perseguir os melhores ganhos em cada contexto, após tentar alianças com demais atores sem sucesso, recorreram a violência como estratégia. Sendo assim, pode-se dizer que a mera ideia do *power-sharing* já desencadeou comportamentos *spoilers*.

Após negociações, o *power-sharing* foi de fato estabelecido pelo Acordo Global e Inclusivo e, assim como aquele do Acordo de Arusha em Ruanda, a questão militar foi a mais delicada e complexa de ser definida e posta em prática. Entretanto, diferentemente do caso do país vizinho, a situação na RDC apresentava complexidade mais elevada, envolvendo uma maior diversidade de atores e interesses.

Assuntos cruciais da divisão do poder militar foram intencionalmente postergados. Para isso, alguns grupos/indivíduos recorreram a ações que também podem ser classificadas como *spoilers*, uma vez que a violência foi utilizada para alcançar o objetivo de impedir a formação de um exército unificado, em outras palavras, de inibir o *power-sharing* militar de ser totalmente concretizado com vistas a manter suas alas armadas ativas. Tal fato foi evidenciado, em especial, pela Crise de Bukavu desencadeada pelos desentendimentos entre Nabyolwa e Mutebutsi sobre o recolhimento de armas de tropas da RCD, grupo ao qual Mutebutsi pertencia e que pode ser percebido como *spoiler*.

Ao analisar o caso, percebe-se que o comportamento *spoiler* esteve intimamente relacionado à falta de confiança entre as partes, a qual já era presente na situação de conflito. Entretanto, a partir do momento em que se iniciou o processo de reforma do setor de segurança, especificamente o programa de integração das forças armadas e desarmamento dos grupos armados, a não-confiança entre as partes se traduziu em uma ameaça ainda maior.

No ambiente de guerra, as partes em conflito não tinham nenhum compromisso entre si e a desconfiança pode ser compreendida como um dos elementos que levaram aos confrontos, sendo uma desconfiança entre adversários. Diante de um acordo de paz, as partes assumem uma nova relação. Ao menos na teoria, ao se comprometerem com os termos do Acordo Global e Inclusivo, a percepção de inimigos dava lugar à de ‘amigos’. Entretanto, na prática a confiança não foi estabelecida, levando a relação à uma situação como a do ‘Dilema do Prisioneiro’ onde, de forma similar, ao não confiar que o outro cumprirá os termos do Acordo e, portanto, diante de uma percepção de ameaça/risco de serem enganados e a guerra retornar após as eleições, o grupo opta por impedir a concretização dos termos específicos que ‘os ameaçam’, impedindo assim o estabelecimento da paz conforme prevista.

Assim, percebe-se que o *power-sharing*, ao criar uma nova situação apresentando perspectivas atraentes à diversos grupos, desencadeou na RDC um processo de luta por inclusão, gerando comportamento *spoiler* por grupos que ficaram excluídos e atos *spoilers* daqueles que, mesmo incluídos, não concordavam especificamente com os termos militares e buscaram impedi-lo, mas sem minar suas posições alcançadas com o *power-sharing* político-administrativo.

Convergindo com nossas análises, Autesserre (2010) menciona que a proposta de *power-sharing* uniu senhores da guerra que lutaram entre si pelos cinco anos anteriores. Nesse sentido, a desconfiança era persistente e junto com a falta de integração geraram uma situação altamente

volátil nos territórios controlados por tropas de diferentes grupos. Assim, é neste sentido que percebemos o surgimento de atos *spoilers* como consequência do *power-sharing* estabelecido pelo Acordo Global e Inclusivo.

4.9. Ações de *spoilers* na RDC → novas dinâmicas do conflito na RDC

Através dos obstáculos colocados à concretização do *power-sharing* militar, os *spoilers* levaram ao desencadeamento de novas dinâmicas no conflito na RDC. Isso porque, a falta de instituições de seguranças fortes e eficazes permitiram a continuação dos confrontos, ganhando outras dimensões a partir do estabelecimento de novas relações entre os atores.

No ano de 2004, foi então enfatizada pela ONU a exigência de todos os Estados envolvidos tomarem providências para impedir o fornecimento de qualquer tipo de armamento aos grupos armados que atuavam no Kivu do Norte, Kivu do Sul e em Ituri, e àqueles que não faziam parte do Acordo Global e Inclusivo. A partir de então, na primeira metade daquele ano, foram verificados progressos pontuais. Entretanto, na região de Ituri como um todo, a volatilidade aumentou. Isto principalmente devido ao lento processo de integração da região às estruturas nacionais e aos atrasos das ações de reintegração e desarmamento, fazendo com que surgisse um novo padrão de alianças entre os grupos armados envolvidos no conflito local. A UPC foi dividida em duas facções: UPC-L, em prol de Thomas Lubanga; e UPC-K em prol do ex-chefe de gabinete de Uganda, Floribert Kisembo. Após essa divisão, a *Front des Nationalistes et Intégrationnistes/Patriotic Resistance Front in Ituri (FNI/FRPI)* passaram a realizar operações conjuntas com a primeira, UPC-L (UN, S/2004/251, 2004).

No Katanga, destacaram-se confrontos entre grupos Mayi-Mayi rivais e destes contra ex-membros das antigas forças armadas congoleesas, gerando novos deslocamentos e instabilidades, conforme informado pela ONU. Nesse contexto, a organização registrou expressivas quantidades de casos de violência sexual e saques cometidos tanto pelos Mayi-Mayi como pelas FARDC (UN, S/2004/251, 2004; UN, S/2004/650, 2004). Tal fato chama a atenção, pois demonstra novamente que a própria instituição de segurança do país não estava de fato comprometida com seus objetivos formais, facilitando e instigando confrontos.

Assim, no que tange aos direitos humanos, a situação em geral no ano de 2004 não melhorou. A região de Ituri se destacou pela grande incidência de mortes e violações generalizadas praticadas sobretudo pelos grupos armados. Nos demais territórios da RDC

seguiu-se ocorrendo abusos e agressões contra civis tanto por parte das milícias como pelas próprias FARDC, criando então uma situação de grande insegurança (UN, S/2004/251, 2004; UN, S/2004/650, 2004; UN, S/2004/1034, 2004).

Tais fatos são evidências da não efetivação de forças de segurança fortes e eficientes. Demonstram, inclusive, a indisposição dos soldados das FARDC em colaborar com o processo de pacificação. Esta situação, como visto, foi desencadeada principalmente pela percepção de ameaça dos atores, alguns dos quais agiram como *spoilers*. Entretanto, outros fatores situacionais também convergiram para o mesmo resultado. De acordo com Boshoff (2005), a falta de pagamento de salário e as fracas estruturas de comando e controle foram fatores que contribuíram para a indisciplina dos soldados.

No ano seguinte, em 2005, foram relatadas no Kivu do Norte e do Sul colaborações entre as FDLR e os Mayi-Mayi, e entre as FDLR e alguns elementos das FARDC, o que gerou mais preocupação quanto a confiança na garantia da segurança pelas forças armadas nacionais. Nesse sentido, devido às altas ameaças de segurança no processo eleitoral, a MONUC chegou a propor o desdobramento de uma brigada adicional, a qual cumpriria as seguintes tarefas:

A brigada concentraria seus esforços na ameaça criada pelos Mayi-Mayi no norte e no centro de Katanga, e cumpriria as seguintes tarefas: ajudar, com sua presença e patrulha, no estabelecimento de um ambiente seguro para as eleições; monitorar e encorajar o Mayi-Mayi a aderir ao processo de integração; monitorar o embargo de armas no aeroporto e nos portos do Lago Tanganyika (Moba); deter o movimento de elementos armados do Kivu do Sul para Katanga; proteger a MONUC e outros funcionários das Nações Unidas, incluindo os ajudantes das eleições localizados em Kalemie, Kabalo, Moba, Kamina, Kapanga e Bukama; seria responsável pela remoção do pessoal da MONUC e das Nações Unidas no sul de Katanga e Kasais; proteger as instalações da MONUC no Katanga; e estabelecer ligação com os desenvolvimentos das forças armadas nacionais da área (UN, S/2005/320, 2005, p. 10, tradução nossa).

Na segunda metade do ano de 2005, outras mudanças na dinâmica do conflito puderam ser percebidas. Em meados de junho, representantes de alguns grupos armados, dentre eles, UPC-L, FNI, FRPI, se reuniram em Kampala e criaram o Movimento Revolucionário Congolês (MRC), formando uma nova aliança. O objetivo principal do MRC era “opor-se à extensão da autoridade do Estado na região de Ituri”. Paralelamente, durante operações militares da MONUC no mesmo mês, notou-se alteração nas táticas utilizadas pelos grupos, as quais incluíram, dentre outras, ataques aos helicópteros da operação de paz e abandono de suas bases para se misturar com a população civil (UN, S/2005/506, 2005). Como consequência, houve um aumento das violações dos direitos humanos. Prisões arbitrárias, violência sexual, sequestros, restrições às liberdades de expressão e imprensa, torturas, desaparecimentos e

recrutamento forçado ocorreram em diversas partes do território congolês e foram cometidos tanto pelas milícias como pelos membros das FARDC, mantendo o cenário desfavorável do país rumo à pacificação.

No final de 2005, através de operações das FARDC e da MONUC, o governo nacional pôde voltar a ter certa capacidade de controle dos Kivus. Junto com outros grupos, as FDLR foram expulsas da região e alguns, pressionados a se entregarem e entrarem no processo de DDRRR sob a ameaça de ataques. Como resultado, assistiu-se à desintegração da *Allied Democratic Force (ADF)* (UN, S/2006/310, 2006).

Apesar desse passo positivo, entretanto, logo no início do último ano do governo transitório, em 2006, forças especiais da MONUC foram alvos de ataques do LRA. Desde setembro de 2005, já havia sido notado um fluxo desse desde Uganda para o país. Além disso, em maio de 2005, a MONUC iniciou uma operação conjunta com as FARDC objetivando combater e capturar elementos da FNI, resultando no estabelecimento de um acordo entre o grupo e o governo em julho, o qual tratou das condições de integração da milícia às forças armadas nacionais. Após o acordo, porém, o governo não adotou medidas suficientes para esse processo de integração, levando o mesmo a voltar a recrutar novos membros (UN, S/2006/759, 2006).

Apesar dos obstáculos impostos em decorrência de atos *spoilers*, o processo de paz prosseguiu. Com o fim da prorrogação do período de transição, em 2006 foram realizadas as eleições. Como resultado, a RCD foi dissolvida, entretanto os elementos radicais passaram a apoiar um novo grupo – *Congrès National pour la Défense du Peuple (CNDP)*, liderado por Laurent Nkunda, o mesmo que fomentou a Crise de Bukavu junto de seus soldados. Contando com o apoio de Ruanda, o CNDP era altamente treinado, dificultando sua neutralização pelas forças nacionais da República Democrática do Congo, mesmo com a posterior prisão do líder (WÍLEN, 2013).

Destacam-se ainda no final de 2006 e durante 2007, enfrentamentos entre as forças leais à Nkunda e as FARDC no Kivu do Norte. A esse respeito, foi feito um acordo para a incorporação de membros do CNDP nas forças armadas nacionais, todavia embates voltaram a ocorrer posteriormente, revelando mais uma vez forte determinação do grupo com seus objetivos. Assim, percebe-se, novamente, a resistência desses com o *power-sharing* militar. Para além desses embates, conflitos com os Mayi-Mayi, FDLR, e outras milícias também

intensificaram a insegurança na província, de acordo com relatórios das Nações Unidas (UN, S/2007/156, 2007; UN, S/2007/671).

Nota-se, portanto, nesta brevíssima recapitulação histórica, que as hostilidades continuaram a ocorrer durante o período de transição (2003-2006), ou seja, o *power-sharing* não levou à pacificação do país conforme esperado. A instabilidade do processo de paz, as mudanças das dinâmicas das disputas decorrentes das novas alianças entre os atores, e a precariedade da situação dos civis e dos direitos humanos, mesmo que obtendo melhoras pontuais, continuou a ser expressiva.

Neste cenário, evidenciando a piora da situação, a ONU alterou a MONUC. Passando a se chamar *United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo* (MONUSCO) a partir de julho de 2010, a missão assumiu caráter multidimensional. Assim, a organização passou a estar responsável, dentre outras coisas, também a proteger civis e estabilizar e consolidar a paz no território congolês (UN, S/RES/1925, 2010).

Durante os primeiros anos da missão, seu mandato foi estendido por diversas vezes, como por exemplo pela resolução 1991 de junho de 2011 e pela resolução 2053 de junho de 2012, devido à continuação do caos do país. A esse respeito, destaca-se a segunda, a qual reforçou que devia ser dada prioridade à proteção de civis (UN, S/RES/2053, 2012). A MONUSCO, entretanto, continua em ação e sendo renovada constantemente na tentativa de proteger civis e amenizar as hostilidades na República Democrática do Congo até os dias atuais.

A decisão da ONU de alterar o caráter da missão para multidimensional evidencia o desdobramento de um cenário diverso, exigindo novas formas de tentar administrar a situação. A ênfase dada na proteção de civis expressa maior preocupação com a situação destes, convergindo com o agravamento na situação dos direitos humanos mencionada.

Diante do contexto, em 2012 um novo grupo armado surgiu, o *Mouvement du 23-Mars* (M-23). Seu objetivo declarado era depor o eleito presidente Kabila e sua atuação se concentrou principalmente no Kivu do Norte, chegando a ocupar a cidade Sake e a capital da província, Goma. Além disso, o grupo tinha grande capacidade operacional, bem como equipamentos de qualidade. No mesmo período, atividades de outros grupos armados também foram notórias em outras regiões do país. Grupos Mayi-Mayi intensificaram suas ações em Shabunda, as FLDR atuaram, destacadamente, em Walungu, Fizi, Kabare e Mwenga e o LRA também se manteve ativo (UN, S/2013/96, 2013).

(...) a crise gerada pela rebelião do M-23 demonstrou a fragilidade contínua da situação na parte oriental do país, ressaltadas as semelhanças com crises anteriores fomentadas por outras rebeliões vêm é demonstrado que não foi tratado adequadamente as causas subjacentes da continuidade da instabilidade no leste do país (UN, S/2013/119, 2013, p. 16, tradução nossa).

Em meio a este cenário, em março de 2013 as Nações Unidas criaram uma brigada de intervenção no âmbito da MONUSCO, a qual operaria inicialmente por um ano. O objetivo central estava no estabelecimento da paz efetiva e na neutralização de grupos armados. Nesse sentido, tanto a brigada como as forças da MONUSCO de forma geral foram autorizadas a utilizar “todos os meios necessários”, ou seja, incluindo a força, para proteção de civis (UN, S/RES/2098, 2013). Na busca pelo objetivo da paz efetiva, a brigada se responsabilizaria pela criação de um “ambiente propício para a reestruturação da autoridade do Estado e o alcance da estabilidade sustentável”. Além disso, acreditava-se que por meio dela seria possível proporcionar tempo para que as forças armadas nacionais se fortalecessem (UN, S/2013/119, 2013). Entretanto:

Apesar dos grandes investimentos da comunidade internacional no apoio à paz e à segurança na RDC, o país ainda está longe de superar os impactos das guerras passadas e de alcançar a paz e a estabilidade. A RDC abriga atualmente [2015] a maior operação de peacekeeping das Nações Unidas, com pouco menos de 20.000 militares em campo, concentrados nas regiões orientais afetadas pelo conflito, com um orçamento anual de mais de um bilhão de dólares americanos. No entanto, a instabilidade na região permanece intratável. Embora a insegurança seja mais severa nas províncias orientais afetadas pelo conflito, ela também prevalece em todo o país, mesmo que em vários graus de intensidade. A população civil continua sendo exposta e sujeita à violência perpetrada por grupos rebeldes e membros das forças de segurança do Estado (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2015, p. 98, tradução nossa).

Abaixo apresentamos a sequência dos eventos representados em uma linha do tempo. Apesar de reconhecermos que a história não ocorre de forma linear, as datas nos dão um parâmetro e a ferramenta linha do tempo nos ajuda na compreensão da causalidade entre os eventos.

Figura 9 - Linha do Tempo - RDC (2002-2013)

Fonte: Elaborado pela autora

4.9.1. Constatação 7

O Governo de Transição foi previsto de ter seus postos divididos entre o governo anterior, os principais grupos rebeldes e a oposição política, porém a violência permaneceu inabalável (LEMARCHAND, 2006).

A crença no poder de conciliar as partes e acabar com o conflito creditada no Acordo Global e Inclusivo estava, principalmente, no fato de que durante o período de transição representantes de todas as partes elencadas participariam diretamente da administração política do país, o que se acreditava que as levariam à cooperação. Esses grupos foram proporcionalmente representados nas instituições criadas especificamente para os anos de transição (UN, 2002). No entanto, a exclusão de alguns atores e a própria participação de diferentes grupos com agendas políticas próprias e rígidas colaborou, dentre outros motivos, para o insucesso do modelo.

Embora a transição pudesse integrar os seis principais grupos armados em um exército nacional, este exército integrado tem sido um dos piores violadores dos direitos

humanos. O Relatório do Secretário Geral da ONU de novembro de 2008 sobre a República Democrática do Congo confirmou isto (ONU 2008a). Forças de segurança indisciplinadas e partidárias, alimentando o ressentimento popular, permitiram que as milícias prosperassem (GEBREWOLD, 2009, p. 100, tradução nossa).

A reconstrução das instituições de segurança e, em especial, do exército, era essencial para a pacificação do país, uma vez que o setor diz respeito aos meios de violência e garantia da segurança nacional. Nesse sentido, o proposto foi também arranjos *power-sharing* no setor militar. Entretanto, ao implicar na criação de um exército unificado e processo de DDRRR, o que se traduzia em perda dos meios de violência física dos grupos armados, muitos deles se sentiram ameaçados, principalmente, por desconfiança de que os demais não cumpririam o acordo e retomariam à guerra após as previstas eleições. Nesse sentido, e obstinados por seus objetivos, ações *spoilers* foram tomadas, utilizando a violência para impedir o *power-sharing* militar de ser concretizado. Além disso, outros, mesmo sem agir como *spoilers*, também resistiram à integração diante do mesmo sentimento de ameaça. O resultado foi a criação de um exército fraco e mal estruturado. Incrementando a situação, os constantes atrasos nos pagamentos dos baixos salários dos soldados também convergiram para a não formação de forças armadas dispostas e capazes de garantir a segurança do país.

Apesar desse contexto, avanços pontuais foram alcançados, como a dissolução da ADF e da RCD, que atuou como *spoiler*. Entretanto, uma análise mais ampla e aprofundada revelou que, apesar da aparente positividade do fato, os objetivos e obstinação dos indivíduos que constituíram os grupos não se alteraram, levando-os a formarem novos grupos e alianças, como o CNDP e o M-23.

No mesmo sentido, o novo cenário desencadeado levou os atores internacionais a buscarem novas táticas para a pacificação e defesa dos civis. Assim, foi implementada a MONUSCO, missão de caráter multidimensional, e posteriormente uma brigada de intervenção em seu domínio, comprovando a ineficiência das forças de segurança nacionais.

Dessa forma, percebe-se que a continuação dos confrontos e suas alterações foram possíveis, essencialmente, pela falta de instituições de segurança fortes e eficientes. O processo de paz da RDC apresentava provisões a esse respeito, o *power-sharing* militar. Entretanto, ações *spoilers* por parte de alguns grupos dificultou a formação de um exército competente, levando a um novo contexto, propício para os desdobramentos aqui apresentados. Diante dessa lógica, na qual a formação de um exército eficaz é essencial para a pacificação de um país, pode-se assumir que, caso o *power-sharing* militar tivesse sido concluído conforme o proposto na teoria, o cenário posterior não indicaria a necessidade de ações internacionais mais vigorosas, como

as evidenciadas pela criação da MONUSCO e sua brigada de intervenção – fatos que atestam a degradação da situação no país. Se o *power-sharing* teria sido eficiente e alcançado na prática o que propunha é assunto para outra discussão, entretanto o que podemos afirmar após as análises aqui realizadas é que o sucesso na formação de forças de segurança competentes e eficientes dificilmente levaria a um agravamento da situação tal qual verificado.

Além disso, vale ainda destacar que sem um exército hábil, as fronteiras nacionais permaneceram porosas facilitando a influência estrangeira, em especial de Uganda e Ruanda, países vizinhos. Estes, como visto, fundamentaram sua interferência na República Democrática do Congo majoritariamente com base em argumentos securitivos. Todavia, conforme visto anteriormente e afirmado por Gebrewold (2009), o real interesse desses estava na exploração de recursos naturais lucrativos. Nesse sentido, ao dificultar a formação de forças armadas nacionais eficientes as ações *spoilers* também resultaram na facilitação da manutenção das intervenções estrangeiras no país seja por meios diretos ou *proxies*. O mesmo pode-se dizer dos demais países que lucravam com a exploração das riquezas da RDC, “os atores globais contribuíram com sua parte para a complexidade do conflito, perseguindo seus próprios interesses e não a paz. A fluidez das alianças nacionais e internacionais tornou o conflito no Congo e na região dos Grandes Lagos intratável” (GEBREWOLD, 2009, p. 115, tradução nossa).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar a existência de uma causalidade entre *spoilers*, *power-sharing* e o sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos africanos, estudamos os casos de Ruanda e República Democrática do Congo e seus respectivos acordos de paz – Acordo de Arusha e Acordo Global e Inclusivo. Com essa finalidade e a partir desse recorte metodológico, formulamos a hipótese de que as cláusulas *power-sharing* em Ruanda causaram ações *spoilers* no país, as quais teriam sido essenciais no desencadeamento das guerras civis na República Democrática do Congo. Como resultado, o *power-sharing* também foi proposto na RDC e, assim como em Ruanda, foi respondido com atos *spoilers*. Estes por sua vez teriam levado a uma maior complexidade das disputas, intensificando o Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos.

Nosso principal método de investigação foi o *process tracing*, a partir do qual elaboramos uma cadeia causal hipotética e segregamos metodologicamente a análise de acordo com os sete passos sequenciais do fluxo proposto. A cada etapa buscamos analisar evidências que comprovassem a causalidade entre os eventos observados, assim que: para a hipótese ser confirmada, todas as etapas de análise teriam que necessariamente ser confirmadas ao passo que, para ser descartada, bastaria apenas uma não-comprovação. Como forma de comprovar a relação de causalidade do fluxo, ou seja, que um acontecimento foi motivo essencial (não necessariamente exclusivo) de outro, procuramos também considerar possíveis hipóteses explicativas alternativas em uma análise reversa. Buscamos evidências que comprovassem o nexos causal e outras que nos possibilitasse afirmar a imprescindibilidade do evento estudado na ocorrência do resultado observado, isto é, fatos que indicassem que a situação seria diferente na ausência do hipotético agente causador investigado.

Conforme discutido nas análises, todas as constatações encontradas validaram os nexos causais hipotéticos. Portanto nossa hipótese foi confirmada. Podemos assim afirmar que o Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos encontra uma de suas causas nos atos *spoilers* em Ruanda, desencadeados pela tentativa de estabelecer a paz através do compartilhamento do poder Estatal nos termos do *power-sharing* formulado. Em outras palavras, atestamos que os *spoilers* decorrentes do *power-sharing* em Ruanda foram centrais no desencadeamento do Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos. Encontramos assim,

em meio aos atrasos temporais característicos de conflitos complexos, os atos *spoilers* como um agente catalisador de mudanças significativas na região.

Os principais *spoilers* do processo de paz em Ruanda foram a *Impuzamugambi* e a *Interahamwe*. Em termos gerais, o primeiro não viu barganha nas proposições *power-sharing*, uma vez que ficou excluído dele e das negociações de paz em geral, levando a balança entre os custos e benefícios de aceitar os termos do Acordo, pesar para os custos. O segundo, representava os radicais do MRND, partido que estava no poder. Assim, diante do *power-sharing*, estes se viram obrigados a dividir o poder que antes era concentrado em si, desagradando seus membros e os levando a se oporem ao Acordo.

Assim, os considerados extremistas partiram para uma militarização da população, fazendo uso de conotações étnicas e violência física, além de fomentar o extremismo, para alcançar seus objetivos. Com fins políticos, por esses meios tentaram transformar as percebidas ameaças em oportunidades de fortalecimento. Como resultado, foram em parte bem-sucedidos, pois o *power-sharing* entrou em colapso antes mesmo de ser efetivado por completo. Entretanto, o cenário por eles instaurado – genocídio tutsi de 1994 – foi finalizado com a assunção do poder pela RPF, seu considerado adversário.

Seguimos, portanto, analisando um dos fluxos de energia que partiu desse contexto gerado pelos *spoilers* de Arusha até chegarmos à intensificação do Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos, evidenciada na expansão do conflito para a República Democrática do Congo.

Em uma análise macro, tanto em Ruanda como na RDC as etnias foram gradualmente se confundindo com as divisões sociais e políticas, reforçando a identidade coletiva étnica, a qual superou expressivamente a nacional. Os tutsis estiveram à frente do poder Estatal por anos e eram vistos como superiores pelo disseminado mito Hamita. Já os hutus, vistos como inferiores foram deixados à margem dos cargos de liderança e oportunidades de educação. Dessa forma, uma bipolarização foi surgindo desde a época colonial, de forma que o sentimento de nação nunca teve espaço suficiente. Assim, alimentadas por ideias radicais e diante da recorrente impunidade e fronteiras porosas, a identidade étnica foi amplamente utilizada durante o processo de regionalização do conflito de Ruanda – a começar pela travessia das fronteiras pelos hutus radicais de Ruanda à RDC, onde demais hutus daquele país se juntaram a eles sob o sentimento de pertencimento à etnia. Assim, hutus de Ruanda e residentes da RDC se

fortaleceram mutuamente, mesmo que ao menos inicialmente tivessem objetivos distintos, relativos a demandas para com seus países de domicílio.

É a partir deste momento que se começa a notar a regionalização do conflito que até então era civil. Ao utilizarem o território da RDC como base de suas operações, os *spoilers* de Arusha expandiram geograficamente os confrontos para aquele país, o qual se tornou alvo de ataques de seus adversários (em especial, da RPF) em virtude dessa imigração recebida e, posteriormente, devido às ações do governo congolês em relação ao fato (favorecimento de suas ações). Além disso, a população local também passou a sofrer violências cometidas pelos *spoilers*. Aqui destacam-se o uso dos campos de refugiados e auxílios prestados pela ajuda humanitária pelos *spoilers*, que se misturaram aos civis e chegaram a controlar esses campos, coordenando toda a distribuição da ajuda, recrutando civis e proibindo-os de retornar à Ruanda.

No novo terreno, de acordo com a situação política e características do governo ruandês e congolês, a presença desses atores implicou na formação de novas alianças, levando à incorporação de mais atores e interesses particulares nas disputas. Assim foi observado a formação da ALIR (*interahamwe*, ex-FAR) e inclusão de hutus residentes da RDC ao movimento, o apoio prestado pelo próprio governo da RDC à ALIR, que viu oportunidade de fortalecer sua oposição aos *banyamulenge*, por exemplo, e a formação da AFDL (*banyamulenge* e outros opositores do governo de Mobutu), a qual contou com o apoio de Ruanda e Uganda. Ruanda, em resposta, também formou alianças estratégicas para combater os *spoilers*, como demonstrado pelos auxílios prestados à RCD. Nota-se que essas associações entre os atores se alteravam conforme a evolução do contexto, implicando em grande volatilidade. Sendo a RDC um território economicamente atrativo, sujeitos internacionais também fizeram parte dessa lógica, pois viram oportunidades de lucro diante do caos local.

Em outras palavras, com a chegada dos radicais de Ruanda, o conflito da RDC foi submetido à interferência de atores estatais regionais, destacadamente Ruanda e Uganda, atores internacionais como EUA, instituições privadas estrangeiras, além de grupos armados de países vizinhos, ganhando uma nova dimensão. Conforme o elaborado por Ansorg (2014), tais fatos sinalizam a regionalização do conflito e, de acordo com os estudos de Rubin, Armstrong e Ntegeye (2001), configuram especificamente sua difusão horizontal.

Complementando essa disseminação, outro indicativo da regionalização de conflitos elaborado pelos autores e que pôde ser verificado no caso analisado é a sua expansão vertical. Como tal, se caracteriza pelo escalonamento da violência, com um aumento de intensidade. No

caso estudado, essa situação ocorreu como consequência e ao mesmo tempo em paralelo a expansão geográfica.

Ao envolver novos atores com interesses particulares a complexidade das dinâmicas ascendeu. Por meio de alianças situacionais, que auxiliavam na quantidade e/ou qualidade dos soldados e/ou armamentos dos grupos domésticos, assistiu-se a intensificação das hostilidades, crescente nível de insegurança, violência e desrespeito aos direitos humanos e direito internacional humanitário. A repercussão e evidência disso foram as duas guerras denominadas ‘civis’, apesar de apresentarem caráter regional. Esse crescente nível de violência foi registrado por documentos oficiais de organizações internacionais e não-governamentais como ONU, *Human Rights Watch* e Anistia Internacional.

Diante da maior complexidade, traduzida pela interferência direta e indireta de atores estrangeiros estatais e privados, bem como grupos locais nacionais e de países vizinhos cada qual com seus próprios interesses, o gerenciamento do conflito foi uma questão árdua. Após negociações e cessar-fogos violados, a situação desencadeada pelos *spoilers* (guerras consideradas civis) acarretou na implementação do *power-sharing* como melhor alternativa. Entretanto, contrário às expectativas e similar à Ruanda, o mesmo desencadeou atos *spoilers*.

Assim, seguindo o fluxo, o ‘ciclo’ recomeçou, porém com um nível de violência e amplitude ainda maior. Se antes os atos *spoilers* do conflito civil em Ruanda resultaram em conflitos de caráter regional na RDC, no ‘novo ciclo’ (apresentado como uma continuação daquele), as hostilidades resultaram na intensificação do sistema regional de conflitos, no qual a RDC era o epicentro. Tal fato foi evidenciado pela necessidade de implementação de uma missão de paz multidimensional, autorização de uso da força para proteção de civis, instituição de uma brigada de intervenção sob o capítulo 07 da Carta da ONU (algo até então nunca visto no âmbito da organização) e, mesmo com essas ações e concretização do *power-sharing*, a permanência das disputas de forma geral.

Retomando aos casos, agora em uma análise micro, tanto Ruanda como a RDC adotaram cláusulas *power-sharing* em seus acordos de paz e ambos enfrentaram dificuldades, apesar de distintas, especialmente na implementação do *power-sharing* militar e o processo de DDR/DDRRR a ele atrelado. Em nossa análise, pudemos perceber que juntamente com questões de financiamento dos programas, desemprego, pagamento de salários entre outros, a falta de confiança, de credibilidade de que o Acordo seria cumprido pelas partes como prometido nas negociações, foi central para as ações *spoilers* diante do *power-sharing*.

Não é surpresa que o poder sobre meios de violência física, sejam eles legais ou não, geram medo àqueles diante dos que têm e exercem esse poder. No âmbito político-governamental, diriam os realistas que deter poder sobre meios de violência implica em poder político, e muitas vezes também econômico. Nesse sentido, reformas no setor de segurança, tal qual as propostas pelo *power-sharing* militar e processos de DDR/DDRRR são interpretadas por muitos atores como perda do poder de violência, meio que utilizavam para exigir suas demandas político-econômicas e, por vezes, sociais. De fato, foi através do poder armado que os *spoilers* de Ruanda e RDC alcançaram algumas mudanças locais em direção aos seus objetivos – como por exemplo o colapso do Acordo de Arusha e atraso na implementação do *power-sharing* militar respectivamente – apesar de não terem tido um resultado exatamente como desejavam. Isto é, em Ruanda não terem conseguido assumir o governo e, na RDC terem apenas atrasado o compartilhamento do poder no setor de segurança e a realização de eleições, não suspendendo-os definitivamente.

Assim, o *power-sharing* militar, ao implicar em processos de desarmamento de tropas, foi interpretado como uma perda ou diminuição do poder de luta, por um lado. Por outro, ao distribuir cargos do setor de segurança, por vezes colocava um grupo em uma posição de maior poder e acesso aos meios de violência que antes possuíam. Daí advém o receio e medo de serem atacados por conta da diminuição de seus meios de violência física e/ou o aumento da capacidade dos outros. Tal medo reforça a desconfiança do cumprimento do acordo pelos demais grupos e vice-versa.

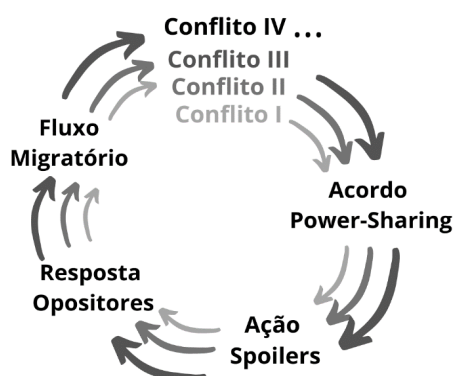
A falta de confiança entre os grupos beligerantes que, unidos sob as forças armadas nacionais, esperava-se que cooperassem pela segurança do país e seus cidadãos, reforça o medo de retorno da guerra. Em especial em uma situação em que estariam ‘vulneráveis’, colocando assim um maior peso aos custos nas interpretações de prós e contras entre aceitar ou resistir ao compartilhamento do poder. Na ordem inversa, o medo de retorno da guerra, por sua vez, enfatiza a desconfiança sobre o respeito aos compromissos acordados e assim, levam esses sujeitos a atuarem de forma similar ao Dilema dos Prisioneiros. Ou seja, diante da falta de confiança de que o outro cumprirá o acordo e, portanto, acreditando que este retomará a guerra, os *spoilers* optam pela não aceitação dos termos propostos e agem ofensivamente, de forma similar ao prisioneiro que, acreditando que o parceiro vai trair-lo e confessar o crime, opta por trair também, evitando o risco de sentença máxima caso ficasse em silêncio e fosse de fato traído. No caso estudado, a traição é traduzida no retorno da guerra pelo outro grupo e o silêncio,

na aceitação do acordo. A pena máxima, por fim, é representada pela consequente situação em que o potencial *spoiler* estaria com menor poder de violência devido a sua aceitação de implementação do *power-sharing* militar e processos de desarmamento nele implícitos e teria de enfrentar o retorno da guerra pelos considerados adversários.

Portanto, percebe-se assim a centralidade de aspectos psicológicos no desdobramento de conflitos armados complexos, os quais tendem a resultar em um sistema regional de conflitos. Ou seja, aspectos micro, do nível do indivíduo, muitas vezes banalizados, são de suma importância de serem avaliados e incluídos na construção dos projetos para pacificação e resolução de conflitos. Aqui percebemos, especificamente, a relevância de se trabalhar a identidade coletiva nacional de forma equilibrada e prévia ou paralelamente à implementação do *power-sharing*, por exemplo, como uma possível forma de levarem os sujeitos a reduzir as inseguranças quanto ao cumprimento do acordo e de fato cooperarem entre si, evitando assim o potencial *spoiler*.

Nesse sentido, em resumo, no diagrama representativo da nossa hipótese, a Guerra Civil de Ruanda se enquadra como Conflito I e a situação na RDC, como Conflito II. Ainda na figura, a expansão da complexidade e violência foram representadas pelo alargamento do ciclo na imagem, o qual se deu por meio de (re)ações no nível do indivíduo (ações *spoilers*, resposta dos opositores e fluxo migratório) e no caso estudado se traduziram na intensificação do Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos. Assim, fica claro a inter-relação e causalidade entre ações *spoiler* (nível micro) e o Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos (nível macro).

Figura 10 - Diagrama da hipótese causal



Fonte: elaborado pela autora

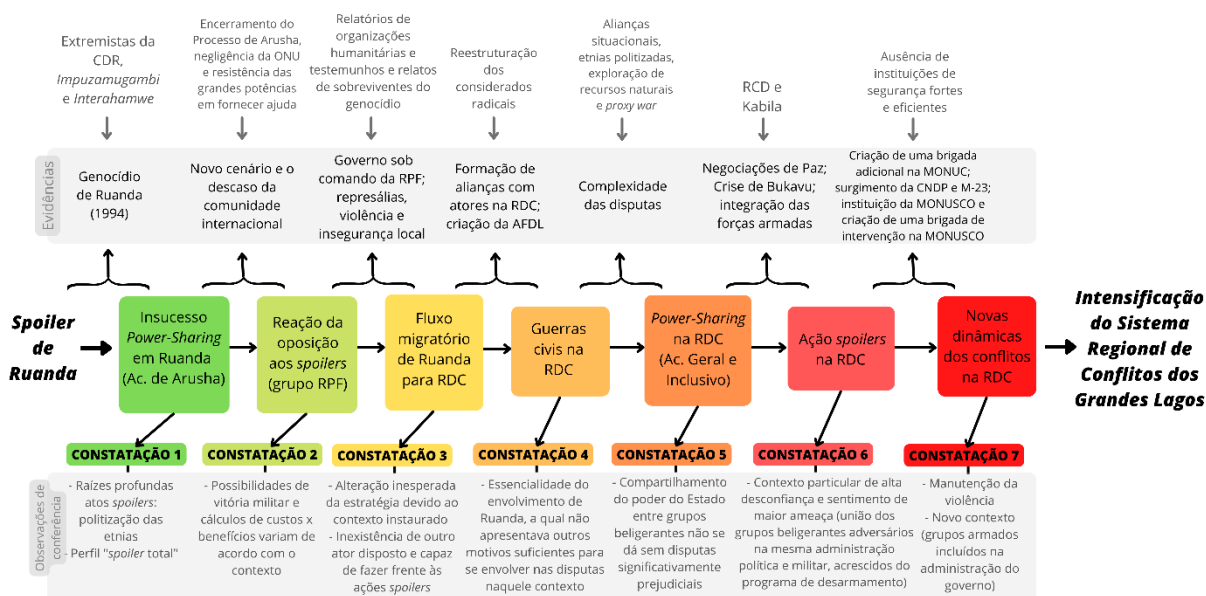
Ou seja, a partir dos desdobramentos de aspectos do nível individual, a dizer, de consequências dos atos *spoilers* em Ruanda (como a não implementação do *power-sharing* em Ruanda, fluxo migratório de *spoilers* armados de Ruanda para a RDC, o atraso no *power-sharing* militar e nas eleições na RDC, bem como a reformulação das alianças entre os grupos), o conflito se regionalizou nos Grandes Lagos. *Triggers* como o genocídio de Ruanda, o colapso de Mobutu, o desentendimento entre os membros da AFDL entre outros, foram sustentando as disputas e dando uma nova roupagem às suas causas – as quais, conforme analisado, remetem aos atos *spoilers* ocorridos em Ruanda em virtude do *power-sharing* do Acordo de Arusha, ainda que não sejam causas exclusivas. Assim, evidencia-se também a relevante característica do novo padrão de conflitos contemporâneos: os indivíduos como articuladores da guerra.

Acrescenta-se que, com esse fluxo, o nível macro dos confrontos, dos Estados, foi ganhando novas dimensões e complexidade de tal forma que uma resolução das disputas entre os atores locais internos da RDC por si só, por exemplo, dificilmente resolveria a situação no país pois, como demonstrado, há uma interconectividade entre os contextos e interesses de cada ator envolvido nos confrontos. A proporção que esses tomaram – envolvimento de atores não-estatais nacionais e estrangeiros, de sujeitos privados e governamentais e questões que extrapolaram aquelas de identidade, segurança e políticas locais ou regionais, se tornando uma luta da esfera da economia capitalista ocidental – juntamente com a necessidade de implementação de uma missão de *peacekeeping* multidimensional, uma brigada de intervenção e a autorização do uso da força, mesmo após diversas tentativas de solucionar os confrontos e melhoras pontuais, evidenciam o agravamento da situação e a dificuldade em gerenciá-la.

Mesmo após a implementação da MONUSCO, de sua brigada de intervenção, autorização do uso da força para proteção de civis, entre outras medidas, a RDC permanece um país em conflito, com alto grau de insegurança e elevados registros de violações dos direitos humanos e direito internacional humanitário. O conflito que era doméstico, a partir dos desdobramentos de atos *spoilers* em Ruanda, desenvolveu-se de forma a resultar no denominado Sistema Regional de Conflitos dos Grandes Lagos, hoje considerado um conflito intratável. Isso porque, se tratando agora de um conflito regional, a complexidade das dinâmicas e relações entre os atores e esferas (política, econômica, militar e social) exige um projeto conjunto de pacificação, algo imensuravelmente mais delicado e complicado de se alcançar pois, como característico dos sistemas regionais de conflitos, qualquer ação em um local/nível/esfera é passível de gerar um (re)ação não-linear e não necessariamente temporalmente próxima em outro. Isto é, devido

tamanha interconectividade, mesmo uma medida que possa parecer gerar um resultado positivo em uma localidade, pode, a longo prazo, mostrar resultados desastrosos para outra. Abaixo elaboramos um diagrama que sintetiza a análise.

Figura 11 - Síntese da análise



Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, embora tenha sido avaliado apenas dois casos do sistema regional de conflitos dos Grandes Lagos, podemos perceber similaridades que podem sugerir um padrão (ou uma fórmula) altamente capaz de desencadear novos conflitos ou novas dinâmicas de uma guerra civil, regionalizando-a e alterando seu epicentro. Ou seja, isso permitiria uma generalização, o que não foi objetivo do estudo e necessitaria de novos casos para ser comprovada, mas vale a menção.

Por fim, o trabalho também ressalta a importância dos tomadores de decisões no âmbito da paz e segurança internacional dedicarem maior atenção aos aspectos do nível micro, a destacar, do nível psicossocial dos indivíduos, no momento de formulação das propostas e projetos de resolução de conflitos do nível macro.

REFERÊNCIAS

- ADEKUNLE, Julius O.. **Culture and Customs of Rwanda**. Westport: Greenwood Press, 2007. 164 p.
- ADELMAN, Howard; SUHRKE, Astri (ed.). **The Path of a Genocide: the Rwanda crisis from uganda to zaire**. New Jersey: Transaction Publishers, 1999.
- AFRICA WATCH COMMITTEE. **Beyond the Rhetoric: continuing human rights abuses in rwanda**. **Human Rights Watch**, [s. l], v. 05, n. 07, p. 1-28, jun. 1993.
- AGGESTAM, Karin. Internal and External Dynamics of Spoiling: a negotiation approach. In: NEWMAN, Edward; RICHMOND, Oliver (ed.). **Challenges to Peacebuilding: managing spoilers during conflict resolution**. New York: United Nations University Press, 2006. p. 23-39.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Regional conflict system in Africa: an option for analysis. In: MOKADDEM, Sara Hasnaa (Ed.). **Stability and Security in Africa: The Role of Hard and Soft Power**. Marrocos: Policy Center For The New South, 2019. p. 69-98.
- ALLOUCHE, J.; BENSON, M.; MC'CORMACK, F. **Beyond borders: the end of the Mano River War(s)?**. Institute of Development Studies (IDS), Durham University, Durham, 2016. (Working Paper).
- AMNESTY INTERNATIONAL (AI), *Amnesty International Report 1995 - Rwanda*, 01 jan. 1995. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6a9fe48.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- AMNESTY INTERNATIONAL (AI), *Amnesty International Report 2000 – Congo (Democratic Republic of the)*, 01 jun. 2000. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6aa0e34.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- AMNESTY INTERNATIONAL (AI), *Rwanda: Reports of killings and abductions by the Rwandese Patriotic Army, April-August 1994*, 19 out. 1994. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr47/016/1994/en/>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- ANNEX II: the N'Sele ceasefire agreement between the government of the Rwandese Republic and the Rwandese Patriotic Front, as amended at Gbadolite, 16 september, and at Arusha, 12 july 1992. In: **PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front**. Arusha, 1993, p. 9-14.
- ANNEX III: protocol of agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front on the Rule of Law. In: **PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front**. Arusha, 1993, p. 15-21.
- ANNEX IV: protocol of agreement on power-sharing within the framework of a broad-based transitional government between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front. In: **PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front**. Arusha, 1993, p. 22-58.
- ANNEX V: protocol of agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front on the repatriation of rwandese refugees and the resettlement of displaced persons. In: **PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front**. Arusha, 1993, p. 59-73.
- ANNEX VI: protocol of agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front on the integration of the armed forces of the two parties. In: **PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front**. Arusha, 1993, p. 74-173.

- ANNEX VII: protocol of agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front on miscellaneous issues and final provisions. *In: PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front*. Arusha, 1993, p. 174-185
- ANSORG, Nadine. How does militant violence diffuse in regions? Regional conflict systems in international relations and peace and conflict studies. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 5, n. 1, p. 173-187, 2011.
- ANSORG, Nadine. Wars without borders: Conditions for the development of regional conflict systems in sub-Saharan Africa. **International Area Studies Review**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.295-312, set. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/2233865914546502>.
- ARMSTRONG, Andrea; RUBIN, Barnett R.. Policy Approaches to Regional Conflict Formations. **Center On International Cooperation**, New York, p.01-13, 20 nov. 2002.
- AUTESSEIRE, Séverine. **The Trouble with the Congo: local violence and the failure of international peacebuilding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BAECHLER, Günther. Why Environmental Discrimination Caused Violence on the 'Mille Collines'. In: BAECHLER, Günther. **Violence Through Environmental Discrimination: causes, rwanda arena, and conflict model**. Alemanha: Springer Science & Business Media, 1999. p. 113-166.
- BARBER, Ben. Feeding Refugees, or War? The Dilemma of Humanitarian Aid. **Foreign Affairs**, [S.L.], v. 76, n. 4, p. 8, 1997. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/20048117>.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Causal Case Study Methods: foundations and guidelines for comparing, matching, and tracing**. Michigan: University Of Michigan Press, 2016.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-Tracing Methods: foundations and guidelines**. Estados Unidos da América: Te University Of Michigan Press, 2013. 199 p.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (ed.). **Process Tracing: from metaphor to analytic tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L.. **Process Tracing in Case Study Research**. MacArthur Foundation Workshop on Case Study Methods, out. 1997.
- BINNINGSBØ, Helga Malmin. Power sharing, peace and democracy: any obvious relationships? **International Area Studies Review**, v. 16, n.1, p. 89 – 112, 2013.
- BOSHOF, Henri. Summary Overview of Security Sector Reform Process in the DRC. **Institute For Security Studies**, Pretória, 15p., jan. 2005.
- BRAUMAN, Rony; SMITH, Stephen; VIDAL, Claudine. Terror and Impunity in Rwanda. **Centre de Réflexion Sur L'Action Et Les Savoirs Humanitaires (CRASH)**, Paris, [n.p.], 01 ago. 2000. Disponível em: <https://msf-crash.org/en/publications/war-and-humanitarianism/terror-and-impunity-rwanda>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- BRENT Beardsly - Disarmament Demobilization and Reintegration. Realização de U.s. Holocaust Memorial Museum'S Center For The Prevention Of Genocide. Washington: National Security Archive, 2013. Color. Série Genocide Prevention Project. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsV3qUIpOXg>. Acesso em: 11 set. 2021.
- BUHAUG, Halvard; GLEDITSCH, Kristian Skrede. Contagion or Confusion? Why Conflicts Cluster in Space. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 52, n. 2, p. 215-233, jun. 2008.
- BUNDERVOET, Tom. Livestock, Land and Political Power: the 1993 killings in burundi. **Journal Of Peace Research**, [S.L.], v. 46, n. 3, p. 357-376, maio 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0022343309102657>.

- BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi. **The Challenge of Complex, Intractable Conflicts**. 2005. Disponível em: <https://www.beyondintractability.org/moos/challenge-complexity>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Power: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CHAULIA, Sreeram S.. UNHCR's relief, rehabilitation and repatriation of Rwandan refugees in Zaire (1994-1997). **Journal Of Humanitarian Assistance**, Boston, [n.p.], 08 abr. 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/burundi/unhcrs-relief-rehabilitation-and-repatriation-rwandan-refugees-zaire-1994-1997?gclid=Cj0KCQiAuvOPBhDXA%E2%80%A6>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- COCHRANE, Feargal. Resistance to Peace. In: COCHRANE, Feargal. **Ending Wars: war and conflict in the modern world**. Cambridge: Polity Press, 2008. p. 101-1025.
- COLLIER, D.; BRADY, H. E.; SEAWRIGHT, J. Sources of Leverage in Causal Inference: toward an alternative view of methodology. In: BRADY, H. E.; COLLIER, D (Ed.). **Rethinking Social Inquiry: diverse tools, shared standards**. 2. ed. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2010. p. 161-200.
- COLLIER, David. Understanding Process Tracing. **Ps: Political Science & Politics**, [s.l.], v. 44, n. 04, p.823-830, out. 2011. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1049096511001429>.
- CONFLICT SENSITIVITY CONSORTIUM (CSC). **Conflict-sensitive approaches to development, humanitarian assistance and peace building: tools for peace and conflict impact assessment**. 2004. Disponível em: http://www.international-alert.org/sites/default/files/Training_DevelopmentHumanitarianAssistancePeacebuilding_EN_2004_0.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.
- COOK-HUFFMAN, C. The Role of Identity in Conflict. In: SANDOLE, D.J.D. et al (eds.), **Handbook of Conflict Analysis and Resolution**. London: Routledge, 2009, p. 19-31.
- COX PROPORTIONAL-HAZARDS MODEL. Statistical tools for high-throughput data analysis (STHDA), [s.d]. Disponível em: <http://www.sthda.com/english/wiki/cox-proportional-hazards-model>
- CUNHA, Eleonora Schetni Martns; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.
- DAHL, Robert A.. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997. 234 p.
- DAHL, Robert A.. **Sobre a Democracia**. Brasília: Unb, 2001. 230 p.
- D'ESTRÉE, Tamra Pearson. Addressing Intractable Conflict Through Interactive Problem-Solving. **Oxford Handbooks Online**, [s.l.], p.1-27, 9 jul. 2012. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199747672.013.0014>.
- DOCUMENT 9: Background to Rwanda Talks Concerning Military Force Size. In: **RWANDA: The Failure of the Arusha Peace Accords**. Washington: National Security Archive, 2014. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB469/>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- EVRA, Stephen van. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.
- FISHER, Simon *et al.* **Working with Conflict: skills and strategies for action**. Londres: Zed Books, 2000.
- FORGES, Alison Des. **"Leave None to Tell the Story": genocide in rwanda**. New York: Human Rights Watch, 1999.
- GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization**. Sage, 1996

- GATES, Scott; STRØM, Kaare. Power-sharing and Civil Conflict. **CSCW Policy Brief**, Centre for the Study of Civil War, Oslo, 2008.
- GIROUX, J.; LANZ, D.; SGUAITAMATTI, D.; **The Torment Triangle**: the regionalization of conflict in Sudan, Chad and the Central African Republic. Crisis States Research Centre, n.02, 2009. (Working Paper 47).
- GITHAIGA, Nyambura. **Natural Resources and Conflict in the Great Lakes Region**. ISS Workshop Report. Nairobi, September 2011. p. 11–20.
- GLEDITSCH, Kristian S.; WARD, Michael D.. War and Peace in Space and Time: the role of democratization. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 44, n. 1, p. 1-29, mar. 2000.
- GREENHILL, Kelly M.; MAJOR, Solomon. The perils of profiling: Civil war spoilers and the collapse of intrastate peace accords. **International Security**, v. 31, n. 3, p. 7-40, 2006.
- HANF, Theodor. (Ed.). **Power Sharing**: Concepts and Cases. Byblos: UNESCO, 2008. (Lettres de Byblos / Letters from Byblos, n. 18).
- HARTZELL, Carolina A; HODDIE, Matthew. **Crafting Peace**: Power-sharing Institutions and the Negotiated Settlement of Civil Wars. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2007.
- HELLMÜLLER, Sara. A Global and Inclusive Agreement? Participation of Armed Actors in the Inter-Congolese Dialogue and Its Impact on Local Violence. **International Negotiation**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 38-60, 7 mar. 2019. Brill. <http://dx.doi.org/10.1163/15718069-23031147>.
- HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *Human Rights Watch Democratic Republic of the Congo Report – Whatt Kabila is Hiding: civilians killings and impunity in congo*, v. 09, n. 05(A), out. 1997. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/reports/1997/congo/>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *Human Rights Watch World Report 1995 - Rwanda*, 01 jan. 1995. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/467fca9dc.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *Human Rights Watch Zaire Report - Forced to Flee: the violence against the tutsis in Zaire*, v. 08, n. 02(A), jul. 1996. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1996/Zaire.htm>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *Uganda in Eastern DRC – Fueling Political and Ethnic Strife*, v. 13, n. 02(A), mar. 2001. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2001/03/01/uganda-eastern-drc/fueling-political-and-ethnic-strife>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). (Org.). “Covered In Blood”: Ethnically Targeted Violence In Northeastern DR Congo. **Human Rights Watch**, New York, v. 15, n. 11, p. 1-74, jul. 2003. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2003/07/07/covered-blood/ethnically-targeted-violence-northern-drc>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- INTER-CONGOLESE political negotiations: the final act. Sun City. 2003. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CD_030402_SunCityAgreement.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.
- INTERNATIONAL COMMISSION OF INVESTIGATION ON HUMAN RIGHTS VIOLATIONS IN RWANDA SINCE OCTOBER 1, 1990 (ICOI). United States: United States Institute of Peace, 1993. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/1993/01/commission-inquiry-rwanda-93>. Acesso em: 15 out. 2021.
- INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION (ICGLR). **The Pact On Security, Stability And Development For The Great Lakes Region**. Nairobi, 2006.

- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). **Congo Crisis**: military intervention in ituri. **Africa Report**, New York, n. 64, 18p., jun. 2003. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/congo-crisis-military-intervention-ituri>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). **Security Sector Reform in the Congo**. **Africa Report**, New York, n. 104, 32p., fev. 2006. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/security-sector-reform-congo>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- JARSTAD, Anna. (2008) Power sharing: former enemies in joint government. In: JARSTAD, Anna; SISK Timothy (Ed). **From War to Democracy**: Dilemmas of Peacebuilding. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 105–133.
- JARSTAD, Anna. Power Sharing for Peace and Democracy? **International Studies Association**, San Diego, USA, p. 22-25, mar. 2006.
- JARSTAD, Anna. **Power Sharing for Peace and Democracy?** International Studies Association, San Diego, USA, 22 - 25 March 2006.
- JESSE, Erin. **Negotiating Genocide in Rwanda**: the politics of history. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.
- JONES, Bruce D.. **Peacemaking in Rwanda**: the dynamics of failure. London: Lynne Rienner, 2001.
- JOYCE Leader: Demobilization and Reintegration in Rwanda. Realização de U.s. Holocaust Memorial Museum'S Center For The Prevention Of Genocide. Washington: National Security Archive, 2013. Son., color. Série Genocide Prevention Project. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OTPVbozSORg>. Acesso em: 11 set. 2021.
- KIRSCHKE, Linda; CARVER, Richard; COLIVER, Sandra. **Broadcasting Genocide**: censorship, propaganda & state-sponsored violence in rwanda 1990-1994. Londres: Artigo 19, International Centre Against Censorship, 1996.
- KLINGHOFFER, Arthur Jay. **The International Dimension of Genocide in Rwanda**. Hampshire: Macmillan, 1998.
- LELE, Ajey. Asymmetric Warfare: a state vs non-state conflict. **Oasis**, Bogotá, v. 1, n. 20, p. 97-111, jul. 2014.
- LIJPHART, Arend. **Democracy in plural societies**: a comparative exploration. Binghamton: Vail-ballou Press, 1977. 268 p.
- MAHONEY, James. Process Tracing and Historical Explanation. **Security Studies**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 200-218, 3 abr. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2015.1036610>.
- MAHONEY, James. The Logic of Process Tracing Tests in the Social Sciences. **Sociological Methods & Research**, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 570-597, 2 mar. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0049124112437709>.
- MÉDECINS SANS FRONTIÈRES (MSF). **Rwandan Refugee camps in Zaire and Tanzania**: 1994-1995. Genebra: Médecins Sans Frontières International Movement, 2014. (Médecins Sans Frontières Speaking Out).
- MEHLER, Andreas. Peace and Power Sharing in Africa: a not so obvious relationship. **African Affairs**, Oxford, p. 453-473, mai. 2009.
- MITLETON-KELLY, Eve. **A Complexity Approach To Co-Creating An Innovative Environment**. World Futures, London, abr. 2006, 19p.
- MITLETON-KELLY, Eve. **A Complexity Approach To Co-Creating An Innovative Environment**. World Futures, London, abr. 2006, 19p.

- MPUNGWE, Ampi. Crisis and response in Rwanda. In: MALAN, Mark (ed.). **Whither Peacekeeping in Africa?** Norway: Institute For Security Studies (Iss), 1999. p. 09-17.
- MUKHERJEE, Bumba. Why Political Power-Sharing Agreements Lead to Enduring Peaceful Resolution of Some Civil Wars, but Not Others? **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 50, n. 2, p.479-504, jun. 2006.
- MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo**. [2011?]. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- NEWMAN, Edward et al. **Challenges to peacebuilding: Managing spoilers during conflict resolution**. United Nations University Press, 2006.
- NEWMAN, Edward. "New wars" and Spoilers. In: NEWMAN, Edward; RICHMOND, Oliver (ed.). **Challenges to Peacebuilding: managing spoilers during conflict resolution**. New York: United Nations University Press, 2006. p. 134-150.
- NORRIS, Pippa. **Driving Democracy: Do Power-sharing Institutions Work?** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- NYAKAIRU, Frank. **Rwanda's Bagosora sentenced to life for genocide**. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-rwanda-genocide-idUSLI8785620081218>. Acesso em: 11 set. 2021.
- OFFICE OF THE COORDINATOR FOR COUNTERTERRORISM. **Appendix B:** background information on terrorist groups. In: NEW YORK. U.S DEPARTMENT OF STATE. **Patterns of Global Terrorism**: 2000. New York, 30 abr. 2001. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/2000/index.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- OLIVA, Fabio; CHARBONNIER, Lorraine. **Conflict Analysis Handbook: a field and headquarter guide to conflict assessments**. Turin: United Nations System Staff College, 2016.
- PEACE agreement between the Government of the Republic of Rwanda and the Rwandese Patriotic Front. Arusha, 1993.
- PRUNIER, Gérard. **Africa's World War: congo, the rwandan genocide, and the making of a continental catastrophe**. Oxford: Oxford, 2009. 529 p.
- RALEIGH, Clionadh. Civil War Risk in Democratic and Non-Democratic Neighborhoods. **Policy Research Working Papers**, Online, v. 4260, n. 17, p. 1-32, jun. 2007. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/743181468176331222/pdf/wps4260.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.
- RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIAL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. 3th Ed. John Wiley & Sons, 2011.
- RAPAPORT, Barbara; IRELAND, Vernon. Understanding the Dynamics of System-of-Systems in Complex Regional Conflicts. **Procedia Computer Science**, Adelaide, v. 12, p.43-48, nov. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050912006187>. Acesso em: 29 maio 2019.
- RASSEMBLEMENT CONGOLAIS POUR LA DEMOCRATIE (RCD). **Global Security**. 2012. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/para/rcd.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC). **Constitution de la transition de la République démocratique du Congo** (2003).
- RICHMOND, Oliver. The Linkage Between Devious Objectives and Spoiling Behaviour in Peace Processes. In: NEWMAN, Edward; RICHMOND, Oliver (ed.). **Challenges to Peacebuilding: managing spoilers during conflict resolution**. New York: United Nations University Press, 2006. p. 59-77.

- ROPER, Norbert. Perspectives for the Further Development of Systemic Conflict Transformation: a concluding reflection. In: KÖRPPEN, Daniela *et al* (ed.). **A Systemic Approach to Conflict Transformation: exploring strengths and weaknesses**. Berlin: Berghof Research Center For Constructive Conflict Management, 2008. p. 91-95.
- ROSS, Michael. Booty Futures Africa's Civil Wars and the Futures Market for Natural Resources. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 28 ago. 2002, Boston. **Presented Paper**.
- RUBIN, Barnett R.; ARMSTRONG, Andrea; NTEGEYE, Gloria R.. Origin, Structure, and Dynamics of the Regional Conflict Formation in the Great Lakes Region of Central Africa. In: CONFERENCE ON REGIONAL CONFLICT FORMATION IN THE GREAT LAKES REGION OF CENTRAL AFRICA: STRUCTURE, DYNAMICS AND CHALLENGES FOR POLICY, 2001, Nairobi. **Working Paper II**.
- RWANDESE PATRIOTIC FRONT (RPF). **Statement by the political bureau of the rwandese patriotic front on the proposed deployment of a UN intervention force in Rwanda**. 30 abr. 1994. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB117/Rw29.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SCORGIE, Lindsay. Rwanda's Arusha Accords: A Missed Opportunity. **Undercurrent**, v. 1, n. 1, p. 66-76, 2004.
- SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- STEDMAN, Stephen John. Spoiler Problems in Peace Processes. In: STERN, Paul C.; DRUCKMAN, Daniel (Ed.). **International conflict resolution after the cold war**. Washington: National Academy Press, 2000. p. 178-224.
- STEDMAN, Stephen John. **Implementing Peace Agreements in Civil Wars: lessons and recommendations for policymakers**. New York: International Peace Academy Policy Paper Series On Peace Agreements, 2001.
- STETTENHEIM, Joel. The Arusha Accords and the Failure of International Intervention in Rwanda. In: C.GREENBERG, Melanie; BARTON, John H.; MCGUINNESS, Margaret E. (ed.). **Words Over War: mediation and arbitration to prevent deadly conflict**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. p. 213-236. (UN/RES/846, 1993)
- SWART, Mia. 'Music to Kill to': Rwandan Genocide Survivors Remember RTLM. Al Jazeera, 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2020/6/7/music-to-kill-to-rwandan-genocide-survivors-remember-rtlm>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SWEDISH INTERNATIONAL DEVELOPMENT COOPERATION AGENCY (SIDA). **A Strategic Conflict Analysis for the Great Lakes Region**. Stockholm, 2004.
- SWEDISH INTERNATIONAL DEVELOPMENT COOPERATION AGENCY (SIDA). **A Strategic Conflict Analysis for the Great Lakes Region**. Stockholm, 2004.
- THE Looting of the Congo. **New Internationalist**, Oxford, v. , n. , p. 10-11, maio 2004. Disponível em: <https://newint.org/features/2004/05/01/congo>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- TRAMPUSCH, Christine; PALIER, Bruno. Between X and Y: how process tracing contributes to opening the black box of causality. **New Political Economy**, [S.L.], v. 21, n. 5,

- p. 437-454, 22 fev. 2016. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2015.1134465>.
- TULL, Denis M.; MEHLER, Andreas. The hidden costs of power-sharing: Reproducing insurgent violence in Africa. **African Affairs**, [s.l.], v. 104, n. 416, p.375-398, 1 jul. 2005. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/afraf/adi034>.
- UNITED NATIONS (UN). Peacemaker. **Global and Inclusive Agreement on Transition in the Democratic Republic of Congo (Pretoria Agreement)**. 16 dez. 2002. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/drc-agreementontransition2002>>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- UNITED NATIONS (UN). **Republic of the Congo – ONUC – Background. 2003**. Disponível em: < <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucB.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- UNITED NATIONS (UN). *S/1994/470*. Special Report of the Secretary-General on the United Nations Assistance Mission for Rwanda, New York, 20 abr. 1994.
- UNITED NATIONS (UN). *S/1994/565*. Report of the Secretary-General on the Situation in Rwanda, New York, 13 mai. 1994.
- UNITED NATIONS (UN). *S/1999/1116*. Second Report of the Secretary-General on the United Nations preliminary deployment in the Democratic Republic of the Congo. New York, 01 nov. 1999.
- UNITED NATIONS (UN). *S/1999/815*. Letter dated 23 July 1999 from the Permanent Representative of Zambia to the United Nations addressed to the President of The Security Council. New York, 23 jul. 1999.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2000/1156*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 06 dez. 2000.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2000/330*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 17 jan. 2000.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2000/566*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 12 jun. 2000.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2000/888*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 21 set. 2000.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2001/128*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 12 fev. 2001.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2001/357*. Report of Secretary-General on the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo. New York, 12 abr. 2001.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2001/373*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 17 abr. 2001.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2001/572*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 08 jun. 2001.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2001/970*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 16 out. 2001.

- UNITED NATIONS (UN). *S/2002/169*. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York, 15 fev. 2002.
- UNITED NATIONS (UN). *S/2004/650*. Third Special Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo, New York, 16 ago. 2004.
- UNITED NATIONS (UN). *S/4387*. Security Council resolution, Nova York, 14 jul. 1960.
- UNITED NATIONS (UN). *S/4405*. Security Council resolution, Nova York, 22 jul. 1960.
- UNITED NATIONS (UN). *S/4741*. Security Council resolution, Nova York, 21 fev. 1961.
- UNITED NATIONS (UN). *S/5002*. Security Council resolution, Nova York, 24 nov. 1961.
- UNITED NATIONS (UN). *S/RES/1279*. Security Council resolution, Nova York, 30 nov. 1999.
- UNITED NATIONS (UN). *S/RES/1291*. Security Council resolution, Nova York, 24 fev. 2000.
- UNITED NATIONS (UN). *S/RES/872*. Security Council Resolution, New York, 05 out. 1993.
- UNITED NATIONS (UN). *S/RES/912*. Security Council Resolution, New York, 21 abr. 1994.
- UNITED NATIONS (UN). *S/RES/918*. Security Council Resolution, New York, 17 mai. 1994.
- UNITED NATIONS (UN). *S/RES/929*. Security Council Resolution, New York, 22 jun. 1994.
- UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA (Ethiopia) (org.). **Conflicts in the Democratic Republic of Congo: causes, impact and implications for the great lakes region**. Addis Ababa: United Nations, 2015.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 1993 - Rwanda**. 1994. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6aa4e6.html>. Acesso em: 17 out. 2021.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Economic and Social Questions: refugees and displaced persons**. In: UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Yearbook of the United Nations 1994**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1995. p. 1216-1235.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **The State of the World's Refugees 2000: fifty years of humanitarian action**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 340 p. Disponível em: <https://www.unhcr.org/publications/sowr/4a4c754a9/state-worlds-refugees-2000-fifty-years-humanitarian-action.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- UTLEY, Rachel. 'Not to Do Less but to Do Better ...': french military policy in africa. **International Affairs**, Oxford, v. 78, n. 1, p. 129-146, jan. 2002.
- VAN HAPEREN, Maria. The Rwandan Genocide, 1994. In: VAN HAPEREN, Maria *et al.* **The Holocaust and Other Genocides: an introduction**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012. p. 97-120.
- VLASSENROOT, K. Armed Groups and Militias in Eastern DR Congo. **Lecture series on african security**, Nordiska Afrikainstitutet, n.5, p.1-15, 2008.
- WALDNER, David. Process Tracing and Qualitative Causal Inference. **Security Studies**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 239-250, 3 abr. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2015.1036624>.
- WALLENSTEEN, Peter. **Understanding conflict resolution: War, Peace and the Global System**. London: SAGE, 2002.

- WALLENSTEEN, Peter; SOLLENBERG, Margareta. Armed Conflict and Regional Conflict Complexes, 1989-97. **Journal Of Peace Research**, London, v. 35, n. 5, p.621-634, set. 1998.
- WARDEN, Edwin Wuadom. Why Waning Wars Wax; a Relook at the Failure of Arusha Peace Accord, the Peace Agreement-Implementation Gap and the Onset of the Rwandan Genocide. **Journal Of Global Peace And Conflict**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 33-47, jun. 2016. American Research Institute for Policy Development. <http://dx.doi.org/10.15640/jgpc.v4n1a2>.
- WEISS, Thomas. **Humanitarian Intervention: Ideas in Action**. Cambridge: Polity, 2007.
- WILÉN, Nina. Identifying the spoilers in the security sector reform – disarmament demobilisation and reintegration process in the Congo. **Defense & Security Analysis**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 117-127, jun. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14751798.2013.787792>.
- WILS, Oliver *et al.* **The Systemic Approach to Conflict Transformation: concept and fields of application**. Berlin: Berghof Foundation For Peace Support, 2006.